

**As Casas dos Açores da América do Norte: Um projeto ao serviço das
comunidades açorianas na diáspora**

Tânia Patrícia Lopes Cabral

**Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua
Segunda e Estrangeira**

Abril, 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria do Rosário Pericão da Costa Pimentel e da Professora Doutora Maria da Graça Borges Castanho.

Ao Vítor e ao Evaristo, que transformaram a minha forma de olhar o emigrante. A eles, que representam todos/as os/as emigrantes açoriano/as que partiram com valentia, num Barco chamado Sonho.

Aos meus pais e à minha irmã, que são o porto de abrigo de todos os sonhos em que navego.

AGRADECIMENTOS

À professora Rosário Pimentel, minha orientadora, agradeço pela ajuda incondicional, dedicação e sobretudo pelo entusiasmo contagiante com que sempre partilhou as suas ideias e ensinamentos. Um obrigada muito sentido!

À professora Graça Castanho, minha co-orientadora, que foi, desde o primeiro contato, grande fonte de inspiração e conhecimento da matéria em estudo. Agradeço por ter partilhado comigo a forma fantástica como pensa o universo da diáspora.

À Direção Regional das Comunidades, pela disponibilidade e ajuda que me deram. Um agradecimento especial ao Dr. Paulo Teves por toda a atenção que me dedicou e à Ana Borges pela dedicação com que tratou de todos os meus assuntos. Um muito obrigada!

Aos dirigentes das Casas dos Açores da América do Norte, à Nélia Alves, à Lucília Simas, ao José Santos, ao Benjamin Moniz e ao Manuel Eduardo Vieira, o meu muito obrigada pela vossa colaboração.

À Casa dos Açores do Norte, por me ter recebido tão bem durante a Assembleia Geral do CMCA.

Ao Paulo Mendes, por me ter indicado os melhores caminhos.

Aos meus pais e à minha irmã, sem eles não teria redigido a primeira frase deste trabalho.

Ao Tíga, que foi um mister perseverante, que me motivou a ficar sempre de pé! Obrigada pela paciência, amor e empenho.

Às minhas amigas Sofia e Cristina, por estarem sempre ao meu lado. Obrigada amigas!

À Patrícia e à Catarina pela ajuda e amizade.

À Daniela, que multiplicou o seu tempo para se dedicar ao meu trabalho. Obrigada!

Ao pessoal da 9ID, por terem partilhado parte desta aventura comigo.

A todas e todos que de uma maneira ou de outra estiveram aqui para me ajudar, gritar e sorrir comigo. Um obrigada do fundo do coração!

AS CASAS DOS AÇORES DA AMÉRICA DO NORTE: UM PROJETO AO SERVIÇO DAS COMUNIDADES AÇORIANAS NA DIÁSPORA

Tânia Patrícia Lopes Cabral

RESUMO

Fruto do fantástico fluxo emigratório açoriano com destino aos Estados Unidos e ao Canadá, nasceram comunidades onde costumes e tradições são partilhados na mesma língua.

Com a intenção de congregar os açorianos dispersos numa mesma região, preservar a matriz cultural açórica e assegurar a comunhão com as nove ilhas, as Casas dos Açores da América do Norte – objeto de análise do trabalho que agora apresentamos, são fundadas, crescem e modificam-se em prol das funções que assumem. São ao mesmo tempo espaços de recreação e apoio, onde o bem-estar do emigrante açoriano, açor-descendente ou simpatizante dos Açores assume um lugar vital à sua continuidade.

Do ponto de vista metodológico, a presente investigação assume-se de carácter qualitativa e com uma abordagem multidisciplinar. Destaca-se aqui a importância da reflexão acerca das necessidades que se impõem ao futuro destas organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Emigração açoriana, Casas dos Açores, Casas dos Açores da América do Norte, Comunidades açorianas.

CASAS DOS AÇORES IN NORTH AMERICA: A PROJECT TO SERVE THE AZOREAN COMMUNITY IN DIASPORA

Tânia Patrícia Lopes Cabral

ABTRACT

Due to the large flow of Azorean emigration to the United States and Canada, communities were born with customs and traditions that shared the same language.

The North American *Casas dos Açores* were founded with the intention of bringing together the Azorean dispersed in the same region, preserve the cultural matrix and ensure communion with the nine islands in the Azores. The North American *Casas dos Açores* are the analysis objective of the work that is presented in this thesis which focus is on the growth and changes in the social function that these organizations assume in these communities. These *Casas dos Açores* are spaces of recreation, aid and care of the well being of the Azorean emigrants and their descendants and families which in turn have a foremost vital contribution for the continuation of the active work of these organizations.

From a methodological point of view, the following research assumes a qualitative character and a multidisciplinary approach. This work presents the reflective importance on the needs imposed on the future of these organizations.

KEYWORDS: Azorean emigration, *Casas dos Açores*, *North American Casas dos Açores*, azores communities.

ÍNDICE

Resumo	II
Abstract.....	III
Índice	IV
Lista de abreviaturas	V
Lista de figuras.....	VI
Introdução	1
Capítulo I – Metodologia	3
I. 1. Seleção da temática e prospeção do terreno	3
I. 2. Revisão da literatura	4
I. 3. Pesquisa documental, entrevistas e redação da dissertação.....	4
Capítulo II – Emigração açoriana	6
II. 1. Contextualização histórica e política dos Açores	6
II. 2. Causas da emigração açoriana.....	9
II. 3. Principais destinos da emigração açoriana.....	15
II. 3. 1. Os primórdios da emigração açoriana e o Brasil.....	16
II. 3. 2. Os Estados Unidos da América	21
II. 3. 3. Canadá	26
Capítulo III – As Casas dos Açores no mundo	29
III. 1. Festas do Divino Espírito Santo	31
III. 2. <i>Transnacionalismo</i> e as Casas dos Açores	33
III. 3. Uma entidade comum	35
Capítulo IV – As Casas dos Açores da América do Norte	38
IV. 1. História da criação das Casas dos Açores da América do Norte	38
IV. 1. 1. Casas dos Açores nos Estados Unidos.....	38
IV. 1. 2. Casas dos Açores do Canadá	40
IV. 2. AS Casas dos Açores da América do Norte como lugares de representação	43
IV. 3. Comunidades e massa associativa.....	50
IV. 4. As Casas dos Açores da América do Norte e o ensino do português	52
IV. 4. O futuro das Casas dos Açores da América do Norte	56
Conclusão	60
Bibliografia	64
Apêndice I - Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores da Nova Inglaterra i	
Apêndice II - Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores de Ontário.....	ix
Apêndice III - Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores de Winnipeg.....	xvi
Apêndice IV - Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores de Hilmar.....	xxiii
Anexo I - Recorte do “Diário dos Açores”, de 31 de Agosto de 1951	A

LISTA DE ABREVIATURAS

CANI – Casa dos Açores da Nova Inglaterra

CMCA – Conselho Mundial de Casas dos Açores

EUA – Estados Unidos da América

DRC – Direção Regional das COmunidades

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Emigração para o Brasil e para os EUA 1981-1900

Quadro 2 – As Casas dos Açores no Mundo

INTRODUÇÃO

Os Açores, desde os primórdios do seu povoamento, têm sido espaço privilegiado para processos migratórios significativos. A sua população, fruto das descobertas e das políticas de colonização, sempre se movimentou em saídas e chegadas de e para outras partes do mundo. Apesar desta realidade, os principais fluxos emigratórios, a partir destas ilhas atlânticas, iniciaram-se, com as características que hoje atribuímos à emigração, no século XVIII, tendo como destino o Brasil, a que se seguiu os EUA, o Havai (na altura ilhas Sandwich, colonizadas por britânicos), a Bermuda e o Canadá. A partir do século XIX, os Estados Unidos assumiram um papel relevante como país de acolhimento do povo açoriano, o qual se dirigiu inicialmente para a costa oeste deste país, nos barcos baleeiros que passavam nas ilhas do grupo central, com o intuito de recrutar caçadores de baleias.

Foi, contudo, no século XX, após o sismo que assolou a ilha do Faial em 1957, que se verificou um verdadeiro êxodo de milhares de famílias açorianas, de todo o arquipélago, rumo àquele destino e ao Canadá. Com efeito, a partir da década de 60, os Açores constituíram o espaço do território nacional que mais emigrantes ofereceu aos países da América do Norte. Por este motivo, a população portuguesa ou lusodescendente que, ainda hoje, se encontra radicada naqueles destinos é maioritariamente açoriana.

Fruto destes fenómenos e porque a população do Arquipélago dos Açores - que ronda atualmente os 250 mil habitantes - ganha a sua verdadeira dimensão ao considerarmos a população açoriana ou açor-descendente radicada na diáspora, os emigrantes açorianos são uma grande fonte de promoção da cultura portuguesa em geral e disseminação da cultura açoriana em particular, permitindo assim, uma natural divulgação da língua portuguesa. Neste sentido, a criação de Casas dos Açores pelo mundo serve o objetivo de criar elos entre as comunidades de lá e o arquipélago dos Açores numa afirmação da cultura portuguesa e dando visibilidade aos seus traços e tradições.

A dissertação, que agora apresentamos, tem precisamente como objeto de estudo as Casas dos Açores dos Estados Unidos e do Canadá, tendo sido o nosso objetivo principal dar a conhecer o seu funcionamento e o papel que estas exercem junto dos emigrantes açorianos e seus descendentes. O presente trabalho, para além de reconstruir,

ao longo do Capítulo II, os principais momentos da história e política dos Açores e da emigração a partir do arquipélago, mostra, já no Capítulo III, as motivações que estiveram na base da criação das Casas dos Açores pelo mundo fora, bem como identifica, no Capítulo IV, os momentos relevantes do percurso das Casas dos Açores dos EUA e Canadá. São aqui analisados os contornos do passado, as conquistas do presente e os desafios do futuro destas instituições (Casa dos Açores de Hilmar, Califórnia; Casa dos Açores da Nova Inglaterra; Casa dos Açores de Winnipeg; Casa dos Açores de Ontário; Casa dos Açores do Québec), cuja existência se deve à necessidade de preservar a cultura açoriana no estrangeiro e apoiar as comunidades. Os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração do presente trabalho são descritos no Capítulo I.

A insuficiência de estudos sobre as Casas dos Açores da América do Norte incentivou-nos – aliando o interesse pela temática da emigração açoriana à vontade de contribuir para dar visibilidade a estas instituições que a ela se dedicam – à criação do trabalho que agora apresentamos.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

Descrevem-se, neste capítulo, os procedimentos metodológicos que orientaram este estudo. Enunciaremos as condições em que a problemática se foi desenvolvendo e apresentaremos as etapas da pesquisa que deram origem à presente dissertação.

I. 1. SELEÇÃO DA TEMÁTICA E PROSPECÇÃO DO TERRENO

De forma a estruturar os nossos critérios de investigação, começamos por pesquisar acerca do conjunto de Casas dos Açores existentes no mundo. Dado o seu número e dispersão geográfica, optamos por centrar a nossa análise nas Casas dos Açores dos Estados Unidos e do Canadá – os países que acolheram os últimos grandes fluxos emigratórios açorianos. Com o intuito de melhor apreender a viabilidade deste estudo, começamos por recorrer à Direção Regional das Comunidades, assim como à Doutora Graça Castanho, ex-diretora Regional das Comunidades. O contacto inicial com estas *testemunhas privilegiadas*¹ revelou que, apesar de não haver nenhum estudo sobre o tema escolhido, a recolha de informação podia fazer-se, entre outros, por via da relação que as Casas (objeto do nosso estudo) mantinham com os Açores. Posto isto, fomos informada da realização de dois eventos que nos poderiam ser úteis: a XVI Assembleia Geral das Casas dos Açores (organismo que engloba treze das catorze Casas dos Açores do mundo) que teria lugar no Porto e o Congresso *60 anos de Emigração Açoriana para o Canadá 1953-2013*, a decorrer na ilha de São Miguel.

Conscientes de que seriam poucas as oportunidades de estar em contacto com os dirigentes das Casas dos Açores da América do Norte, devido à distância física que se impõe, achamos pertinente a nossa deslocação ao Porto. Neste encontro foi nosso objetivo primordial dar a conhecer o nosso projeto – ainda em estado embrionário na altura – aos dirigentes das Casas dos Açores e solicitar a colaboração das Casas da América no Norte. Não nos foi autorizada a participação nas reuniões de trabalho, pelo que daí não retiramos nenhum material para a nossa investigação. Limitamo-nos a apresentar formalmente o nosso projeto e garantimos – dentro das condições possíveis – que as futuras entrevistas a serem enviadas receberiam a atenção necessária por parte dos dirigentes.

¹ «Trata-se de pessoas que, pela sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema». In Manual de Investigação em Ciências Sociais, 2008:71

A partir destes primeiros encontros foi possível dar forma ao trabalho que desejámos realizar. Para além disso, permitiu-nos perceber que seria necessário – para uma abordagem que tivesse sentido cronológico – recorrer à génese da emigração açoriana no contexto social e histórico do arquipélago dos Açores. Estes foram os primeiros passos que nos mostraram o caminho para a fase posterior do nosso trabalho de investigação: a pesquisa documental.

I. 2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta fase dedicamo-nos à revisão da literatura acerca da história social e política dos Açores e sobre a emigração açoriana. Procedemos à recolha de todos os dados relacionados com a história dos Açores (desde o seu descobrimento até à sua autonomia) que julgámos pertinentes para uma melhor compreensão do fenómeno emigratório açoriano. Dedicamo-nos, em seguida, à consulta e posterior recolha de dados acerca da emigração açoriana, nomeadamente as suas principais causas, destinos e todas as informações que tomamos como necessárias ao bom desenvolvimento dos capítulos seguintes e que se relacionavam com o nosso objeto de estudo.

I. 3. PESQUISA DOCUMENTAL, ENTREVISTAS E REDAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Uma vez feita toda a revisão da literatura e esgotadas as hipóteses de aí vermos abordado o nosso objeto de estudo – as Casas dos Açores da América do Norte, procedemos à pesquisa documental nos sítios das Casas dos Açores, da Direção Regional das Comunidades, jornais da comunidade da diáspora e outros textos que pudessem conter notícias suscetíveis de responder à nossa questão de partida.

Devido à distância física que, como já referimos, impossibilita a proximidade com os intervenientes das Casas, as entrevistas – semiestruturadas – foram feitas à distância, com recurso às novas tecnologias, recorrendo a questões abertas. O discurso que daí foi possível retirar serviu de fonte de informação para elaborar o Capítulo IV, nomeadamente os pontos sobre gestão das Casas dos Açores da América do Norte, da sua massa associativa, do seu calendário de atividades. Quando possível, as entrevistas serviram para compreender algumas dinâmicas internas a que, de outra forma, não

teríamos acesso. Uma vez que as entrevistas serviram apenas como um outro canal de recolha de informação, não procedemos à sua análise de conteúdo.

Paralelamente à pesquisa documental, a recolha de informação aconteceu também por via da nossa participação no Congresso *60 anos de Emigração Açoriana para o Canadá 1953-2013*, a que assistimos, o que nos possibilitou retirar todos os dados que ali foram surgindo. A nossa participação foi crucial para a recolha de dados sobre a Casa dos Açores do Quebeque, uma vez que não obtivemos, por questões de saúde do dirigente, resposta à entrevista.

Os dados recolhidos foram tratados de forma a elaborar todo o discurso que nos permitiu analisar e compreender o nosso objeto de estudo. Este discurso foi depois redigido e revisto, dando origem à presente dissertação.

Foram vários os obstáculos e limites encontrados no decorrer do estudo, nomeadamente a escassez e dispersão de dados disponíveis acerca do nosso objeto de estudo. Esta ausência de trabalhos realizados acerca das Casas dos Açores implicou que fosse criado um enquadramento próprio que ficou dificultado devido à distância geográfica a que se encontram as Casas em análise. São muitos os quilómetros que nos separam das Casas dos Açores dos EUA e do Canadá, fator que limitou o crucial envolvimento destas instituições no nosso estudo.

Conscientes deste distanciamento, procurámos ultrapassar todos os obstáculos a ele inerentes pelo que a leitura do fenómeno das Casas dos Açores da América do Norte que agora apresentamos é a prova da nossa persistência.

CAPÍTULO II – EMIGRAÇÃO AÇORIANA

II. 1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DOS AÇORES

As ilhas e a sua descoberta

Santa Maria, São Miguel, Terceira, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, são as nove ilhas que constituem o arquipélago dos Açores. Situadas em pleno oceano Atlântico Norte, estas ilhas de origem vulcânica ocupam uma superfície de 2329,67 Km². A condicionante vulcânica trouxe consigo erupções, terremotos e diversas crises sísmicas que em muito influenciaram a vivência e a paisagem destas ilhas.

Gaspar Frutuoso diz-nos que, em 1432, a mando do Infante D. Henrique – no âmbito da expansão marítima portuguesa –, Frei Gonçalo Velho achou a ilha de Santa Maria, a primeira do arquipélago a ser descoberta. No mesmo ano, ou no ano seguinte, o Infante terá mandado deitar animais na ilha, com vista ao seu povoamento, que terá tido início em 1443. Em 1444, chegam à costa de São Miguel, Gonçalo Velho Cabral acompanhado de navegadores algarvios. Mais tarde, no início de 1449, foi descoberta a ilha Terceira e logo depois as ilhas de São Jorge e da Graciosa. As restantes ilhas do grupo central, devido à sua proximidade, terão sido descobertas quase ao mesmo tempo (Melo Bento, 1988:9-12; Goulart, 2008:27-32). E, por fim, as ilhas das Flores e do Corvo terão sido descobertas por volta de 1452.

Os povoadores foram sobretudo gente da metrópole, mas também flamengos, bretões, italianos e gente de origem africana e oriental (Melo Bento, 1988:10-1). No século XVI os açorianos eram já 64 944 (Goulart, 2008:45).

Práticas administrativas e políticas

Para garantir a arroteia das novas terras sem que para isso fossem necessários pesados encargos (Meneses, 1994:89-90), D. Duarte opta por um modelo administrativo anteriormente experimentado no Arquipélago da Madeira: a Donataria. Segundo Susana Goulart (2008:53) este «é um modelo administrativo que contempla a cedência de determinados direitos e deveres a um senhor, intitulado de donatário, e cuja tipologia organizacional faculta a colonização de zonas despovoadas, sem relevantes encargos

para o erário régio». A Donataria dos Açores terá sido doada ao infante D. Henrique provavelmente entre 1432 e 1438.²

Impossibilitada a transferência física dos Donatários da metrópole para as ilhas - quer pelas responsabilidades que tinham na Casa Real, quer porque optavam por não trocar a vida da corte pelas dificuldades das ilhas -, o arquipélago é dividido em Capitánias. A administração das ilhas é entregue a capitães-donatários, nomeados pelo donatário³, que deverão assegurar e garantir o progresso da colonização, face ao absentismo dos senhores das ilhas. Assim, por esta altura, a administração do arquipélago dos Açores estava dependente de três entidades: a Coroa, a Donataria e as Capitánias (Goulart, 2008).

Quando em 1495 o quinto donatário é coroado rei de Portugal (D. Manuel I), a Donataria é extinta e incorporada na Coroa. Segundo Meneses (1994:94-5) isto demonstra uma crescente intromissão do poder régio nos assuntos relativos à administração das ilhas⁴, facto que vem causar algumas «quezílias» entre os intervenientes locais e a Coroa, uma vez que os capitães (ou seus representantes) estavam habituados a comandar sozinhos, o destino das ilhas.

Em 1583 a ilha Terceira é finalmente conquistada⁵ e Filipe I de Portugal, com o intento de melhor controlar o arquipélago, introduz na administração insular a figura do governador, responsável pelos domínios militar e civil e que se sobrepõe ao poder das capitánias, corregedorias e municípios.

Com a mesma intenção de fiscalizar as ilhas, D. João IV, após a Restauração da monarquia portuguesa (1640), recria a figura do governador. Esta medida provoca uma reação desfavorável por parte dos poderes locais, levando o rei a ceder em 1643, reduzindo o poder do governador à alçada militar (Goulart, 2008:52-8).

² Segundo Gaspar Frutuoso (III:12), por esta altura, o infante mandou «deitar gado vacum, e ovelhum, e cabras e coelhos e outras coisas, e aves domésticas para se criarem e multiplicarem na terra», facto que para Susana Goulart (2008:29) já terá sido uma medida realizada no cumprimento dos seus deveres de donatário.

³ Eram escolhidos indivíduos que se destacavam pelos nobres serviços prestados à Coroa e que por isso recebiam as Capitánias a «título vitalício e hereditário, por linha direita masculina» (Goulart, 2008:58).

⁴ É exemplo disso a criação – na vila de Angra, no ano de 1503 – da Corregedoria dos Açores (corrigia e emendava erros na administração da justiça) e cuja autoridade se sobrepunha àquela dos capitães e municípios (Goulart 2008:56).

⁵ D. Sebastião morre em 1578 na Batalha de Alcácer Quibir, sem deixar descendência. Fica por isso a governar o seu tio Cardeal D. Henrique, que morre em janeiro de 1580 sem ter decidido o sucessor ao trono de Portugal. Esta instabilidade é aproveitada por Filipe II de Espanha (um dos pretendentes ao trono) que por força das armas, sobe ao poder no mesmo ano como Filipe I de Portugal. (Barros, 1948) Contudo, a Terceira – que apoia D. António Prior do Crato (outro pretendente) – torna-se em 1583 a última parcela do reino a ser conquistada pela dinastia Filipina.

Após um período em que o esquema administrativo insular retomou aquele aplicado antes do domínio filipino, em 1766 pelo decreto de 2 de Agosto, são instauradas – pela mão do Marquês de Pombal⁶ –, novas reformas para os Açores, com o intuito de uniformizar o poder nas nove ilhas. Assim, todas as capitânias são extintas e é criada em Angra a Capitania-Geral, dirigida pelo capitão-general, responsável máximo pelas áreas económica, militar, judicial e fiscal, numa tentativa de excluir «protagonismos particulares, liderados por capitães e municípios» (Goulart, 2008:69).

Apesar da tentativa, esta reestruturação não atinge os objetivos a que se propõe e face aos ventos de mudança que se fazem sentir por toda a Europa, a centralização política começa cada vez mais a perder terreno, dando lugar às ideias liberais⁷.

A 24 de Agosto de 1820 sai vitoriosa a revolução que tinha por fim a substituição do regime tradicionalista (monarquia absoluta), pelo regime constitucionalista (monarquia liberal). São convocadas as Cortes Gerais para decretar uma Constituição, que veio a ser proclamada a 23 de Setembro de 1822 (Barros, 1948:146-49) e onde os Açores participaram também, com deputados eleitos de Ponta Delgada, Angra e Horta (Goulart, 2008:73). Destas Cortes resulta a extinção da Capitania-Geral e o arquipélago passa a ser dividido nas comarcas de Ponta Delgada (com as ilhas de São Miguel e Santa Maria), Angra (com as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge e a comarca da Horta (com as ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo). Contudo, estas mudanças só ficam em vigor durante dois anos: em 1823 D. Miguel (filho segundo de D. João VI, rei de Portugal entre 1816-1826) proclama novamente o absolutismo e é recriada a Capitania-Geral para o arquipélago. Em 1828 D. Miguel é aclamado rei de Portugal e restaura o regime absolutista, este passa a dominar todo o território português, excetuando a ilha Terceira que conseguiu defender a causa liberal. Em 1829 é o Conde de Vila Flor que assume o comando das tropas e o governo da ilha. Neste mesmo ano é travada a batalha na vila da Praia onde os liberais saem vitoriosos e a vila passa a chamar-se Praia da Vitória. Em junho de 1832 partiu da ilha de São Miguel com destino à metrópole uma expedição liderada por D. Pedro, que após batalhas sucessivas

⁶ Primeiro-ministro de D. José I, rei de Portugal em 1766.

⁷ Em 1807 a família real e a corte retiram-se para o Brasil, numa fuga às invasões francesas. Com a ausência prolongada do rei e o ambiente hostil que se vivia no país, as ideias liberais – que iam de encontro aos princípios da Revolução Francesa – acabam por ser bem recebidas deixando Portugal num ambiente revolucionário (Barros, 1948:131-4).

para liberalizar o reino, conseguiu que D. Miguel, em 1834 depusesse as armas e se retirasse do território português (Barros, 1948:150-4).

A Capitania-Geral tem aqui o seu fim definitivo e após uma reorganização administrativa em todo o reino – que perdurará até ao 25 de abril de 1974 –, o arquipélago dos Açores passa a contar com quatro distritos administrativos: Angra (que inclui Terceira, São Jorge e Graciosa), Ponta Delgada (que inclui São Miguel e Santa Maria) e Horta (que inclui Faial, Pico, Flores e Corvo), cada um dirigido por um Governador e uma Junta Geral (Goulart, 2008:74-8).

Depois de vários ensaios para se alcançar uma verdadeira autonomia dos Açores – entre decretos que limitavam a autonomia a questões administrativas e políticas do Estado Novo que em nada pactuavam com descentralizações insulares –, é formalizada na Constituição da República Portuguesa de 1976 a criação da Região Autónoma dos Açores. A Assembleia Regional é o órgão representativo do arquipélago e é eleito por sufrágio direto e universal, ficando o poder central representado primeiro por um Ministro da República e mais tarde – em 2004, pelo Representante da República (Goulart, 2008:78-88).

A partir daquele momento o arquipélago passa a ter não só uma autonomia administrativa mas também uma autonomia política e financeira, que lhe permite uma gestão mais desafogada da realidade insular.

II. 2. CAUSAS DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA

No devir histórico, diz-nos Maria Enes (1989:37), «não é um factor *per si* o responsável pelos comportamentos sociais que marcam a história; antes a confluência de múltiplos fatores que age como causa ou efeito de tais comportamentos estruturais».

Os conflitos jurisdicionais que se geram com a sobreposição dos poderes, por parte das entidades governativas locais e nacionais, contribuiu para a situação administrativa confusa e desequilibrada que acima tivemos oportunidade de observar. Estes, a par com outros problemas que no presente ponto descortinaremos, contribuíram – com um grau de importância maior ou menor, dependendo do contexto social e económico da região e dos países de destino – para esta epopeia que moldou a história dos ilhéus deste arquipélago.

Distribuição da propriedade

Para incentivar a ida de colonos para os Açores, a Coroa serve-se da estratégia da doação de terras em regime de sesmarias. As terras são doadas a indivíduos escolhidos pelos donatários, capitães-donatários ou seus representantes, na condição de estes ficarem responsáveis pela limpeza e exploração dos terrenos por um período de cinco anos. Passado o período estipulado e se as condições fossem respeitadas, passavam estes a ser os seus legítimos proprietários. É de salientar que a doação das terras era feita em grande parte, a pessoas com uma ligação aos senhores das ilhas, quer por laços familiares, quer por clientelismo (Goulart, 2008:112-14).

Como consequência do aumento demográfico verifica-se uma maior procura na posse de terras cultiváveis ao mesmo tempo que se observa o crescimento da vinculação fundiária⁸. Como resultado desta prática, há uma visível concentração da propriedade nas mãos de um número restrito de indivíduos que, segundo Mendonça e Ávila (2002:16), estão na «génese da aristocracia local». Esta concentração da propriedade é sobretudo visível nas ilhas maiores e mais férteis, como é o caso da ilha de São Miguel e da Terceira, sendo que nas restantes ilhas verifica-se uma maior divisão das parcelas agrícolas, que satisfaz as necessidades do núcleo familiar (Goulart, 2008:115-18).

O aumento da população aliado à concentração da propriedade provoca um enriquecimento desequilibrado de uns e empobrecimento daqueles que não possuindo terras, estava sujeito a rendas ou a viver de salários miseráveis. A propósito da problemática da desigual distribuição da propriedade Luís Ribeiro⁹ refere que, estando a propriedade concentrada nas mãos de um conjunto restrito de indivíduos, o cidadão comum «não passará dum pobre trabalhador, às vezes, nos anos maus, quasi com a miséria a bater-lhe à porta» (1983:143). Quer pelo baixo salário que recebe como jornaleiro, quer como arrendatário sujeito a rendas elevadíssimas, quer como pequeno proprietário – no caso das ilhas mais pequenas –, constrangido por uma cultura rotineira e sem possibilidades de se desenvolver.

Apesar dos diversos projetos legislativos que visavam aumentar as áreas cultiváveis¹⁰ e promover o cultivo efetivo das terras¹¹, a «bipolarização social» era cada

⁸ A terça parte do património familiar é reservada para um herdeiro, dando-se primazia ao filho mais velho do sexo masculino, a qual não podia ser partilhada nem alienada (Goulart, 2008:115)

⁹ *Homenagem ao Emigrante Açoriano* in «Obras III – Etnografia Açoriana», 1983:143-4.

¹⁰ Como a reutilização dos terrenos baldios, medida liderada pelo Capitão-General em 1766, mas que não foi bem aceite pela população.

¹¹ A lei de 9 de setembro de 1769 obrigava a que todas as terras vinculadas com um rendimento inferior a 100.000 réis fossem extintas.

vez mais significativa, não deixando muitas vezes à crescente mão-de-obra, outra alternativa que a emigração (Goulart, 2008:115-19). É de referir que a grande maioria dos emigrantes, 90%, provém de grupos sociais sem propriedade (Maria João, 1991:190-1).

Sobrepovoamento

Mendonça e Ávila (2002:11-5) defendem que o superpovoamento das ilhas terá sido uma das causas da saída de muitos açorianos do Arquipélago. Os autores falam numa «pressão demográfica» a partir de meados do século XVIII que, como terá referido o Padre António Cordeiro no início daquele século: «[...]as mesmas ilhas já não podem sustentar a tanto povo, será mais conveniente tirar dele, de anos em anos, alguns casais inteiros para o Brasil, Angola e Maranhão». Em 1746 o rei D. João V envia ao Corregedor dos Açores uma carta onde propõe a casais açorianos uma ajuda para emigrarem para o Brasil, aliviando assim a pressão demográfica que no arquipélago se fazia sentir. Segundo estes testemunhos, haveria portanto, um excedente de mão-de-obra que não era absorvido pela região.

Também Cristóvão de Aguiar¹² (1976) aponta o aumento demográfico – desta vez no terceiro quartel do século XIX – como um elemento impulsionador da emigração açoriana. Porém, o autor defende que este aumento demográfico não implica necessariamente um problema de sustentabilidade, uma vez que existem outros países com maior densidade populacional e cujas taxas de emigração não são tão elevadas. O mesmo autor alerta, contudo, para a «coincidência entre os períodos de emigração mais acentuados e aqueles em que a densidade é mais elevada».

Por outro lado, para Manuel Souza Mendes (citado in Salvi, 1990:226), o superpovoamento não foi uma das causas da emigração açoriana. O autor argumenta com o facto de ser conhecido que ao tempo do Brigadeiro Silva Paes (Governador do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) não ter sido possível arranjar 4000 casais voluntários para a empreitada que por esta altura se pretendia realizar. Também segundo Ribeiro¹³ (1940:143) não se pode pensar na sobrepopulação, uma vez que – um pouco à imagem do que foi dito por Cristóvão de Aguiar no parágrafo anterior – a densidade nos

¹² Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana. *Correio dos Açores*, n.ºs 16510; 16512 ; 16514; 16522; 16526; 16528, 1976.

¹³ *Homenagem ao Emigrante Açoriano* in «Obras III – Etnografia Açoriana», 1983:143-4.

Açores é menor que noutras regiões do globo onde a emigração é muito pouca ou até inexistente. O autor atribui à defeituosa organização económica do arquipélago, o principal motivo pelo qual não são retirados da terra, os frutos necessários ao sustento da população.

Os frutos da terra: o problema dos cereais e dos outros meios de sustento

A fertilidade inicial das terras do arquipélago – com especial apetência para a cultura do cereal – permitiu a total subsistência da população e a regular exportação dos produtos cultivados. E como refere Meneses (1994:77-9) correspondendo assim aos propósitos económicos que ditam a expansão portuguesa do século XV, que pretendia ao mesmo tempo suprir as carências cerealíferas do reino, bem como rentabilizar as terras através da comercialização internacional de novos produtos. Todavia, a partir dos finais do século XVI o decréscimo de algumas produções anuncia um esgotamento do solo, que associado às calamidades naturais e ao crescimento demográfico, provocam anos de carência e fome, sobretudo visível no século XVIII (Goulart, 2008:119-125).

A baixa produtividade não era contudo, a única e principal causa das crises alimentares. A fome e a carência deviam-se muitas vezes, à excessiva exportação dos produtos agrícolas por proprietários e comerciantes, sem que antes fossem garantidas as necessidades locais. Numa tentativa de garantir o consumo e sobrevivência dos habitantes, a Coroa viu-se obrigada a intervir. No regimento de 1507, ficou estipulado que só era permitida a exportação de cereais, após estar assegurada a quantidade necessária à população local. Apesar das ordens superiores, os excessos na exportação do trigo continuavam e o monarca, em 1562, determinou que doravante, ficaria nas ilhas $\frac{1}{4}$ do trigo produzido (Mendonça e Ávila, 2002:23-7).

Contudo, a exportação excessiva continuava, muitas vezes com a conivência das autoridades locais ou pelas mãos de proprietários cuja influência política, permitia encobrir estas práticas. Veja-se a propósito, o testemunho de Governador dos Açores relativamente à conduta do Juiz de Fora da Ribeira Grande e do ex-Juiz de Ponta Delgada: «...eram públicos negociantes com damno irreparavel dos Povos, pois lhes exportavam aos Mantimentos em tal quantidade, que os punhão em apreção de padecerem de fome...»¹⁴ Viviam portanto, em situação de muita carência e dúvida, as

¹⁴ Citado em Mendonça e Ávila (2002:25).

populações que não sendo proprietários das terras, se sujeitavam ao nepotismo dos senhores das terras que «por terem na sua mão o indispensável sustento deles, e de suas famílias, sertos da necessidade aliás irremediável da compra [elevam] as suas cazas sobre a ruína dos miseráveis...»¹⁵.

A par do ciclo económico do trigo, que teve início a partir do povoamento do arquipélago, outras foram as produções que caracterizaram a economia açoriana. Durante os séculos XVI e XVII a produção de pastel, uma planta tintureira que produz a cor azul, ocupou a economia açoriana. Também data do início do povoamento, o cultivo da vinha nos grupos oriental e central (Goulart, 2008:119-124), cultivo este que a partir do século XVI vai multiplicar-se. Todavia, em meados do século XIX, os vinhedos são destruídos pelo *oidium*¹⁶, aniquilando assim a produção de vinho que até então fazia parte integrante da economia insular (Salvi, 1990:77). O ciclo da laranja, com início no século XVII, vem marcar uma nova fase económica (Rosa e Trigo, 1990:53-4; Salvi, 1990:77), contribuindo, desta forma, para um período de grande prosperidade em todo o arquipélago. Assim, quando a doença da laranja se abateu sobre os pomares, em meados de setenta do século XIX, provocou uma forte crise na economia insular (Maria João, 1991:187-8). Na tentativa de recompor a balança do arquipélago, assistiu-se a um certo desenvolvimento da indústria ligada à transformação de certos produtos agrícolas (tabaco, chá, espadana, destilação de álcool a partir da batata doce e açúcar de beterraba). Todavia, o seu sucesso foi efémero e nunca passou os limites do arquipélago, quer pelas suas reduzidas hipóteses de competitividade no exterior, quer por entraves a nível governamental – no caso da produção álcool de batata-doce, proibida pelo governo central (Mendonça e Ávila, 2002:33-6; Goulart, 2008:145-6).

Como já podemos observar, as calamidades naturais aparecem igualmente como forças impulsionadoras da emigração açoriana, sobretudo quando associadas a fatores conjunturais. Assim, diz-nos Rosa e Trigo (1990:67) que as mudanças de ciclos económicos são alturas propícias a grande emigração, pois sem ocupação alternativa à atividade agrícola, os insulanos ficam obrigados a deixar a região (João, 1991:190).

E se outras razões há para que os açorianos deixem a sua terra, no dizer de Riley (2003:153), «a verdadeira razão, ou pelo menos a mais determinante é, sem dúvida alguma, a fome».

¹⁵ Citado em Mendonça e Ávila (2002:26).

¹⁶ Nome do conjunto de fungos unicelulares.

Serviço Militar

O serviço militar obrigatório representou também outra das causas da partida de muitos jovens do sexo masculino que fugiam, clandestinamente, a este sacrifício.

Durante a campanha Liberal, muitos homens da ilha do Pico foram impelidos a fazer parte daquela luta, o que os levou a «odiar o serviço militar». Na tentativa de fugir ao recrutamento militar, muitos foram aqueles que clandestinamente embarcaram nas baleeiras americanas (Pavão, 1989). Segundo Maria João (1991:192-3), a fuga ao recrutamento atinge valores elevados entre 1855-71, sobretudo no distrito da Horta, quando dos 1 750 soldados contingentados, apenas 475 se apresentaram e só 156 entraram efetivamente no serviço militar.

O serviço militar, para além do repúdio que provocava nos jovens que «veem na farda, não o que ela representa de nobre e elevado, mas a túnica de um condenado...»¹⁷, tinha também implicações sobre a economia das famílias rurais, uma vez que o jovem – elemento importante do núcleo familiar, pela sua força de braços – era muitas vezes obrigado a sair do arquipélago para cumprir o serviço militar (Ribeiro¹⁸, 1940:219; Maria João, 1991:192-3; Mendonça e Ávila, 2002:112-5).

Causas psicológicas

Se alguns autores tendem a referir a condição socioeconómica do arquipélago como causa central da emigração açoriana, outros há que vêm nos fatores psicológicos (espírito de aventura, desejo de viajar) o verdadeiro motivo pelo qual muitos deixaram os Açores.

Em *Corsário das Ilhas*, Vitorino Nemésio (1952:121) diz: «Não sou marinheiro, mas sou ilhéu e portanto embarcado». A partir desta afirmação, Salvi (1990:221-2) questiona se seria, de facto, este espírito “embarcado” o principal motivo que levou muitos ilhéus a partir. Segundo um Inquérito Parlamentar de 1873, a emigração portuguesa não era conduzida pela miséria ou falta de trabalho mas pela ambição da riqueza, pelo desejo de voltarem ricos à Pátria (Mendonça e Ávila, 2002:37-38). Relativamente ao Açores, acrescenta-se que «homens com importantes responsabilidades políticas pensavam sensivelmente o mesmo». Ao contrário do que

¹⁷ Mont’Alverne de Sequeira, «Questões Açorianas», citado em Mendonça e Ávila (2002:190).

¹⁸ *Síntese da influência do mar na vida popular dos Açores* in «Obras I – Vária», 1983:217-222.

terá sido esta visão oficial do poder instituído – que o povo emigrava por razões de ordem psicológica –, Reis Leite citado em Mendonça e Ávila (2002:38), reconhece que esta terá sido uma imagem mais “romântica” do fenómeno da emigração, uma versão mais conveniente que não implicava ao governo Liberal, admitir a incapacidade do sistema vigente.

Diz Alzira Silva (2010:132) que «nas ilhas, somos originários do mar e é sobre o mar que partimos todas as vezes que a solidão se torna maior do que a ilha». O mar é então, aquele que transporta (física e psicologicamente) o açoriano para outros horizontes, que força a partida, pelo isolamento que causa. Porém, Luís Ribeiro¹⁹ (1940:220-1) refere que a emigração não deve ser atribuída à atração que o mar exerce sobre o açoriano, mas sim pelo desejo deste melhorar a sua condição de vida. Para o autor, o açoriano emigra na esperança de poupar o suficiente para que no seu retorno, possa comprar terra para cultivar. Fá-lo por imitação e porque a diferença de salários, mais altos no país de destino, motivam-no a sair da sua ilha.

Cristóvão de Aguiar²⁰ (1976) refere que os Estados Unidos tinham um efeito mágico para aqueles que ficavam e que este era de tal forma potente que, no vocabulário ilhéu, entraram muitos termos (alguns perduraram até à atualidade) que são corruptelas do inglês, como é exemplo “alvarozes” (de overall) ou “suera” (de swetar). Este facto mostra-nos, em certa medida, a atração psicológica que terá influenciado as partidas por imitação.

Para Eça de Queirós (1979:73) a causa absoluta, que atua de forma idêntica e universal, é a miséria. O autor refere ainda que «as outras causas são transitórias e acidentais, que em determinadas épocas podem estimular e acelerar movimentos excepcionais de emigração, em razão dum excepcional desenvolvimento da pobreza».

II. 3. PRINCIPAIS DESTINOS DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA

Segundo Joel Serrão (1971:363-373) há uma diferença entre emigração e colonização, sendo esta última uma forma de emigração com características próprias. Para o autor, o colonizador é aquele que sai do seu país com destino a uma colónia, no

¹⁹ Luís Ribeiro, *Síntese da influência do mar na vida popular dos Açores* in «Obras I – Vária», 1983, pp.217-222

²⁰ Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana. *Correio dos Açores*, n.ºs 16510; 16512 ; 16514; 16522; 16526; 16528, 1976.

quadro de uma iniciativa estatal, por razões de ordem estratégica, política ou económica. Por outro lado, o emigrante é aquele que decidiu sair do seu país, independentemente de solicitações oficiais – até mesmo, em alguns casos, opondo-se a estas –, por motivos pessoais, gerados livremente. Contudo, isso não significa que os primeiros colonizadores partissem forçados, mas antes de forma deliberada, conciliando o desejo pessoal de emigrar com o interesse estatal.

A emigração açoriana, ainda sob forma de colonização, iniciou-se no século XVI, foi sofrendo mudanças e mudou o arquipélago e os atores e atrizes desta aventura. Porém, foi só a partir do século XVII que esta se tornou sistemática e no século seguinte, com as características que hoje atribuímos à emigração e teve como grandes destinos o Brasil, os Estados Unidos, o Havai, as Bermudas e o Canadá.

Seguidamente teremos a oportunidade de dar corpo a um espaço cronológico que representa os principais fluxos emigratórios açorianos, onde abordaremos de forma detalhada a emigração açoriana para o Brasil – por ter sido o primeiro grande destino –, assim como a emigração para os Estados Unidos e para o Canadá, países onde se localizam as Casas dos Açores que servem de objeto de estudo à presente dissertação.

II. 3. 1. Os primórdios da emigração açoriana e o Brasil

Numa carta dirigida ao rei e datada de 1 de maio de 1541, aparece o que consta ser segundo Madeira (1999:197), a mais antiga notícia sobre a saída de açorianos como potenciais militares ou colonizadores: «...e desta só ilha [São Miguel] se poderam tirar trezentos homeis cavaleiros nas vomtades e obras e cada huum destes ao menos que pode levar sam dous piões que sam por todos novecemtos [...] para servirem V. Alteza e porque por ventura V. Al. nom tera esta emformação lho faço a saber...»²¹. Alguns anos mais tarde, em 1550, é enviada uma carta a Pedro Annes do Canto onde o rei lhe incube a tarefa de «notificar [na] cidade d’Angra, e em todas as villas e povoações d’essas ilhas como [o rei manda] dar embarcações e mantimentos a todas as pessoas que quizerem ir viver às ditas partes do Brazil [capitania da Bahia], e alem d’isso [que] lhe serão lá dadas [...] terras que plantem e aproveitem livremente».²² Este pedido tem como

²¹ “Carta do Dr. Manoel Alvares, sobre se poderem tirar 900 homens, de São Miguel; 1 de Maio de 1541” -in *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1981:162

²² “Carta de elrei de 11 de setembro de 1550 – Fundação da cidade da Bahia e colonos das ilhas” in *Arquivo dos Açores*, vol. XII, 1981:414-5

objetivo principal o de colonizar a recém-criada cidade na capitania da Baía, que segundo a mesma carta, é dotada de terras férteis e precisa de mão-de-obra para cultivar.

É também em Gaspar Frutuoso que encontramos um outro testemunho da emigração do século XVI. No seu Livro III das *Saudades da Terra*, diz o cronista que «Diogo Fernandes Faleiro [...] no ano de mil quinhentos e setenta e nove [...], sendo de muita esterilidade, como haviam sido já outros atrás, de que ficaram os moradores da ilha tão atribulados e pobres, [...] os persuadiu que se quisessem sair daquela miséria e se fossem para o Brasil, para o que gastou com eles, provendo-os de todo o necessário para a sua embarcação, duzentos mil reis...»²³.

Apesar de serem conhecidos alguns episódios de emigração para o Brasil no século XVI, é apenas no século seguinte que esta ganha maior expressão. Segundo Mendonça e Ávila (2002:51-72), nesta fase da emigração os colonos são encaminhados sobretudo para a região do Maranhão. Assim, logo em 1621 chegaram àquela colónia 200 casais²⁴ açorianos e em 1628, outros 200 casais aguardavam a saída para o mesmo destino (Rosa e Trigo, 1990:68-9; Madeira, 1999:198-9). Outro documento que mostra a preferência pelo destino do Maranhão é uma carta de 1648, dirigida ao Almoxarife da ilha de Santa Maria onde se informava que, pelo Decreto de 19 de setembro daquele ano «com a maior brevidade se enviasse a esta dita Ilha huma embarcação, capaz de levar *cem cazaes* ao Maranhão, que constavam de quinhentas para seiscentas pessoas...»²⁵

A erupção vulcânica do ano de 1672, que ocorreu na ilha do Faial, terá influenciado o importante fluxo migratório que se seguiu. No ano de 1675, o provedor da Fazenda dos Açores, Agostinho Borges de Sousa, informava que 50 casais faialenses – 234 pessoas – tinham partido para o Pará sob a responsabilidade do capitão-mor, Jorge Goulart Pimentel. Para além destes 50 casais, outros tantos aguardavam prontos para partir.²⁶ Na mesma situação periclitante encontrava-se a ilha vizinha do Pico, pelo que Jorge Goulart Pimentel dá conta, num outro documento, que «se podem tirar daquela

²³ 1996:61

²⁴ É de ressaltar que o conceito de *casal*, utilizado nas fontes e presente neste capítulo, é uma unidade-base que significa não o conjunto homem/mulher, mas sim o núcleo familiar restrito (pais e filhos), podendo mesmo abranger muitas vezes, elementos de outros agregados (pais, irmãos, cunhados, etc.) (Madeira, 1999:203).

²⁵ “Mandado do Concelho da Fazenda, para o Almoxarife da ilha de Santa Maria. 1648” in *Arquivo dos Açores*, vol. I, p. 485.

²⁶ “Allegação de serviços feitos por Jorge Goulart Pimentel, Capitão-mor da Ilha do Fayal. 1660-1676” in *Arquivo dos Açores*, vol. I pp. 368-70.

Ilha [Faial], e da do Pico cem cazais mais, sem todos estes fazerem falta»²⁷. Também da ilha Graciosa chegavam indicações de que a população se encontrava numa situação desesperante: em 1676 chega à Coroa uma petição em nome dos oficiais das Câmaras e Capitães-mor daquela ilha para que fossem enviados navios para o transporte de 200 casais para o Maranhão, uma vez que estes se encontravam «...muyto pobres faltos de todo o necessario...»²⁸

Refira-se que, para além dos indivíduos que saíam destinados a colonizar as regiões do Brasil, outros são os que saem destinados a servir os desígnios militares. Segundo Madeira (1999:202) terão saído do arquipélago, no espaço de oito anos – 1637 a 1645 –, cerca de 2 600 homens para as regiões portuguesas do Brasil. Em termos quantitativos, os movimentos migratórios açorianos de Quinhentos e Seiscentos terão permitido a saída de aproximadamente 1 000 casais – o correspondente a cerca de 5 000 indivíduos e de aproximadamente 3 000 militares (Madeira, 1999:202-3).

Até meados do século XVIII, a emigração açoriana deve ser caracterizada como sendo uma emigração principalmente colonizadora e fundada em movimentações familiares. As saídas não se faziam livremente, mas antes com o consentimento da Coroa que em resposta aos apelos das entidades oficiais locais em representação do povo (como se verifica pelo exemplo da ilha Graciosa, anteriormente descrito) e em caso afirmativo, facultava os respetivos transportes (Mendonça e Ávila, 2002:57-72). Para além disso, emigrava-se apenas para os destinos que eram de interesse estatal, quer quando se tratava de uma emigração induzida pela Coroa quer nos casos em que se tratava de uma saída em resposta aos apelos populares.

Na primeira metade de setecentos, diz-nos Madeira (1999:205-6), o fluxo emigratório não foi tão significativo como o que se havia verificado anteriormente. Em consequência, provavelmente, da promulgação da lei de 20 de março de 1720 que exigia que todos aqueles que se quisessem deslocar para o Brasil, deveriam apresentar uma justificação documental. Não obstante, a Coroa continuou a promover e a apoiar a saída de açorianos para os seus empreendimentos no Brasil. Com o reconhecimento em 1715, da posse da Colónia de Sacramento, urgia agora colonizar as regiões que se situavam a sul do Rio de Janeiro, tornando-se estes destinos prioritários no envio de colonos. Assim, D. João V estava disposto a garantir o transporte e apoio financeiros até àqueles

²⁷ AHU, *Açores*, Caixa 2, doc. 18 (6/8/1677) Citado em Madeira, 1999:200-1.

²⁸ AHU, Caixa 2, doc. 7 Citado em Mendonça e Ávila, 2002:53.

– num limite máximo de 4 000 casais – que estivessem interessados em partir para o Brasil (Arquivo dos Açores, vol. I). Como consequência destas promessas havia já em 1747, cerca de 8 mil alistados para partir para o Brasil. Sabe-se que entre 1748 e 1752 terão saído dos Açores rumo a Santa Catarina cerca de 6 000 pessoas. Calcula-se que 3 000 colonos se fixaram na ilha de Santa Catarina e os restantes foram distribuídos ao longo do litoral sul da Capitania de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (Mendonça e Ávila, 2002:69). Carreiro da Costa (1959:63) refere o “grande desfalque” que se fez sentir nas ilhas após 1747, também Madeira (1999:206-8) referiu este período como sendo de forte intensidade emigratória.

Numa tentativa de controlar a saída dos açorianos, que se apresentava agora como uma ameaça à economia insular, é criado o Alvará de 4 de julho de 1758 que proíbe que «pessoa alguma, de hum, e outro sexo, de qualquer qualidade, e Condição, que seja, possa sahir das Ilhas da Madeira, e dos Açores para estes Reinos, e suas conquistas, e para os Paizes Estrangeiros, sem Passaporte...»²⁹. Para Carreiro da Costa (1959:63) esta foi uma medida que «evitou a ruína, então eminente, da agricultura açoriana, por falta de braços.»³⁰ Apesar das tentativas de controlo, a saída de indivíduos continuava a fazer-se de forma clandestina³¹ e incontrolável. Este fluxo migratório clandestino é notícia em muita documentação da época, como é exemplo a carta de D. Miguel de Mello enviada aos ministros das ilhas e ao Corregedor de São Miguel onde faz saber que foi testemunha da chegada ao Rio de Janeiro, em 1803, de 200 emigrantes vindos de São Miguel, sem que houvesse registos desta migração (Enes, 1989:38-40).

Entre 1766 e 1820 foram apurados 977 passaportes com destino ao Brasil, o que equivale a cerca de 1 817 indivíduos de ambos os sexos (Madeira, 1999:221-2). Contudo, este número, correspondendo apenas ao número de indivíduos que saíram pela via oficial, não mostra os quantitativos reais da emigração açoriana, uma vez que em diversos documentos oficiais da altura afirma-se que a emigração clandestina devia ser em mesmo número ou até mesmo em número superior relativamente à emigração oficial (João, 1991:183).

Segundo Riley (2003:143-155), até então, estamos perante «um fenómeno

²⁹ *Código 592-Açores do arquivo Histórico Ultramarino. A capitania-geral dos Açores durante o consulado pombalino*, introdução e fixação de texto por José Guilherme Reis Leite, 1988:92.

³⁰ in Mota de Vasconcelos, *Epopéia do emigrante insular – Subsídios para a sua história, Movimento para a sua consagração*, 1959:63.

³¹ A emigração clandestina assumia diversas designações, nomeadamente fugir *do alto* (Flores), de calhau (Terceira), *de salto* (Faial e Pico) e *de penedo* (São Miguel).

migratório de carácter colonial, determinado por decisões políticas da coroa portuguesa» e que a emigração açoriana para o Brasil no seu “termo mais restrito” só se verifica no séc. XIX após a independência do Brasil e a consolidação do liberalismo em Portugal. Num prolongamento da tradição estabelecida no século XVI, entre as décadas de 1830-60, a maioria dos açorianos escolheu o Brasil como terra de acolhimento. No ano de 1835, dos 552 passaportes imitados para o distrito de Ponta Delgada, 453 tinham como destino o Brasil. Outro exemplo que evidencia o ainda poder atrativo do Brasil é o de 1862-71, em que 98,7% dos indivíduos saídos do distrito de Angra emigraram para a antiga colónia (Maria João, 1991:188-9; Mendonça e Ávila, 2002:103-111).

Devido à crescente necessidade de mão-de-obra – resultado das imposições ao tráfico de escravos em meados do século XIX – as autoridades brasileiras procuravam incentivar a afluência de imigrantes estrangeiros para o trabalho braçal no território. Os açorianos que não tinham possibilidade de obter passaporte para partir pela via legal, optavam pela clandestinidade para darem o “salto” para o Brasil. E os “engajadores”, recrutadores assalariados, eram úteis nestes desígnios. Muitas vezes eram homens sem escrúpulos que iludiam a população pouco informada, com promessas de ouro e felicidade, quando na realidade o que encontravam à chegada eram condições muito penalizadoras: ou ficavam presos à dívida com os capitães dos navios que os haviam transportado ou muitas vezes sujeitavam-se a contratos de trabalho que os transformavam em trabalhadores forçados, ligados de forma vitalícia às roças de café dos senhores com quem frequentemente estabeleciam contrato.

Esta situação, a que muitos chamavam de “escravatura branca”, foi sendo denunciada pelos intelectuais através de jornais e folhetos, contribuindo para que o destino Brasil começasse aos poucos a ser menos requisitado. Para além disso, autores como Mendonça e Ávila (2002:165-171), Sacuntala de Miranda (1999:59-74) ou Maria João (1990:188-9) referem que as condições económicas oferecidas pela antiga colónia eram cada vez menos atrativas para os portugueses Da América, por outro lado, chegavam notícias que relatavam a abundância de ouro³², tornando a escolha dos açorianos cada vez mais evidente. Já referia *O Fayalense* que o «emigrado dos Estados-Unidos aparece-nos com um aspecto claramente distinto do colono do Brazil. [...] apresenta um estado de civilização muito mais adeantado». Tudo isso concorreu para a mudança no fluxo migratório a que se assistiu, a partir de 1870 (Mendonça e Ávila,

³² Em 1848 foram descobertas minas de ouro na Califórnia.

2002:165-178; Riley, 2003:143-155). Os Estados Unidos eram agora o destino preferencial, onde o ilhéu coloca todas as suas esperanças num futuro de maior sorte e prosperidade.

II. 3. 2. Os Estados Unidos da América

Foi o distrito da Horta que se demarcou nesta viragem na orientação dos seus emigrantes. No início da década de setenta, do século XIX, a maioria dos indivíduos que saíam do porto da Horta iam para a América do Norte. Entre 1891 e 1896, já 91,5% da emigração do distrito da Horta tem como destino os Estados Unidos (Maria João, 1991:189-190; Mendonça e Ávila, 2002:165-178).

Para esta mudança de paradigma na emigração açoriana terá contribuído a «excellencia do pequeno porto da Horta, que fez d'aquella cidade centro de expedição, e pela frequência dos baleeiros...»³³. Efetivamente as baleeiras americanas, que faziam escala nos Açores para se aprovisionarem de víveres, contribuíram em grande medida para o aumento do fluxo migratório para os Estados Unidos, uma vez que recrutavam um número considerável de jovens das ilhas ocidentais. Segundo Maria João (1991:189), entre 1854 e 1856, saíram do porto da Horta 1 070 pessoas, das quais 36,6% para a pesca da baleia.

Conforme nos diz Manuel Jacinto de Andrade (1997:9-10), foi por volta de 1765 que os navios baleeiros começaram a tocar os Açores, particularmente a ilha do Faial e pelo menos em 1780 já eram fornecidos tripulantes açorianos aos navios que passavam pelo arquipélago. Também Pavão (1989) refere que o chamado “ciclo baleeiro” – que levou muitos açorianos a estabelecerem-se na costa da Nova Inglaterra, dedicando-se às atividades marítimas e à indústria do óleo de baleia – teve início por volta daquele período e menciona o ano de 1769. Por outro lado, segundo o padre picoense João Inácio de Azevedo Encarnação (primeiro missionário português nos Estados Unidos), a emigração para aquele país terá começado por volta de 1840, com os açorianos que partiam clandestinamente nas baleeiras de New Bedford, Boston e New London (Andrade, 1997:9-10). Constata-se, assim, que, mesmo antes dos anos setenta do século XIX, os açorianos partiam já rumo aos Estados Unidos, altura em que, como já foi dito, o grosso da emigração se dirigia para o Brasil.

³³ *O Fayalense*, agosto de 1868, nº 52 citado em Mendonça e Ávila, 2002:108.

Apesar destas datas, que nos dão conta de episódios de uma mais precoce emigração açoriana para a América do Norte, foi na década de noventa do século XIX que a emigração açoriana para os Estados Unidos ganhou a sua verdadeira força, sobrepondo-se ao destino Brasil, desta vez também nos distritos de Ponta Delgada e Angra. O Quadro 1 é representativo desta realidade.

Quadro 1 – Emigração para o Brasil e para os EUA 1881-1900

ANOS	DESTINOS	DISTRITOS			TOTAL
		Angra do Heroísmo	Horta	Ponta Delgada	
1891	Brasil	685	187	1 586	2 458
	EUA	429	874	617	1 920
1900	Brasil	233	72	236	541
	EUA	876	701	2 516	4 093

Fonte: Goulart (2008:204)

A emigração açoriana para os Estados Unidos da América teve duas regiões como destino principal: a Califórnia, na costa oeste e a região da Nova Inglaterra, na costa leste. Diz-nos Mayone Dias (1982:12-3) que os principais focos de presença portuguesa nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XIX, eram portos baleeiros, nomeadamente, New Bedford, Fall River, na região da Nova Inglaterra e San Francisco, Monterey e San Diego, na Califórnia. Desta forma e por questões de ordem metodológica optamos por organizar o presente capítulo tendo em conta, igualmente, esta questão geográfica.

Nova Inglaterra

A região da Nova Inglaterra engloba os estados de Connecticut, Maine, Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Vermont. Boston é a cidade mais povoada e é também o centro cultural e económico da região.

Como já foi possível verificar, esta primeira fase da emigração açoriana para os Estados Unidos teve início com a caça à baleia e permitiu organizar as primeiras comunidades açorianas na Nova Inglaterra e na Califórnia. Diz-nos Mota de Vasconcelos (1959:13) que a paragem da frota baleeira nos portos açorianos por volta de Agosto e Setembro, era praticamente certa e que «os rapazes destas ilhas tinham

sempre lugar a bordo». Muitos destes indivíduos trabalhavam geralmente durante um ano e depois de desembarcarem em New Bedford, seguiam para as vilas e cidades do leste e da Califórnia. A título de exemplo, no ano de 1879, diz-nos a mesma fonte, entraram no porto da Horta, 35 embarcações baleeiras. Em 1880, já um terço da tripulação dos navios baleeiros de New Bedford era portuguesa e o bairro por eles habitado tinha o nome de *Fayal*. (Dias, 1982)

Com a diminuição da atividade baleeira e o sucessivo progresso da indústria têxtil, o número de emigrantes cresce, concentrando-se sobretudo nas cidades de New Bedford e Fall River, ambos no estado do Massachusetts (Silveira, 1989³⁴; Leal, 2007:12-16). Com este progresso da indústria têxtil e consequente necessidade de mão-de-obra, as pequenas comunidades então criadas começam a receber influxo constante de novos emigrantes açorianos (Miranda, 1999:87-111). Em 1930 o número de açorianos era já de 280.000: 35% residia na Califórnia e 40% nos estados de Massachusetts e Rhode Island, na Nova Inglaterra.

Diz-nos Miranda (1999:102) que os emigrantes «viam-se obrigados a adaptar-se às condições de um trabalho fabril disciplinado pelos capatazes [...] e à residência em centros urbanos, uniformes e frios, bem diferentes das suas pacatas freguesias de origem...».

Califórnia

A descoberta das minas de ouro na Califórnia, em 1848, contribuiu em grande medida para que a afluência aos Estados Unidos se fizesse em número significativo. Muitos daqueles que se alistavam como tripulantes nas baleeiras viam nisso, uma forma prática de chegar à Califórnia. Assim, uma vez chegados a terra, acabavam por desertar (Dias, 1982:11-32) na expectativa de encontrar melhor sorte em terra firme. Calcula-se que, nos finais de 1880, existiam 8 000 açorianos no estado da Califórnia e que em 1910, este número era já de 80 000 (Goulart, 2008:203-7).

Contudo, não foi na mineração que os açorianos mais se distinguiram. Segundo Mayone Dias (1982:16-7), as principais atividades a que estes se dedicavam eram a pesca costeira e a agricultura (incluindo a criação de ovelhas e aves de capoeira). Pelo

³⁴ In *Os Açores e as Comunidades: Documentação*. 1989

menos desde 1880 os emigrantes açorianos, sobretudo aqueles vindos da ilha de São Jorge, participam na produção de lacticínios. E segundo Alvin R. Graves (citado em Mayone Dias, 1982:21-3), das 2 400 leitarias existentes³⁵ no Vale de San Joaquín, na Califórnia, 55% a 60% pertencem a portugueses, na sua totalidade terceirenses.

Restrições à emigração

Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos passavam por uma forte crise comercial e industrial. Por esta razão foram adotadas políticas protecionistas que restringiam a entrada de emigrantes. Em 1921 os Estados Unidos aprovavam a “First Quota Act” que limitava a emigração europeia – exceção feita ao norte da Europa – e em 1924 o “Johnson Reed Act” estabelecia o número de quotas que seria atribuído a cada país. A Portugal foi permitido um envio de 500 emigrantes portugueses por ano. Face a esta restrição, os Açores ficaram seriamente penalizados, uma vez que de lá saíam muitos emigrantes: uma média de 5 000 por ano, nas primeiras décadas do século XX (Mendonça e Ávila, 2002:213-232).

Com o quase total encerramento das portas da emigração para os Estados Unidos, a partir dos anos 20 e 30 do século XX, há um decréscimo na emigração. No ano de 1948 emigraram apenas 152 pessoas, o número mais baixo de sempre (Goulart, 2008:206).

Aqueles que durante este período saíram para os Estados Unidos, para além das quotas previstas, fizeram-no por via de carta de chamada feita por familiares. Alguns jovens mais desesperados arranjavam meios alternativos, como os casamentos arranjados, que serviam apenas para a obtenção de uma carta de chamada. Havia jovens de 20 anos a casar com mulheres de 50 ou mais anos, com o contrato de, uma vez nos Estados Unidos, cada um seguir a sua vida (Aguiar, 1976).

Um segundo capítulo deste movimento migratório para a América do Norte ocorre na sequência da erupção do vulcão dos Capelinhos, no ano de 1957, na ilha do Faial. Num ato de solidariedade para com os sinistrados, é aprovado um projeto de Lei que permitia a entrada de 1 500 famílias faialenses para além da quota anual estabelecida para Portugal. Mais tarde foi autorizado que outros emigrantes que já

³⁵ À data de 1969.

tivessem emigrantes radicados nos Estados Unidos, a eles se viessem juntar. Assim, entre 1959 e 1960 saíram do distrito da Horta, 5 164 pessoas.

Mas os números mais expressivos, atingidos nesta segunda fase de emigração, foram consequência do “Immigration Act” de 1965 que permitiu a revisão da lei de 1921 que limitava a entrada de emigrantes nos Estados Unidos (Leal, 2007:13). Entre o ano de 1962 e o ano de 1965, emigraram 13 431 açorianos. Nos quatro anos que se seguiram este número aumentou para 47 875 (Goulart, 2008:206). Assim, nas décadas de 60, 70 e 80, muitos foram os açorianos que saíram do arquipélago, dirigindo-se novamente para as áreas da Califórnia e Nova Inglaterra numa continuação da primeira fase da emigração açoriana, que ocorreu antes das restrições à emigração.

Com a Autonomia dos Açores, a partir de 1976, dá-se um abrandamento no ritmo da emigração, sobretudo a partir de 1980 (Pavão, 1989). Segundo a Direção dos Serviços de Emigração (Silva, 1978:318)³⁶ em 1982 emigraram dos Açores apenas 1 181 indivíduos. Em 1993, 520 foi o número de açorianos que emigraram para os Estados Unidos, o mais baixo registado até então (Andrade, 1997:10).

Segundo os dados do Censo norte-americano de 1990, 900 000 declaram ascendência portuguesa (Leal, 2007:13), dos quais 85% a 90% estima-se serem de origem açoriana (Salvi, 1990:233; Leal 2007:13).

Entre dois mundos

Uma vez chegado à América dos sonhos, o ilhéu tinha de enfrentar novos obstáculos: o choque civilizacional, a grandeza das coisas, as novas formas de pensar o mundo e a língua que muitos nunca chegaram a dominar. Diz-nos Andrade (1997:9) que os açorianos que chegaram na segunda fase da emigração pareciam estar «pelo menos, 50 anos atrasados em relação à sociedade americana contemporânea». Este isolamento do mundo moderno surge na sequência das restrições impostas à emigração pelos Estados Unidos e sobretudo por causa do regime salazarista. Valeu àqueles que não foram pioneiros, a boa vontade dos primeiros aventureiros que já tendo desbravado caminho lhes serviram de porto seguro.

³⁶ «Perspectivas Histórico-Sociológicas das Comunidades Luso-Californianas» in *II Congresso das Comunidades Açorianas*

Longe da terra mas profundamente colados a ela, os emigrantes foram formando comunidades quase exclusivamente açorianas, o que segundo Salvi (1990:233), acontece por questões de «sobrevivência, ou mesmo de identidade cultural». Esta tentativa de replicar o modo de vida que tinham na sua terra natal prejudica, segundo o mesmo autor, a sua integração na sociedade de acolhimento. Com a mesma opinião relativamente a este assunto, Silva (2002) diz que tal facto demonstra uma não integração plena no país de acolhimento, causando muitas vezes paradoxos existenciais. Mayone Dias (1982:47) refere que o facto de os emigrantes não terem sido absorvidos pela cultura do país de acolhimento, permitiu a preservação das tradições trazidas do arquipélago, tradições e valores estes que, segundo Mendonça e Ávila (2002:254-6), foram reavivados com a chegada dos emigrantes da segunda fase do fluxo migratório.

Onésimo Almeida (1987:29) faz referência às comunidades portuguesas nos E.U.A. como a L(USA)lândia e define o termo como sendo um lugar de onde se é, quando se vive neste paradoxo «de ser-se português no estrangeiro (e ser-se-lo até com muito prazer), mas ser-se americano lá na terra (e então aí ser-se-lo com pena) porque, às tantas, bolas! que um homem já nem sabe o que é que é quando até na própria terra o sentem como de lá».

II. 3. 3. Canadá

A partir de 1953 a emigração abriu-se a um novo destino: o Canadá. Através de um recrutamento coordenado pelas autoridades portuguesas e canadianas e a título experimental foi enviado um pequeno contingente de 555 emigrantes portugueses, que contava com 18 açorianos da ilha de São Miguel. A 13 de maio de 1953 estes pioneiros da emigração açoriana para o Canadá chegaram a Halifax, a bordo do navio Satúrnia (Rosa e Trigo, 1990:72). No ano seguinte, em 1954 era enviado o primeiro contingente de trabalhadores açorianos, maioritariamente micaelenses. Era estabelecida, neste ano, uma quota de 950 emigrantes portugueses, dos quais 700 eram açorianos. Tratava-se, sobretudo, de pessoal destinado ao trabalho agrícola.

Em 1954, 79 indivíduos de Santa Maria partiam para o Canadá, formando assim o primeiro contingente daquela ilha. No ano de 1956 a emigração açoriana começa a fazer parte das estatísticas oficiais do Canadá. Neste ano saíram dos Açores rumo ao

Canadá 1 148 pessoas, sendo que no ano seguinte este número era de 2 601 (Mendonça e Ávila, 2002:235-245).

A partir de 1957 a emigração para aquele país deixa de ser feita através de recrutamento, dando lugar às “chamadas familiares”. A propósito desta última leva de emigrantes açorianos que partiu com “visto” de trabalhador, refira-se o livro *Histórias de vida um emigrante açoriano – Achegas para o estudo da grande emigração dos Açores para o Canadá (1953-1957)* (Flávio Paiva, 2004) que relata a história de vida de José Furtado, um dos pioneiros que saiu em 1957. O autor conta-nos que esta última leva foi dividida em três grupos que seguiu separadamente de barco, para a ilha de Santa Maria. Daí apanharam um avião para Montreal. O grupo a que pertencia José Furtado ia destinado a trabalhar para a Companhia Canadiana dos Caminhos de Ferro (CNR), em Alberta. Chegaram àquela região de comboio e durante a viagem foi-lhes ensinado algumas noções de inglês, sobretudo as necessárias ao trabalho nos caminhos-de-ferro. O autor relata as difíceis condições em que trabalhavam, sobretudo climatéricas, com temperaturas de 40 graus negativos. Trabalhava 12 a 16 horas por dia, para conseguir amealhar dinheiro suficiente para poder chamar a família e para não desagradar o patrão. No ano de 1958 foi dispensado dos seus trabalhos na CNR e partiu para Winnipeg, cidade onde vivem cerca de 25 mil portugueses, dos quais 16 mil são açorianos e onde se encontra uma das Casas dos Açores do Canadá, objeto de estudo do presente trabalho. Em abril de 1959 José Furtado mandou chamar a família para junto de si (Paiva, 2004:38-50).

Fazemos esta breve referência para mostrar, como nos diz Mendonça e Ávila (2002:239) que, «com maiores ou menores dificuldades de adaptação a uma língua estranha, a um clima mais agressivo, à aspereza de alguns padrões, e com maiores ou menos situações de sucesso, a emigração portuguesa para o Canadá, liderada por açorianos, tornava-se um dado adquirido». Efetivamente, no ano de 1974, o número de emigrantes portugueses, na sua maioria açorianos, atingiu os 16 333 (Rosa e Trigo, 1990:73).

Segundo Victor da Rosa e Carlos Teixeira (1996:222), não é possível saber o número certo de portugueses e seus descendentes no Canadá. Os autores referem que se alguns apontam para 300.000 portugueses e luso-descendentes a residir no Canadá, outros há que calculam este número em meio milhão. Destes totais, os açorianos serão entre 180.000 e 325.000.

É na província de Ontário onde está concentrado o maior número de portugueses, cerca de 250.000. A *Little Portugal* é uma área delimitada em Toronto que concentra um grande número de famílias açorianas e estabelecimentos comerciais cujos donos são de origem açoriana (Mendonça e Ávila, 2002:240). Estima-se que no ano de 1994 viviam em Toronto cerca de 60 000 açorianos (Andrade, 1997:12). Também a província do Quebec acolhe muitos portugueses, cerca de 55.000 a 60.000, sendo 60% destes indivíduos de origem açoriana (Rosa e Teixeira 1996:222). A língua portuguesa era, segundo o recenseamento de 1991, uma das línguas não-oficiais mais representativas daquela região, com 29.405 falantes.

Victor da Rosa e Carlos Teixeira (1996:230-231) salientam a importância das instituições comunitárias na promoção da portugalidade em geral e da açorianidade em particular. Para os autores estas instituições servem de «escudo protetor contra as investidas assimilatórias da sociedade canadiana» e é de lamentar a pouca presença de açorianos nos quadros diretivos das mesmas. Porém, referem que é “exemplar” a forma como os açorianos conseguiram transportar das ilhas todas as tradições e vivências que os caracterizam enquanto açorianos. As festas em louvor do Divino Espírito Santo, que oportunamente abordaremos, fazem parte destas demonstrações religiosas e lúdicas que ganharam o seu espaço neste país de acolhimento e que em tanto contribuem, como dizem os autores supracitados, na «afirmação coletiva da açorianidade».

Devido à sua importância, a emigração tem sido tópico de muitos estudos em diferentes épocas e perspectivas, realizados por diferentes autores, como tivemos oportunidade de verificar ao longo do presente capítulo. Estas numerosas abordagens à emigração, quer sejam de natureza demográfica, antropológica, linguística ou outra, permitem-nos perceber que se trata de um fenómeno abrangente e complexo (Rocha, 1991:215-16).

A insuficiência de estudos sobre as Casas dos Açores, mais ainda sobre as Casas dos Açores da América do Norte, remeteu-nos para um enquadramento próprio, que nos permitiu entender o interesse social destas agremiações, enquanto elementos reveladores dos focos de emigração açoriana. Será enquanto aglutinadores da identidade cultural açoriana, que abordaremos seguidamente as Casas dos Açores espalhadas pelo mundo.

CAPÍTULO III – AS CASAS DOS AÇORES NO MUNDO

As Casas dos Açores são organizações sem fins lucrativos, que se regem por estatutos próprios a cada uma delas. Relativamente aos órgãos estatutários estas apresentam de uma modo geral, uma Assembleia Geral, um Conselho Fiscal e um Direção Executiva. Os órgãos representativos variam de acordo com a estrutura e necessidade de cada agremiação: algumas têm, por exemplo, Direção de Eventos ou Direção Desportiva.

Neste capítulo teremos como primeiro objetivo dar a conhecer a extensão do universo das Casas dos Açores. O Quadro 2 apresenta o número de Casas dos Açores e a sua localização geográfica, bem como o seu ano de fundação.

Se atentarmos na sua localização, verificamos que estas se encontram mais presentes nas principais regiões de destino da emigração açoriana. O Brasil, que como já vimos, foi até ao século XX o destino de predileção dos açorianos, concentra quatro Casas dos Açores. Nos Estados Unidos as duas Casas dividem-se entre a Nova Inglaterra e a Califórnia (Hilmar), correspondendo às regiões que albergam as maiores comunidades açorianas daquele país. No Canadá, as três Casas dos Açores, à semelhança do que acontece nas demais regiões, localizam-se no seio das principais comunidades açorianas em Portugal Continental ou no estrangeiro.

Quadro 2 – As Casas dos Açores no Mundo

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
Casa dos Açores de Lisboa	Lisboa -Portugal	27 de março de 1927
Casas dos Açores do Norte	Porto - Portugal	6 de março de 1980
Casa dos Açores do Algarve	Faro – Portugal	18 de maio de 1993
Casa dos Açores do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro - Brasil	17 de julho de 1952
Casa dos Açores de São Paulo	São Paulo – Brasil	12 de junho de 1980
Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul	Gravataí – Brasil	Março de 2003
Casa dos Açores da Baía	Salvador da Bahia – Brasil	1981
Casa dos Açores da Califórnia	Hilmar – EUA	20 de dezembro de 1977
Casa dos Açores da Nova Inglaterra	Rhode Island – EUA	8 de junho de 1982
Casa dos Açores Quebeque	Montreal – Canadá	18 de julho de 1978
Casa dos Açores do Ontário	Toronto – Canadá	1985
Casa dos Açores Winnipeg	Manitoba – Canadá	13 de setembro de 1992
Casa dos Açores do Uruguai – Los Azoreños	San Carlos - Uruguai	22 de junho de 1963

Fonte: Sítio do Conselho Mundial das Casas dos Açores³⁷

Sendo a maioria dos emigrantes açorianos proveniente de grupos sociais de baixo rendimento (Maria João, 1991:190-91; Rocha, 1991:217), as lutas por conta das dificuldades financeiras surgem com frequência no seio da comunidade. Em altura de necessidade era comum verificar-se, nas comunidades açorianas da Califórnia, um espírito de entreajuda, ao invés de recorrerem aos serviços sociais do país (Andrade, 1997:10). Neste sentido, a Casa dos Açores da Califórnia, na sua origem, teve como principal objetivo apoiar os indivíduos da comunidade, que se encontrassem em situação de carência (financeira ou outra).

Representar a região de onde partiram, ajudar os recém-chegados e apaziguar nostalgias foram motivos suficientes para estruturar e dar seguimento a um projeto como o das Casas Regionais (Forte, 1996:69). Também no caso das Casas dos Açores encontramos, de um modo geral, as mesmas motivações que conduziram à sua criação. Encontramos em todas um cuidado com o bem-estar da comunidade açoriana, assim como a preocupação em congregar os seus membros. Para além das motivações supracitadas, outras houve que ditaram o projeto de criação das Casas dos Açores: a título de exemplo, refira-se que a Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina encontrou na necessidade de preservação dos bens culturais, deixados pelos colonos açorianos, um forte incentivo para a sua criação (Müller, 1986:165-6).

Mesmo quando os motivos e motivações eram suficientes para congregar os açorianos emigrantes, nalguns casos foi necessário um elemento impulsionador que serviu de incentivo e catalisou o nascimento do projeto. Na Casa dos Açores do Rio de Janeiro, este elemento foi Vitorino Nemésio. Foi aquando da sua primeira visita ao Brasil, em 1952, que o escritor terceirense incentivou a criação de uma Casa Regional que reunisse os açorianos espalhados pelo Rio de Janeiro. Assim, no dia 17 de Julho do mesmo ano, reunidos os vinte e seis sócios fundadores no centro transmuntano, era criada a Casa dos Açores do Rio de Janeiro, tendo como presidente de Honra o próprio Vitorino Nemésio. Também no caso da Casa dos Açores da Nova Inglaterra, o projeto ganhou vida através da ideia trazida por Renato Borges, dirigente da Casa dos Açores de Lisboa, que em 1982 estava de visita a um irmão residente em Rhode Island.

³⁷ Sítio oficial do Conselho Mundial das Casas dos Açores, 2014. Acedido em abril de 2014 em: <http://www.casasdosacores.org/>

No que diz respeito ao calendário festivo das Casas dos Açores, este é adaptado aos meios – financeiros, logísticos e capacidade de mobilização – disponíveis em cada Casa. As festividades cíclicas são comemoradas, de um modo geral, em todas elas, quer com bailes e festas (Baile de Carnaval da Casa dos Açores da Nova Inglaterra; festa de Carnaval da Casa dos Açores de Winnipeg; comemoração do Magusto na Casa dos Açores de Lisboa: festas de Natal na Casa dos Açores do Ontário), com jantares de comemoração dos aniversários das Casas, comemoração dos dias ou semanas dedicadas aos Açores (Dia do Arquipélago dos Açores em São Paulo; Dia Mundial da Açorianidade comemorado pela Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina; Semana Cultural dos Açores comemorada pela Casa dos Açores de Winnipeg), diversos colóquios e lançamentos de livros.

III. 1. FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Para além das festividades cíclicas, comemoradas pelas Casas dos Açores, a devoção ao Divino Espírito Santo, intimamente ligada às comunidades da diáspora, está igualmente presente no calendário de atividades das Casas, tendo algumas um papel proactivo na sua realização.

As festas em louvor do Divino Espírito Santo³⁸ realizam-se tanto no Brasil – cuja emigração está cronologicamente mais distante – como na América do Norte com uma emigração mais recente, o que demonstra o forte enraizamento desta tradição no seio da comunidade açoriana. As festas acontecem desde a primavera até os meados do verão.

No Brasil, estas festas são promovidas em São Paulo e no Rio de Janeiro pelas respetivas Casas dos Açores (Andrade, 1997:27). Também nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul as festas do Divino Espírito Santo marcam presença e atingem um “particular brilhantismo” (Andrade, 1997:27). Desde 2003 a Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina participa nas festas que se realizam na comunidade de Santo António de Lisboa no norte da ilha de Santa Catarina³⁹. Porque a presença açorina

³⁸ Conjunto de cerimónias de carácter religioso em honra e louvor do Espírito Santo, organizada por irmandades independentes da igreja, e que escolhem entre os seus membros o seu imperador (quem organiza a festa). Os festejos incluem distribuição de sopas (tradicionalmente caldo de carne servido com pão e repolho) à população (Leal, 1997:27-8).

³⁹ Blog da Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina, 2014. Acedido em abril de 2014 em: <http://caiscblog.wordpress.com/>

se faz sentir em quase todo o território brasileiro, nos últimos anos, têm sido sinalizados outros estados com tradição nestas festas. É o caso da cidade de Espírito Santo, no estado de Santo Espírito e Sergipe (Castanho, 2013).

Em Lisboa, as festas começaram por ser organizadas pela Irmandade do Espírito Santo, criada em 1931 e sediada na Casa dos Açores. Em 1989, a festa do Espírito Santo transformou-se no “Dia do Açoriano”. Para a inauguração da sede da Casa dos Açores do Algarve, a 9 de junho de 1996, na cidade de Faro, foi servido um jantar do Espírito Santo, com sopas à maneira da ilha de Santa Maria. A Casa dos Açores do Norte, na cidade do Porto, também está ligada à realização destas festas, promovendo-as desde 1986 (Andrade, 1997:32-4).

No Canadá, as festas em louvor do Divino Espírito Santo também fazem parte das festividades de todas as comunidades açorianas. Por exemplo, desde 2010, a Casa dos Açores do Ontário organiza um jantar do Divino Espírito Santo. Também organiza as Grandiosas Festas do Espírito Santo cujo almoço com as tradicionais sopas, acontece no salão da Casa dos Açores do Ontário.⁴⁰

As festas do Espírito Santo realizadas nos Estados Unidos, para além da sua dimensão religiosa são, segundo Leal (2002:29), «um dos principais marcadores da identidade étnica açoriano-americana», representando uma comunidade unidade na paisagem multicultural do país de acolhimento. Na Califórnia o movimento de recriação das Festas remonta a 1882 – data da fundação da Irmandade do Espírito Santo de Alvarado Street em San Leandro, que se destinava sobretudo à celebração deste culto – e desde então foram criadas 144 irmandades do Espírito Santo, 99 das quais existiam pelo menos até ao ano de 2002 (Dias, 1982:48; Andrade, 1997:29; Leal, 2002:28).

A criação das Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra remonta a 1986 e estas realizam-se todos os anos no último fim-de-semana de agosto, em Fall River. A festa dura cinco dias, de quinta-feira – dia da inauguração do arraial – à segunda-feira seguinte, altura em que é realizado um banquete de encerramento. Durante o dia de sábado realiza-se um cortejo etnográfico (ou *parade*, designação pela qual também é conhecida nos Estados Unidos), que serve o propósito inicial da fundação das Festas que é o de «ligar melhor a comunidade a nível da (...) América do Norte, incluindo o Canadá» (Anastácio, 2000 citado em Leal (2002:36). Para isso, são

⁴⁰ Sítio da Casa dos Açores do Ontário, 2014. Acedido em abril de 2014 em: www.cacores.ca

convidadas a desfilarem no cortejo as irmandades do Espírito Santo da América do Norte, organizações da comunidade luso-americana, outras entidades de relevo para a comunidade açor-americana, assim como autoridades políticas açorianas e norte-americanas. É de salientar a participação da Casa dos Açores da Nova Inglaterra nas Grandes Festas de 2000, como nos indica João Leal (2002:35).

Toda a sumptuosidade da festa parece consubstanciar, segundo Mayone Dias (1982:50-51), uma mensagem dirigida aos nativos do país de acolhimento. A comunidade ao mostrar que, sem abdicar dos seus valores regionais e da sua religiosidade, conseguiu atingir um certo nível económico e social, realça – perante uma audiência exterior ao grupo – o grau de realização conquistado em terra estrangeira. Para além disso, é de salientar que este culto ganhou o seu lugar na sociedade de acolhimento. Como Graça Castanho (2012) refere, «O Espírito Santo, levado por nós em sucessivos fluxos migratórios, hoje, não é só nosso, uma vez que já foi integrado pelas comunidades de acolhimento que o vivem, veneram e incluem nas agendas culturais e religiosas das sociedades onde residem».⁴¹

Tomando em consideração a importância da “autoafirmação do emigrante” em terra adotiva (Dias, 1982:50), as festas do Divino Espírito Santo são também importantes para dar visibilidade às Casas dos Açores. Elas implicam uma saída para o exterior da sede (como, por exemplo, a organização e participação na *parade*) e uma forma de as Casas poderem publicitar a sua existência (Forte, 1991:76).

Diz-nos Mayone Dias (Dias, 1982:50) que as festas «para além da inequívoca manifestação de identidade cultural, representam uma oportunidade quase única de convívio». Elas servem ao mesmo tempo para divertir e para reunir os membros da comunidade que por razões geográficas, profissionais ou outras, não mantêm um contacto regular. Assim, as Casas dos Açores ao organizarem ou ao participarem das festividades concorrem para uma vida comunitária saudável ao mesmo tempo que proporcionam a continuidade das tradições açorianas.

III. 2. TRANSNACIONALISMO E AS CASAS DOS AÇORES

⁴¹ Discurso proferido pela Diretora Regional das Comunidades na Sessão de Encerramento do V Congresso Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo.

Segundo as antropólogas Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton Blanc o conceito de *transnacionalismo* é definido como o conjunto de «processos por intermédio dos quais os imigrantes constroem campos sociais que juntam a sua sociedade de origem e a sua sociedade de acolhimento» (Leal, 2007:80).

Para João Leal (2007:83), a participação do Governo Regional, em eventos realizados pelas comunidades açorianas espalhadas pelo mundo, demonstra a existência de uma ideologia de “regionalismo à distância” que se mostra “claramente *transnacional*”. Ao mesmo tempo, o Governo Regional mostra interesse em que este diálogo se mantenha, ao desenvolver políticas de apoio a organizações e a “eventos açorianistas” que se realizam na diáspora. Este “*transnacionalismo* político”, sob a forma de “regionalismo à distância” que referiu o autor, afeta financeiramente as Casas dos Açores, que beneficiam da política de cooperação privilegiada desenvolvida pelo Governo Regional (Leal, 2007:84-6).

É de salientar que a Direção Regional das Comunidades estabeleceu diversos protocolos de cooperação com algumas das Casas dos Açores⁴², cujo objetivo se prende com «o fortalecimento de laços entre os emigrantes e a sua terra natal, a preservação e divulgação dos valores culturais da Região e de solidariedade social nas Comunidades.»⁴³ A internacionalização que as Casas dos Açores permitem aos Açores justifica o posicionamento do Governo Regional dos Açores que tem valorizado e apoiado estas instituições, considerando inclusivamente que as mesmas correspondem “ao projeto mais relevante que os Açores têm na diáspora” (Castanho, 2012). As Casas, sendo parceiras do Governo Regional, têm tido um papel relevante na promoção dos Açores no estrangeiro, ajudam o Governo na organização de eventos relevantes, apoiam ações de natureza diversificada quer nos Açores quer nos países de acolhimento. Nos últimos anos, as Casas dos Açores têm participado na organização de provas de golfe nos Açores (Casa dos Açores do Quebec, Canadá); Celebração de Portugal em Boston

⁴² Foram estabelecidos protocolos com as seguintes Casas dos Açores: Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina - assinado em 1 de Novembro de 2003; Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul - assinado em 31 de Outubro de 2003; Casa dos Açores do Québec - assinado em 22 de Maio de 1998; Casa dos Açores da Nova Inglaterra - assinado em 20 de Fevereiro de 1998; Casa dos Açores do Norte - assinado em 10 de Fevereiro de 1998; Casa dos Açores do Algarve - assinado em 10 de Fevereiro de 1998; Casa dos Açores de Lisboa - assinado em 10 de Fevereiro de 1998; Casa dos Açores da Baía - assinado a 3 de setembro de 2013 (Direção Regional das Comunidades, 2014, Protocolos-Casas dos Açores. Acedido em abril de 2014, em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-ssrpre-drcomunidades/?cName=pgra-ssrpre-drcomunidades&lang=pt&area=ct>)

⁴³ Direção Regional das Comunidades, 2014. Acedido em abril de 2014, em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-ssrpre-drcomunidades/?cName=pgra-ssrpre-drcomunidades&lang=pt&area=ct> Site do Governo Regional dos Açores.

(Casa dos Açores da Nova Inglaterra); Celebração do Dia de Portugal (Casa dos Açores de Toronto, Canadá); Parada do Espírito Santo (Casa dos Açores de Hilmar, Califórnia); Festival de Cantigas ao Desafio (Casa dos Açores de Winipeg, Canadá).

O conceito de *transnacionalismo* apresenta um grau de variação: *transnacionalismo estreito* refere, segundo Itzigsohn e Saucedo (2002, citado em Leal, 2007:82), a participação institucionalizada e contínua em atividades e organizações transnacionais; já o *transnacionalismo alargado* refere-se apenas à participação ocasional em ligações transnacionais. A título ilustrativo deste envolvimento em formas “estreitas”, lembramos a Casa dos Açores da Nova Inglaterra que, nos anos 1990, promovia com regularidade formas “estreitas” de colaboração, traduzidas em sessões com escritores, artistas e criadores açorianos, que se retomaram em 2001 (Leal, 2007:93).

O envolvimento transnacional dos ativistas das organizações da comunidade açoriana é, também ele, variado. Muitos dos dirigentes caracterizam-se pelo envolvimento em redes de relações transnacionais, com visitas regulares à terra de origem. Outros há, contudo, que mantêm uma ligação sentimental à terra de origem, com visitas e contatos esporádicos, uma situação que contrasta com a sua participação ativa, na vida social da comunidade étnica. Nestes casos, a relação com a terra de origem ocupa um plano mais secundário relativamente àquela que mantêm com o grupo étnico (Leal, 2007:95-6).

No caso dos dirigentes das Casas dos Açores da América do Norte, a sua ligação com os Açores mantém-se necessariamente “estreita” uma vez que, fazendo parte do Conselho Mundial das Casas dos Açores – assunto que abordaremos seguidamente –, o contato torna-se regular. A título de exemplo, no ano de 2013, os presidentes das Casas dos Açores do Canadá participaram no Congresso intitulado *60 anos de emigração açoriana para o Canadá 1953-2013*, que teve lugar na ilha de São Miguel e na ilha do Faial.

III. 3. UMA ENTIDADE COMUM

Partindo da ideia de se poder reunir as Casas dos Açores com maior frequência e de se criar uma associação por elas formada, é organizado pela Casa dos Açores da Nova Inglaterra, com o apoio da Direção Regional das Comunidades, no ano de 1997, o

I Encontro das Casas do Açores, que reuniu, pela primeira vez, todas as Casas dos Açores espalhadas pelo mundo.

A partir das ideias debatidas durante este primeiro encontro, é criado a 13 de novembro de 1997, na cidade da Horta, o Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA). Este é um organismo apoiado pela Direção Regional das Comunidades e que tem como principal intenção permitir que as Casas dos Açores “trabalhem e atuem em estreita ligação umas com as outras e com as Entidades Regionais”. Rege-se por estatutos próprios e é constituído por dois órgãos, a saber a Assembleia Geral (constituída por todas as Casas dos Açores do CMCA e pela Direção Regional das Comunidades) e o Secretariado (constituído por quatro elementos: o Presidente do CMCA, o Vice-Presidente, o Secretário e o Tesoureiro), a ser assumido anualmente por cada Casa dos Açores, por ordem de antiguidade. A Assembleia-Geral reúne-se de forma ordinária uma vez por ano. O CMCA tem a sua sede em cada Casa dos Açores, também de forma rotativa.

Atualmente fazem parte do CMCA treze das catorze Casas dos Açores do mundo. No ano de 2013 realizou-se a XVI Assembleia Geral das Casas dos Açores, no Porto e a Casa dos Açores da Bahia (Brasil) esteve presente na qualidade de observadora. Este convite surgiu para que aquela Casa pudesse avaliar a possibilidade de fazer parte do CMCA.⁴⁴

Estima-se que esse número possa vir a aumentar, uma vez que, no decorrer de 2011 e 2012, vários contatos foram estabelecidos, pela Diretora Regional das Comunidades de então, Graça Castanho, com o Clube Açores, em Newark, New Jersey, EUA, e o Clube Vasco da Gama, Bermuda, com vista à análise da possibilidade de estas instituições virem a integrar o CMCA. Deste propósito deu conta a dirigente no CMCA de 2012, tendo este organismo ficado de contatar com os dois clubes mencionados no sentido de os convidar. Fruto desta diligência, no último CMCA, decorrido no Porto, o Clube Vasco da Gama da Bermuda esteve representado no Conselho, através da sua Presidente, com o estatuto de observadora.⁴⁵

⁴⁴ Direção Regional das Comunidades, 2014. Acedido em abril de 2014, em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-ssrpre-drcomunidades/?cName=pgra-ssrpre-drcomunidades&lang=pt&area=ct>

⁴⁵ Direção Regional das Comunidades, 2014. Acedido em abril de 2014, em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-ssrpre-drcomunidades/?cName=pgra-ssrpre-drcomunidades&lang=pt&area=ct>

De entre outras decisões tomadas pelo CMCA, está a de se realizar de quatro em quatro anos a Assembleia Geral no arquipélago dos Açores. Esta decisão parece-nos importante uma vez que vem ao encontro de um dos objetivos do CMCA, que é o de estreitar as ligações entre as Casas dos Açores no mundo e os Açores.

Neste capítulo pretendemos apresentar as informações que foram recolhidas, relativamente ao conjunto das Casas dos Açores existentes no mundo. Inventariamos o seu total, vimos as principais motivações que conduziram a sua criação, fizemos referência ao seu calendário festivo e às suas características mais proeminentes. Vamos dar agora a perceber a história das Casas dos Açores da América do Norte, agremiações que escolhemos para uma análise mais pormenorizada.

CAPÍTULO IV – AS CASAS DOS AÇORES DA AMÉRICA DO NORTE

O presente capítulo foi elaborado tendo em conta as entrevistas realizadas aos dirigentes das Casas, assim como a leitura e análise de documentos e de outras fontes em suporte papel ou *online* que serão devidamente identificadas ao longo do texto.

IV. 1. HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DAS CASAS DOS AÇORES DA AMÉRICA DO NORTE

IV. 1. 1. Casas dos Açores nos Estados Unidos

Casa dos Açores da Nova Inglaterra

Inicialmente com a designação de Casa dos Açores do Estado de Rhode Island, esta organização sem fins lucrativos foi fundada a 8 de junho de 1982 com o propósito de «prover oportunidades educacionais na história, arte e cultura do povo dos Açores radicado no Estado de Rhode Island e Sudoeste da Nova Inglaterra». A ideia da criação da Casa surge – como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior – de Renato Borges, na altura dirigente da Casa dos Açores de Lisboa. Segundo ele, a Casa deveria ser constituída por «um grupo coordenador que funcionaria a nível de secretariado com alguém à frente, em regime de part-time» e que as atividades da futura Casa deveriam diferenciar-se das atividades associativas já existentes naquela comunidade.

As primeiras reuniões da Casa dos Açores tiveram lugar no salão da Igreja de São Francisco Xavier, em East Providence. A 20 de agosto de 1982 reuniram-se os primeiros mentores e ficou deliberada a formação de uma comissão instaladora da Casa dos Açores, em Rhode Island. Mais tarde, a 17 de abril de 1983 realiza-se a primeira Assembleia Geral, de onde surge a primeira direção da Casa que teve como primeiro presidente, João Correia.

Por questões de incompatibilidade profissional⁴⁶ por parte de João Correia, a Casa foi deixada ao “olvido” durante oito anos. Mas em 1990, Leonardo Oliveira – em

⁴⁶ «João Correia, já presidente eleito da Casa dos Açores e no início de uma carreira política como senador estatal [...] foi aconselhado por essa respeitada raposa da política norte americana, o senador Clairbone Pell a não dar, pelo menos, pelos tempos mais próximos, grande actividade à nova organização de carácter açoriano, dado o contexto da política portuguesa, que, na altura, não muito amistosa com os EUA» in Sítio da Casa dos Açores da Nova Inglaterra, Dados Históricos, 2014. Acedido em abril de 2014 em [<http://www.casadosacoresni.org>]

conjunto com um grupo de conterrâneos – inicia esforços para fazer renascer aquela Casa dos Açores. A Casa reabre em 1991, desta vez com a designação atual de Casa dos Açores da Nova Inglaterra (CANI). Aquando da sua reabertura, foram criados estatutos onde estão expressos os direitos e deveres da direção, dos sócios e da assembleia geral. Nestes estão também incluídas duas adendas, referentes ao grupo de música tradicional, *Raízes* e à escola portuguesa. O primeiro presidente desta “segunda fase” foi Paulo Bettencourt, um jovem advogado. A Casa reabre com a mesma vontade de se diferenciar das demais organizações da comunidade, através da promoção de atividades que vão de encontro a uma «cultura mais sofisticada». Porém, segundo o mesmo texto, a Casa dos Açores da Nova Inglaterra não pretende ser um «grupo de elite» mas antes, pretende «justificar a [sua] existência e provar o gosto por essa cultura que principiou na escola, guindou o liceu e para muitos foi até à Faculdade».⁴⁷

Atualmente, e após ter estado em diferentes espaços físicos, a CANI ocupa o escritório da RIAC, em Fall River e que funciona sob a sua alçada. Desde janeiro de 2012 tem como presidente Nélia Alves, nascida na ilha de São Miguel e a viver desde 2007 nos Estados Unidos.

Enquanto jornalista a presidente da CANI acredita que o «sucesso da comunidade emigrante passa pela relação com o país de origem e esta relação também se faz através dos meios de comunicação social» (Alves, 2010:248). Durante as nossas pesquisas pudemos verificar que as atividades da CANI, assim como outros assuntos de interesse para a comunidade, encontram-se bem divulgados quer através do sítio oficial da Casa como na rede social *Facebook*. Através deste último é possível ficarmos a conhecer – através de fotos – os eventos já realizados pela CANI, assim como os seus participantes e intervenientes

Para a presidente Nélia Alves o trabalho desenvolvido pela CANI é uma mais-valia junto das comunidade que serve uma vez que «promove esta relação entre os Açores e os Estados Unidos, que se quer cada vez mais forte e efetiva».

Casa dos Açores de Hilmar

A iniciativa de fundar a Casa dos Açores de Hilmar, na Califórnia partiu de um

⁴⁷ Sítio da Casa dos Açores da Nova Inglaterra, Dados Históricos, 2014. Acedido em abril de 2014 em [<http://www.casadosacoresni.org>]

grupo de indivíduos da comunidade – oriundos dos Açores – que já tinha criado o *Açoriano Sport Clube* em 1970, mas que nunca se tinha organizado a nível estatutário. Em 1977 a Casa dos Açores de Hilmar foi organizada e legalizada, na cidade de Sacramento, na Califórnia, passando o respetivo clube a pertencer à secção desportista da Casa. A primeira reunião realizou-se no salão da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na cidade de Turlock. Hoje a Casa tem sede própria.

O atual presidente da Casa dos Açores de Hilmar é Manuel Eduardo Vieira, um açoriano da ilha do Pico que emigrou em 1962. De acordo com Manuel Vieira, um dos principais objetivos da Casa é promover a cultura portuguesa em geral e açoriana em particular em terras da Califórnia, através da música, do desporto, da literatura e da recriação de tradições.

A Casa dos Açores de Hilmar, à semelhança da Casa dos Açores da Nova Inglaterra, divulga as suas atividades utilizando a rede social *Facebook*. Contudo, esta página aparece muito pouco atualizada. As atividades que realiza são abertas ao público em geral e acontecem dentro e fora da sede.

Hilmar acolherá durante este ano a XVII Assembleia Geral do Conselho Mundial de Casas dos Açores (CMCA), uma vez que a presidência da mesma está a cargo da Casa dos Açores de Hilmar. No discurso de encerramento da XIV Assembleia Geral do CMCA em 2011, Graça Castanho – à época Diretora Regional das Comunidades – fez votos para que em 2014 a Casa dos Açores de Hilmar conseguisse «organizar um Conselho Mundial digno de registo nos anais destes encontros», uma vez que, segundo Graça Castanho, a comunidade açoriana na Califórnia é «uma das mais fortes em termos numéricos e económicos» podendo, com a sua ação e contributos, «fazer a diferença nos Açores».⁴⁸ Estas palavras foram dirigidas ao representante da Casa dos Açores de Hilmar, José Eduardo Vieira, proeminente mecenas e empresário da Califórnia, na área da produção de batata-doce biológica, atual presidente da Casa, a quem cabe a responsabilidade de organizar o Conselho Mundial de 2014.

IV. 1. 2. Casas dos Açores do Canadá

Casa dos Açores do Ontário

⁴⁸ Sítio da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, 2014. Acedido em abril de 2014 em: [<http://casadosacoresrj.com/discurso-de-encerramento-assembleia-cmca-2011/>]

Foi fundada em Toronto, no ano de 1985, por um grupo de pessoas que sentiu a «necessidade de divulgar os valores históricos e culturais dos Açores»⁴⁹. Foi criada como Casa dos Açores de Toronto; contudo, mais de vinte anos após a sua fundação, a comunidade instalou-se um pouco por toda a província de Ontário, pelo que em 2005, foi decidido em Assembleia Geral que a Casa teria uma nova designação: Casa dos Açores de Ontário.

A atual presidente da Casa, Lucília Simas, é natural da ilha do Pico e reside no Canadá desde 1973. É a primeira mulher a presidir à Casa. Segundo Lucília Simas, a vontade de criar uma entidade capaz de valorizar a cultura açoriana/portuguesa no Ontário, surge como motivação para o nascimento da Casa dos Açores do Ontário. Para além disso, a Casa procura ser um «centro que promova e apoie a diversidade, a herança cultural e as tradições lusas». Diz-nos Lucília Simas que o objetivo da Casa dos Açores do Ontário «é, e sempre será, a união e o reforço da nossa vasta identidade cultural».

A Casa já ocupou três espaços alugados desde a sua criação, atualmente possui sede própria, inaugurada em 2007. Arrenda o espaço da sede a outras associações, como é o caso do *Clube Amor da Pátria*, *Sport Club Lusitânia*, *Operário Sports Club*, *Federação dos Empresários Luso-Canadianos* e o restaurante *Ilhas de Bruma*, tirando daí parte do rendimento para o seu financiamento. A Casa também aluga ocasionalmente o espaço do seu Salão Nobre.

Casa dos Açores de Winnipeg

No ano de 1992 um grupo de açorianos teve a ideia de fundar o Centro Cultural Açoriano, com o intuito de «divulgar os Açores e o povo em terras Canadianas».⁵⁰ Segundo José Santos⁵¹, presidente da Casa, houve necessidade de criar um organismo que se dedicasse à divulgação da matriz cultural açoriana, uma vez que as organizações portuguesas da altura não se ocupavam em promover as tradições portuguesas dos Açores. Após cinco anos de manifestações de cariz cultural, a sede do grupo é destruída

⁴⁹ Sítio do Conselho Mundial de Casas dos Açores, 2014. Acedido em abril de 2014 em: [<http://www.casasdosacores.org/>]

⁵⁰ Sítio do Conselho Mundial de Casas dos Açores, 2014. Acedido em abril de 2014 em: [<http://www.casasdosacores.org/>]

⁵¹ José Santos é natural da ilha Terceira e emigrou para o Canadá em 1974. Para ele a Casa representa «uma pequena parcela das nossas ilhas dos Açores».

por um incêndio, o que veio a pôr fim àquela associação.

Em 2000, um outro grupo de pessoas que trazia a mesma vontade de divulgar as tradições açorianas fez «das cinzas do Centro Cultural Açoriano a Casa dos Açores de Winnipeg».

Para o presidente, a criação da Casa foi de grande importância para que os açorianos daquela comunidade se conhecessem melhor, uma vez que se encontravam muito dispersos. Para além disso, a casa tem o papel de «ajudar os mais novos a conhecerem as nossas tradições», assumindo assim a manutenção da cultura açoriana, a congregação da comunidade e a disseminação das tradições na região que serve.

Casa dos Açores de Quebeque

Esta agremiação foi fundada a 18 de julho de 1978 por um grupo de cinco açorianos. O atual presidente da Casa é Benjamin Moniz, natural da ilha de São Miguel. Nos anos 60 emigrou para os EUA e mais tarde, em 1975, foi para o Canadá. Há 35 anos que trabalha para a comunidade.

A Casa foi uma estrutura fechada, em termos de admissão de sócios, apesar das atividades culturais e religiosas desenvolvidas serem direcionadas para a comunidade açoriana e de Portugal Continental em geral. No ano de 1989 um grupo de amigos – do qual Benjamin Moniz fez parte – solicitou que a Casa abrisse a toda a comunidade açoriana. Assim, em 1990 a Casa dos Açores do Quebeque abre-se a todos quantos quisessem fazer parte dela, são criados os seus estatutos e são eleitos os corpos gerentes, tendo Benjamin Moniz feito parte do 1º conselho administrativo. Durante muito tempo os corpos diretivos da Casa lutaram para adquirir sede própria e, finalmente, a 22 de março de 1997, foi inaugurada a sede da Casa que se situa em Montreal. Para isso contaram com o apoio financeiro do Governo Regional.

A Casa tem como um dos principais objetivos divulgar as tradições açorianas e fá-lo através das atividades que realiza. A Casa tem um grupo folclórico e possui uma pequena biblioteca com autores açorianos. Para além disso, serve de sede à Filarmónica do Divino Espírito Santo de Laval. As atividades da Casa são promovidas através das redes sociais *Facebook* e *Twitter*.

Segundo Benjamin Moniz «a Casa dos Açores do Quebeque é hoje uma grande

casa, está aberta a toda a comunidade e procura manter vivas a cultura e as tradições açorianas».⁵²

A história da fundação das Casas dos Açores da América do Norte fornece-nos algumas linhas importantes de análise porquanto nos mostram em que contexto se deu a sua criação e o conteúdo das suas motivações primárias.

Apresentaremos, em seguida, os contextos socioculturais em que as Casas estão inseridas e de que forma estas influenciam as comunidades que servem.

IV. 2. AS CASAS DOS AÇORES DA AMÉRICA DO NORTE COMO LUGARES DE REPRESENTAÇÃO

Para o atual Diretor Regional das Comunidades, Paulo Teves, as Casas dos Açores são «salas de visita da Região além-fronteiras. São os espaços onde os açorianos se encontram, confraternizam, vivenciam manifestações da sua cultura, estudam, criam projetos e divulgam as potencialidades das comunidades que integram, bem como da terra de onde são oriundos». De facto, de um modo geral, cada uma das Casas tem, nos seus primeiros propósitos, o desejo de ser um espaço onde os açorianos dispersos na região se congregam. Todas as Casas dos Açores da América do Norte fazem parte do Conselho Mundial de Casa dos Açores pelo que todas elas caminham com o mesmo fim que se instituiu nos estatutos: «dar a conhecer os Açores, os açorianos e a sua cultura às populações das suas respetivas áreas de influência». É, sobretudo, com o calendário de atividades anuais que as Casas mostram este duplo papel que delas se espera: ao mesmo tempo que acolhem os açorianos, os seus descendentes ou simpatizantes dão a conhecer a matriz cultural açoriana às comunidades das regiões em que se inserem. Façamos por isso, a descrição sumária das principais atividades de cada Casa.

Fazem parte do calendário anual de atividades da Casa dos Açores da Nova Inglaterra (CANI) a comemoração do Dia de Amigas, o baile de Carnaval, comemoração do Dia Internacional da Mulher; comemoração do 25 de Abril, o dia dos Açores, o aniversário da CANI em outubro, ações de solidariedade nos períodos de Natal, Páscoa e no dia de Ação de Graças, com distribuição de cabazes com comida

⁵² O Baluarte, Comunidades, 2014. Acedido em abril de 2014 em : [\[http://www.imprensaregional.com.pt/obaluartepagina/edicao/2/9/noticia/8968\]](http://www.imprensaregional.com.pt/obaluartepagina/edicao/2/9/noticia/8968)

própria da época, a festa de Natal, a festa de música tradicional organizada pelo grupo *Raízes* e exposição de artesanato organizado pelo grupo *Reinventar Tradições* (que durante o ano organiza vários trabalhos que depois são expostos nas festas da CANI e nas festas da comunidade). Para além disso, a Casa participa em eventos de outras organizações, nomeadamente as Grandes Festas do Espírito Santo em Fall River, no Dia de Portugal em Providence e no Festival de Boston. Todas as atividades são abertas à comunidade e são gratuitas, à exceção daquelas que impliquem venda de bilhetes (jantares e bailes).

A CANI organiza também (e desde há muito tempo, salvo no período de interrupção) as Jornadas Culturais. Atualmente têm lugar na semana que antecede as comemorações do Dia dos Açores (este ano com data marcada para 20 de junho). De entre as atividades previstas para este ano, está uma exibição de filmes sobre os Açores e exposições de artesanato e fotografia.

No domínio educacional, a CANI oferece aulas para a obtenção da cidadania americana; contudo, e de acordo com a presidente, não houve inscrições este ano.

Segundo a presidente da Casa, a direção da CANI «tem na sua agenda um trabalho mais próximo com os consulados» podendo assim «desenvolver uma ação mais válida no desenvolvimento da cultura açoriana». É necessário, diz-nos a mesma, «alargar o nosso horizonte de intervenção».⁵³ De facto, em 2013, a CANI foi responsável por uma iniciativa fora do domínio cultural e educacional, quando apelou a que fossem enviadas cartas aos senadores federais responsáveis, mostrando o desacordo da comunidade emigrante relativamente ao despedimento de efetivos previsto para a Base das Lajes.⁵⁴

As atividades que fazem parte do calendário da Casa dos Açores de Hilmar são o convívio de Natal, a Festa de Passagem de Ano, a Matança do Porco à moda dos Açores, apresentação de danças na terça-feira de Carnaval, celebração anual do Divino Espírito Santo, torneio anual do *Açoriano Sport Clube* e o jantar anual de agradecimento aos intervenientes da Casa. De entre as atividades realizadas pela Casa dos Açores de Hilmar, a festa em louvor do Divino Espírito Santo, que ocorre no mês de maio, é aquela que atrai mais pessoas. Esta é igualmente a atividade que o corpo

⁵³ Portuguese Times, Comunidade, 2014. Acedido em abril de 2014 em: [http://www.portuguesetimes.com/Ed_2118/Comuni/co01.htm]

⁵⁴ Correio dos Açores, 05/11/2013, Acedido em abril de 2014 em: [http://www.correiodosacores.info/index.php/opinioao/3328-mobilizacao-a-volta-das-lajes]

diretivo da Casa mais gosta de organizar, por ser «uma paixão do povo açoriano». A Casa procura também dar assistência ao emigrante através do ensino da língua inglesa e no incentivo a que este se torne um cidadão americano com direito de voto. Em suma, pretende «levar a todo o povo oriundo dos Açores benefícios culturais, sociais e recreativos».

A Casa dos Açores do Ontário tem como principais atividades as festas em louvor do Divino Espírito Santo, a Semana Cultural Açoriana, o jantar de gala de comemoração do aniversário da Casa, a festa de Natal das crianças, a Passagem de Ano, o Piquenique Anual Luso-Canadiano, Torneio de Golf, o Cruzeiro de Amizade no lago Ontário e o jantar de aniversário do grupo folclórico *Pérolas do Atlântico*. Como acontece com a Casa dos Açores de Hilmar, uma das atividades que atrai mais pessoas da comunidade, sobretudo pelo peso religioso que alberga, é a festa em louvor do Divino Espírito Santo. Este é também o evento que, segundo Lucília Simas, mais gosto dá de realizar, uma vez que «desperta a saudade e a fé dos imigrantes e [porque] consegue reunir muitas das nossas tradições numa só festa», sem esquecer que esta é «uma tradição que veio do povo, para o povo e que identifica o Açoriano». Durante a Semana Cultural Açoriana, a Casa divulga a literatura, o folclore, a música, tradições como a Matança do Porco à moda dos Açores, a Chamarrita ou o Espírito Santo, e promove a gastronomia e o artesanato açoriano. Sendo que estas são outras das atividades que congregam mais pessoas, é possível afirmar que as mesmas correspondem ao objetivo de «promover os Açores, a sua cultura e suas gentes, propagar a sua imagem e manter vivas as suas tradições e costumes», tal como está previsto no Capítulo I, artigo 6º alínea b) dos Estatutos da Casa dos Açores do Ontário.

Do calendário anual de atividades da Casa dos Açores de Winnipeg fazem parte a Matança do Porco à moda dos Açores, a Festa do Emigrante, a Festa dos Casais, a festa de Carnaval, a Festa das Vindimas, a festa de aniversário da Casa, as festas em louvor do Divino Espírito Santo e a Semana Cultural. Destas atividades realizadas pela Casa, aquelas que atraem mais pessoas da comunidade são também as festas do Espírito Santo, assim como o Carnaval e a Semana Cultural. A Casa tem também dois grupos folclóricos, “Ondas Azuis” e “Memórias da Nossa Terra”. A Semana Cultural aparece como sendo aquela que o corpo diretivo mais gosta de organizar pois «reúne muitos dos nossos conterrâneos e [traz] a cultura da região» ao seio da Casa dos Açores de Winnipeg. A propósito das festas em louvor do Divino Espírito Santo, José Santos

salientou, durante a sua intervenção no Congresso *60 anos de Emigração Açoriana para o Canadá 1953-2013*, à qual tivemos oportunidade de assistir, que através desta festa religiosa há uma identificação daquilo que parecia estar esquecido na comunidade. Durante esta festa são servidas as tradicionais sopas a cerca de 1000 pessoas. Estas sopas são confeccionadas com ingredientes que provêm de doações, o que demonstra a coesão dos indivíduos da comunidade açoriana daquela região. O presidente fez igualmente referência à Igreja Portuguesa de Winnipeg por ser esta um elo entre a paróquia e a Casa. Parece-nos existir uma simbiose entre a Casa e a comunidade de que é quase metáfora a seguinte atividade relatada pelo presidente: «os jovens fazem comida tal como ela era confeccionada nos anos 50 e 60, ensinados por senhoras na Casa, depois vêm todos comer e chamam outras pessoas». No último Congresso dedicado ao Divino Espírito Santo (V Congresso Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo) que decorreu de 31 de maio a 3 de junho de 2012, nos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, na ilha Terceira, ficou decidido que a edição de 2014 deste evento seria no Winnipeg, sob a responsabilidade da Casa dos Açores desta área geográfica.

De entre as atividades que constituem o calendário da Casa dos Açores do Quebeque constam os jantares tipicamente açorianos e a festa do Espírito Santo. Benjamin Moniz explicou, durante o Congresso *60 anos de Emigração Açoriana para o Canadá 1953-2013*, que lutou «contra tudo para levar as festas em louvor do Divino Espírito Santo à Casa», pois havia receio «de se entrar em conflito com a Missão Portuguesa de Santa Cruz».⁵⁵ Finalmente, não foram postos quaisquer problemas e a Casa dos Açores do Quebeque realiza todos os anos as festas do Espírito Santo que «têm um impacto especial na comunidade». Outra das atividades realizadas pela Casa é a Matança do Porco à moda dos Açores que, segundo o presidente, «é um sucesso». Numa ocasião foi realizado um jantar na sede que teve como prato principal os típicos chicharros fritos. Benjamin Moniz refere que, apesar do cheiro «a peixe na sala toda, a iniciativa foi um sucesso!». A Casa disponibiliza também cursos de pintura e realiza convívios para a terceira idade através do seu *Grupo Reviver*. Durante estes convívios um grupo de idosos tem a possibilidade de, duas vezes por mês, passar o dia na Casa e realizar diversas atividades, mediante pagamento de 12 dólares (cerca de 9 euros). A Casa tem também um grupo folclórico e possui uma pequena biblioteca com autores açorianos.

⁵⁵ Missão ligada juridicamente à Obra Católica Portuguesa das Migrações e que também realiza as festas em louvor do Divino Espírito Santo em Montreal.

Todas estas atividades desempenham um papel importante na ação das Casas dos Açores, enquanto pólos da cultura açoriana. Para Paulo Teves «as Casas dos Açores desempenham um papel de relevante importância nos países e regiões onde estão inseridas na sua função representativa da nossa Região»⁵⁶. E, de acordo com o que pudemos verificar, no capítulo anterior, esta representação encontra especial impacto no exterior das sedes das Casas.

Exemplo deste impacto que as Casas têm nas ações que realizam no exterior é a conquista da Casa dos Açores de Winnipeg que conseguiu dar o nome de *Rua dos Açores*, à rua onde se encontra a sua sede. A inauguração da rua ocorreu durante a Semana Cultural dos Açores, em novembro de 2013. No Congresso *60 anos de Emigração Açoriana para o Canadá 1953-2013*, José Santos explicou que «não é uma rua honorária, a rua é nossa, a outra desapareceu!». Para o presidente da Casa «os Açores ficaram maiores». Também em Toronto foi inaugurado, em abril de 2011, um troço na rua onde se localiza a sede da Casa dos Açores de Ontário, com o nome de *Via da Casa dos Açores*.⁵⁷

Ainda nesta parte do trabalho é importante notar que, para além da vertente cultural, as Casas começam a ser chamadas no sentido de uma acentuada intervenção nas áreas sociais e políticas, apoiando as franjas populacionais mais carenciadas. Este exercício de suporte às comunidades, iniciado na altura da diretora regional das Comunidades, Alzira Silva, ganhou forte dinâmica com Graça Castanho (2012, p. 317-341), para quem as questões sociais deveriam constituir, em momento de recessão económica e dificuldades financeiras das famílias, a centralidade do plano de ação da Direção Regional das Comunidades. Nesta área, Castanho (idem) dá conta de um vasto leque de atividades inovadoras, desenvolvidas durante a sua missão, em prol dos mais necessitados nas comunidades. São elas: 1) duas edições do *Congresso Internacional de Serviço Social*, que juntou nos Açores, respetivamente em 2010 e 2012, dezenas de participantes dos EUA e Canadá; 2) *Bolsa de Estudos Dias de Melo*, destinada a estudantes açorianos ou de ascendência açoriana, com residência fixa nos EUA ou Canadá, com o objetivo de elevar o nível educacional das nossas comunidades e ajudar alunos com dificuldades financeiras; 3) *De Mãos Dadas com os Açores*, destinada a

⁵⁶ Direção Regional das Comunidades, 2014. Acedido em abril de 2014 em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/novidades/Diretor+Regional+das+Comunidades+destaca+importante+trabalho+da+Casa+dos+A%C3%A7ores+de+Hilmar.htm?lang=pt&area=ct>

⁵⁷ Açoriano Oriental, abril de 2011. Acedido em abril de 2014 em: <http://www.acorianooriental.pt/noticias/ver/215163>

cidadãos de origem açoriana, portadores de deficiência, que se encontram radicados nos EUA, Canadá e Brasil, com vista a proporcionar aos seus participantes uma visita aos Açores, possibilitando-lhes o conhecimento da realidade açoriana atual e o reencontro com familiares e amigos; 4) um programa dirigido aos deportados dos EUA e Canadá e suas famílias, intitulado *Reencontro de Famílias*, que visa oferecer uma oportunidade de encontro entre os elementos de famílias carenciadas que não se veem há muitos anos, fruto da deportação; 5) *Cabaz de Natal Açoriano*, oferta de centenas de cabazes de Natal, com produtos açorianos, distribuídos a famílias com problemas e em dificuldades nas comunidades da diáspora; 6) criação da *Rede Internacional de Organizações de Serviço Social* que integra mais de 30 organizações, sedadas nos Açores, nos EUA e Canadá, com o propósito de ajudar as nossas comunidades a integrarem-se com qualidade e harmonia nos países de acolhimento, e ajudarem no processo da deportação; 7) *Turismo Sénior*, um programa dirigido às populações idosas emigrantes dos EUA e Canadá, organizado em parceria com a SATA. Este programa foi divulgado pelo Governo dos Açores, mas ainda espera por concretização; 8) *Protocolo com o Gabinete do Xerife, Thomas Hodgson, do Detention Center de Bristol County*, EUA, com vista ao apoio a oferecer aos deportados e suas famílias. Ao abrigo deste protocolo foi desenvolvido um conjunto de ações (Celebração do Thanksgiving nos Açores, com início em 2011, para os deportados e suas famílias nos Açores como forma de transmitir a esta população uma mensagem de apoio das comunidades emigrantes; programa LEGAL – Legalization Effort of the Government of the Azores and Logistics que pretende alertar a comunidade açoriana, nos EUA e Canadá, para o problema da deportação e para a necessidade dos indivíduos se naturalizarem, única forma de evitar o regresso compulsivo; *Between Two Languages* é um projeto com o objetivo de fornecer às instituições, que apoiam os deportados nos Açores, livros em língua inglesa para os indivíduos que têm dificuldades na língua portuguesa poderem ocupar os seus tempos livres de forma saudável; e *Uma Lembrança para os Açores* que consistiu no envio de encomendas dos familiares para os deportados nos Açores, sendo o envio da responsabilidade do referido Detention Center); *Simpósio Internacional sobre Direitos Humanos e Qualidade de Vida nas Comunidades Falantes do Português nos EUA e Canadá*, uma iniciativa científica, realizada nos EUA, nos dias 9 e 10 de Novembro de 2011, em parceria com a Lesley University, a Massachusetts Alliance for Portuguese Speakers, Boston College e Princeton University com o objetivo de proporcionar um espaço de reflexão sobre os problemas e as questões sociais que afetam as nossas

comunidades; 9) *Fórum Finais de Vida: Dos Cuidados Paliativos à Tanatologia*, um evento organizado pela DRC, em finais de 2012, em parceria com a ARRISCA, que contou com a participação de uma especialista dos EUA da SouthCoast VNA, convidada pela ex-diretora. Este evento deu origem a um conjunto de iniciativas e de colaborações entre os EUA e os Açores através da Associação Seniores de S. Miguel, a qual, no momento da redação desta dissertação, está a liderar a criação de Centro de Apoio aos Cuidados Paliativos nos Açores, o qual entre muitas outras atividades está a dinamizar uma Rede de Voluntários de Cuidados Paliativos nos Açores. Este projeto, cuja coordenação no que diz respeito aos contatos com a comunidade açoriana nos EUA é da responsabilidade de Graça Castanho, tem sido alvo de apoio do Governo dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades. Neste momento conta com a parceria de instituições como: SouthCoast VNA; Mass General Hospital; UMass Medical School e o Gabinete do Xerife de Bristol County.

É importante referir que as Casas dos Açores dos EUA e Canadá foram chamadas a intervir em praticamente todas estas atividades, colaborando em reuniões de trabalho, ajudando na divulgação das atividades junto dos seus associados, integrando a Rede Internacional de Organizações de Serviço Social, recrutando candidatos para alguns programas, fazendo sensibilização sobre a deportação, apoiando os idosos, distribuindo os cabazes de natal, participando nos Congressos e Simpósio, etc.

A relevância do papel que as Casas dos Açores desempenham na diáspora é de tal modo elevada, para o Governo dos Açores, que não resistimos a transcrever uma notícia do GACS, da autoria de Gonçalves (2011), publicada no blogue Notícias dos Açores de Junho de 2011, a propósito de afirmações feitas pela ex-Diretora, Graça Castanho, no âmbito de uma reunião de trabalho com o Presidente da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul, Brasil. Assim informa a notícia:

“Se, outrora, as nossas Casas dos Açores “viviam muito as questões do passado, hoje em dia, as Casas dos Açores estão muito viradas para o presente, com os olhos postos no futuro”, observou a Directora Regional. Maria da Graça Castanho defendeu, por isso, haver “necessidade de olhar para as Casas dos Açores como uma ferramenta política de integração”. “Queremos que as Casas dos Açores sejam ‘embaixadas’ dos Açores”, mas que sejam também interpretadas como “uma ferramenta política, dando maior visibilidade aos Açores, investindo na ideia de que os Açores têm dinâmicas modernas que caracterizam a actualidade e não deixar ficar esta ideia de que os Açores devem ser promovidos como um produto do passado”, explicitou. Considerou, por outro

lado, que as Casas dos Açores “não estão isoladas e não vivem só de açorianos e de açorianas”, estando também “muito bem relacionadas com o poder local”.

IV. 3. COMUNIDADES E MASSA ASSOCIATIVA

As comunidades açorianas dos EUA apresentam-se, relativamente à sua composição geracional, divididas em dois grupos: o primeiro alberga os emigrantes da primeira fase da emigração que, como já vimos, vai até aos primeiros anos do século XX e aqueles da segunda fase que ocorreu, sobretudo, entre 1958 e 1974. De acordo com Deolinda Adão, não existe apenas uma comunidade portuguesa nos Estados Unidos, uma vez que se trata de uma emigração que se estendeu mais ou menos por 150 anos. Para além disso, como referimos acima, foi uma emigração que se deu em dois fluxos, divididos entre si por cerca de três décadas (Deolinda Adão, 2012:228-234). Segundo João Leal (2007:47-8) os indivíduos que constituíram a primeira fase de emigração tiveram uma maior tendência para assimilar a cultura americana. Este facto, explica Deolinda Adão (2012:233), deve-se «ao período histórico não muito favorável para aqueles que pretendiam manter a sua diferença étnica», em que se encontravam estes emigrantes. Apesar disso, foi esta primeira vaga migratória que fundou muitas das associações portuguesas nos EUA. Porém, se muitas sobreviveram até à atualidade foi graças à chegada dos emigrantes da segunda vaga. Para ambos os autores supracitados, os indivíduos da segunda fase da emigração revelam-se fundamentais na renovação e manutenção das raízes açorianas.

Esta segunda vaga de emigrantes é ainda fracionável: os indivíduos de 1ª geração, que nasceram nos Açores e os indivíduos de 2ª geração (que inclui jovens pertencentes a uma 3ª e mesmo 4ª geração), já nascidos nos EUA. (Leal, 2007:47-8). Esta última é também denominada, por Deolinda Adão, de «geração sanduíche», pois, segundo a autora, «é sobre esta geração que cai a responsabilidade de forjar relações permanentes entre Portugal e os Estados Unidos, de forma a garantir a continuidade das comunidades portuguesas espalhadas pelos diversos Estados americanos» (2012:234). É também desta última geração que se recrutam alunos para as escolas portuguesas, grupos folclóricos e bandas filarmónicas (Leal, 2007:47).

No caso do Canadá, de acordo com José Teixeira e Victor Rosa (1996:229), de uma maneira geral, os portugueses «têm uma tendência para manter a cultura dos

antepassados e transmiti-la aos seus descendentes». Segundo José Carlos Teixeira⁵⁸, existem hoje no Canadá quatro gerações de açorianos e açor-descendentes. José Teixeira fala da existência de estudos que relatam uma rejeição, por parte da 2ª geração, dos valores culturais dos pais (indivíduos da 1ª geração). Porém, outros estudos há que mostram uma redescoberta das origens pela 3ª geração. Se, por um lado, se verifica uma perda da língua portuguesa pelos indivíduos da 2ª geração (segundo um estudo realizado pelo autor, ¼ dos jovens inquiridos de 2ª geração não falava português em casa) por outro, a língua portuguesa parece interessar a geração seguinte.

No que concerne à massa associativa das Casas dos Açores da América do Norte, esta caracteriza-se por ser constituída maioritariamente por casais, algumas vezes pelo agregado familiar – no caso da Casa dos Açores da Nova Inglaterra alguns casais têm os filhos inscritos, uma vez que enquanto estudantes estão isentos do pagamento da quota – e outras por um sócio por lar (Casa dos Açores de Hilmar). A Casa dos Açores do Ontário tem também empresas que fazem parte da sua massa associativa. Rondam os 350 sócios (Casa dos Açores de Winnipeg) e os 500 sócios (Casa dos Açores do Quebec), sendo que no caso da Casa dos Açores de Ontário, existem 1266 registados, mas apenas 400 com quotas pagas anualmente. As quotas anuais variam entre os 14 euros e os 52 euros para os sócios a título individual e os 21 euros e os 78 euros para o casal. A Casa dos Açores de Ontário tem a tarifa de estudante e de terceira idade que correspondem a uma quota anual de aproximadamente 19 euros. Na mesma Casa a tarifa para empresas é de mais ou menos 131 euros. A Casa dos Açores de Winnipeg apresenta também uma tarifa para sócios com mais de 65 anos, que corresponde a cerca de 18 euros anuais.

A média de idades dos sócios das Casas ronda os 40 e os 50 anos. A maioria deles nasceu nos Açores e são, segundo os dirigentes, os membros mais ativos daquelas agremiações. Na Casa dos Açores de Winnipeg os sócios nascidos no Canadá rondam os 10% e na Casa dos Açores do Ontário, os 40%. Segundo o presidente da Casa dos Açores de Hilmar «são diversos os sócios já nascidos na América» os quais têm dado muito dinamismo às atividades da Casa. Na Casa dos Açores da Nova Inglaterra há, segundo a presidente, uma exceção interessante relativamente à participação da massa associativa: alguns dos elementos do *Raízes* são jovens nascidos nos EUA que têm uma participação ativa no grupo e consequentemente em algumas atividades da Casa. A

⁵⁸ Estação de Serviço. RTP Açores 5 de dezembro de 2013

presidente da Casa dos Açores do Ontário refere que, apesar de serem os elementos nascidos nos Açores, aqueles que mais participam nas atividades, os jovens têm mostrado interesse nas raízes e cultura açoriana. Este facto vem testemunhar aquilo que foi referido por José Teixeira⁵⁹ relativamente ao renascer de um interesse pelas raízes, por parte dos mais novos.

Não existem pré-requisitos específicos para se ser sócio, exceção feita à Casa dos Açores de Winnipeg onde é necessário ser-se açoriano/a, descendente de açoriano/a ou casado/a com uma pessoa natural dos Açores, bastando que o indivíduo que pretende ser admitido se identifique com os ideais e objetivos da Casa.

IV. 4. AS CASAS DOS AÇORES DA AMÉRICA DO NORTE E O ENSINO DO PORTUGUÊS

Como consequência do processo de assimilação das culturas dos EUA e do Canadá pelos indivíduos da 2ª geração dá-se o declínio da utilização da língua portuguesa como língua de comunicação quotidiana e regular no seio daquela geração. De acordo com Deolinda Adão (2012:232), muitos descendentes da comunidade portuguesa do início do século XX não falam português fluentemente, o que conhecem e utilizam são apenas vocábulos e termos emblemáticos. Diniz Borges, citado por João Leal (2007:111) refere – numa crónica publicada no Portuguese Times⁶⁰ - o português como “língua de dias de festa”, relativamente ao uso que lhe é dado pelos luso-descendentes.

Emília Mendonça, citada em Leal (2007:113) explica que os pais punham os filhos a aprender português por uma necessidade familiar, para poderem comunicar com os avós e porque eles próprios (os pais) não dominavam o inglês. Assim, com o inevitável desaparecimento da geração dos avós e dominando os pais, cada vez melhor o inglês, deixa de haver esta necessidade de comunicação familiar, contribuindo em grande medida, para o declínio do uso do português. Outra das razões apontadas como possível causa do declínio do uso do português é o facto de o inglês ser utilizado como língua de comunicação em casa, numa tentativa de garantir o sucesso escolar dos filhos (Leal, 2007:113).

⁵⁹ Estação de Serviço. RTP Açores 5 de dezembro de 2013

⁶⁰ Portuguese Times, 13/06/2001:32

Para os sociólogos Richard Alba e Victor Nee, citados em João Leal (2007:119) a língua é fundamental para «a persistência da diferenciação cultural, uma vez que muitos aspetos da cultura étnica estão embebidos numa matriz cultural». No processo de assimilação da cultura do país de acolhimento, um dos primeiros passos para que esta ocorra é o declínio da língua. Segundo Leal (2007:114-120), o número de alunos a frequentar aulas de português nos clubes portugueses dos Estados Unidos da América foi decrescendo desde a década de 1990. Para além disso, a aprendizagem da língua já não é feita por questões de herança linguística, mas sim por esta ser um possível instrumento no mercado de trabalho. Assim, o valor associado à língua portuguesa sofre uma mutação no seio da 2ª geração, levando muitos setores das comunidades açoriano-americanas a optarem pelo uso do bilinguismo, ou, como refere o autor, do *english only*. Maria José Carvalho, da Biblioteca da Casa da Saudade, em New Bedford (Nova Inglaterra) citada em Leal (2007:112): «[...]se nós queremos que esta camada jovem tenha alguma ligação cultural com o ser português e tenha orgulho na cultura dos seus pais, temos de começar a mostrar a estes jovens, na língua deles, o que é Portugal...». A Presidente da Casa dos Açores da Nova Inglaterra partilha da mesma opinião. Segundo a mesma, o facto dos jovens já não falarem português constitui um grande obstáculo para trazê-los até à Casa. A presidente explica que «acaba por ser um paradoxo porque, se por um lado, incentivamos a manutenção da língua portuguesa, por outro, percebemos que esta é um obstáculo às novas gerações. Esta direção tem, por isso, consciência que cada vez mais temos de fazer os eventos em inglês».

Advoga Castanho (2010a), bem como Castanho et al. (2000) que o ensino do Português, tradicionalmente, tem sido ensinado, nos EUA, em escolas comunitárias, escolas oficiais dos países de acolhimento e em universidades, ou seja, tem sido um processo fora da alçada das Casas dos Açores. Permite-nos o trabalho que desenvolveu, na Embaixada de Portugal em Washington DC, como Conselheira para o ensino Português nos EUA e Bermuda, perceber que é nas áreas de forte concentração de comunidades açorianas (Massachusetts, Rhode Island e Califórnia) onde, há mais de um século, se investe no ensino do Português (Castanho, 2010b). O estudo que a autora realizou sobre as manifestações de ensino Português concluiu que, naquele país, em 2005, mais de 15 mil alunos estudavam o idioma luso, nos diversos níveis de ensino, em diferentes tipos de instituições, número considerado abaixo do habitual, por força das leis restritivas quanto ao ensino de programas bilingues em Estados como

Massachusetts e Califórnia. Apesar desta situação, Castanho (2010b) acredita que o ensino da língua portuguesa continua a crescer nos EUA, mais que não seja pela necessidade e interesse em torno da mesma junto das novas gerações lusodescendentes, da população norte-americana em geral e dos órgãos do governo. A este propósito, recordou a Lei Federal de 1958, reforçada em 2004, intitulada National Security Language Act, que coloca a língua portuguesa na lista de idiomas prioritários para os EUA, por motivos de segurança nacional e relacionamento com os países da lusofonia.

Na última década, o ensino da língua portuguesa apresenta-se também como uma das funções inerentes a algumas das Casas estudadas. A Casa dos Açores de Ontário oferece aulas de português, duas vezes por semana e tem atualmente dez alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos. Para além de açorianos, frequentam as aulas alunos com raízes no continente português, China e Ucrânia. As principais motivações que os levam a frequentar as aulas são as de manter viva a língua dos seus ascendentes e/ou aprender uma segunda língua. Outra das agremiações que oferece aulas de português é a Casa dos Açores de Hilmar. Atualmente tem cerca de 25 alunos cuja média de idade é 26 anos. Segundo o presidente da Casa, o que motiva estes alunos a frequentar as aulas é a vontade de aprender a falar a língua dos seus pais e dos seus avós. Para além de alunos com raízes nos Açores, encontram-se a frequentar as aulas de português, alunos ligados a Portugal continental.

Até 2012 a CANI teve ao seu cuidado a escola de português para crianças, em East Providence. Com a saída da Casa daquela região (como vimos, encontra-se agora em Fall River), a escola decidiu ficar independente. Atualmente a CANI está empenhada em reabrir a Escola de Português da CANI, encontrando-se por isso a tratar de todo o processo logístico necessário. Casa dos Açores de Winnipeg não sente necessidade de oferecer aulas de português, uma vez que outra organização pertencente à comunidade já o faz. Porém, José Santos acredita que a participação dos jovens no Grupo Folclórico da Casa permite-lhes aprender português. O presidente daquela Casa afirmou, no Congresso *60 anos de Emigração Açoriana para o Canadá 1953-2013*, que o grupo é «quase como uma escola de português, pois a cantar também se aprende a língua».

A Casa dos Açores de Hilmar, para além de oferecer aulas de português, também oferece aulas de inglês. Este facto mereceu a nossa atenção e reflexão. Ora, atualmente ensinar inglês é ainda um objetivo numa Casa dos Açores que se insere numa

comunidade em que – como vimos – os indivíduos da 2ª geração apresentam-se com o processo de assimilação concluído e, consequentemente, com um domínio total da língua inglesa. Será que estamos hoje a vivenciar um novo fluxo emigratório expressivo? Não cabendo ao presente trabalho aprofundar este tema, julgamos, contudo, ser de algum interesse esta questão, pelo que deixamos neste parágrafo esta chamada de atenção.

A Direção Regional das Comunidades tem vindo, ao longo das últimas décadas, a oferecer apoio ao ensino do Português nos EUA, Canadá e Bermuda. Na vasta maioria destas atividades, a DRC conta com a participação ativa das Casas dos Açores dos EUA e do Canadá, parceiras privilegiadas no trabalho desenvolvido pelo Governo dos Açores em prol dos emigrantes ou açor-descendentes.

Foi no decorrer de exercício de funções da Diretora Regional Graça Castanho que houve um investimento maior nesta área de intervenção. Castanho (2012, p. 317-341), referindo-se a algumas atividades desenvolvidas pela DRC, em sede de uma publicação sobre o Simpósio Internacional sobre Direitos Humanos e Qualidade de Vida nas Comunidades Falantes do Português nos EUA e Canadá, dá conta de alguns desses projetos. São eles: 1) *Universal Design for Learning – Teaching Portuguese Worldwide*, um programa internacional que consiste na disponibilização de material em língua portuguesa em recurso *online*, denominado BookBuilder. Este projeto, que à data desta publicação já conta com mais de uma centena de textos publicados em Português, foi o resultado de uma parceria entre o Center for Applied Special Technology (CAST), Portuguese World Language Institute da Lesley University, a Universidade dos Açores e a DRC; 2) *Protocolo com a George Washington University* que prevê o ensino de conteúdos sobre os Açores e da açorianidade naquela prestigiada instituição de ensino superior; 3) *Ao Colo da Língua Portuguesa* que consiste no envio de um *kit* com livros e material didático para as famílias com crianças até cinco anos de idade e instituições detentoras de berçários/creches, infantários e Jardins educativos, sediadas nas comunidades açorianas. O objetivo é incentivar, em contexto ecológico e familiar, a aprendizagem do 3º idioma europeu mais falado no mundo – o português; 4) *Curso de Verão para docentes de Língua, Literatura e Cultura Portuguesas nos EUA*. Trata-se de um curso de duas semanas, da responsabilidade da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, em parceria com a DRC e a Universidade dos Açores que visa corresponder às necessidades de atualização da classe docente nas áreas do ensino que

ministraram; 5) *Crianças Unidas com os Açores* consiste na organização de *kits*, por parte de crianças que frequentam a escola básica, com material dos Açores a ser enviado para crianças hospitalizadas em espaços da diáspora açoriana; 6) *Prémio de Jornalismo Comunidades*, destinado a premiar trabalhos jornalísticos sobre as comunidades migrantes; 7) *Congresso Internacional de Órgãos de Comunicação Social*, que decorreu em Toronto, entre 12 a 14 de junho de 2012, permitindo reforçar o intercâmbio e relacionamento entre os Órgãos de Comunicação Social de Língua Portuguesa das Comunidades Emigradas com os Açores e sensibilizar para a necessidade de os media dignificarem e fazerem justiça às comunidades açorianas espalhadas pelo mundo; e 8) *Campo de Férias Intercultural* com o objetivo de alertar as gerações mais novas para o respeito pela diversidade cultural e pela sua riqueza, através da promoção do convívio e da troca de ideias e de experiências, em língua portuguesa, entre jovens da diáspora e das diferentes ilhas dos Açores. Ainda sobre esta problemática do ensino do Português, foi-nos adiantado pela ex-diretora regional das Comunidades, Graça Castanho, que a mesma, fruto da sua ação e diligências, esteve na génese da criação da Universidade Sénior para a comunidade portuguesa na área de Toronto, um projeto que juntou a Universidade de Toronto, através da Doutora Manuela Marujo, a Casa dos Açores do Ontário, a Direção Regional das Comunidades e outros organismos da diáspora. Também foi da sua responsabilidade a criação do curso de Português, no Bermuda College, após contatos estabelecidos entre esta instituição de ensino e o Clube Vasco da Gama, sedado em Hamilton, forte candidato a integrar proximamente o Conselho Mundial das Casas dos Açores, como já foi referido anteriormente.

IV. 4. O FUTURO DAS CASAS DOS AÇORES DA AMÉRICA DO NORTE

De acordo com Rodrigo Oliveira, subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas, «a área primordial de atuação das Casas dos Açores atingiu um grau de maturidade e de intervenção nas comunidades que permite pensar no que podem fazer mais».⁶¹ Não descurando contudo, a sua ação no âmbito da promoção da Açorianidade e preservação das tradições e costumes açorianos, o subsecretário explica que se pretende incentivar uma nova dinâmica nas Casas dos Açores, que se traduz na

⁶¹ Direção Regional das Comunidades, 2014. Acedido em abril de 2014 em: [http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-ssrpre/noticias/Rodrigo+Oliveira+destaca+papel+das+Casas+dos+A%C3%A7ores.htm]

promoção de uma «formação específica para as Casas dos Açores na área da promoção do turismo e da captação de investimentos, disponibilizando ainda, em todas as instituições, material de promoção e de informação sobre a Região e as suas potencialidades».

Todavia, se estas pretensões em grande escala parecem transpirar convicção acerca do futuro das Casas dos Açores de uma forma geral, por seu lado as Casas dos Açores da América do Norte debatem-se com questões a uma escala interina que as levam a ser ao mesmo tempo cautelosas e dinâmicas. Numa comunidade onde a emigração – com as dimensões que outrora conhecemos – terminou e onde não existe, portanto, rejuvenescimento dos seus membros, as agremiações como as Casas dos Açores sujeitam-se a uma extinção inevitável. Por esta razão é necessário uma adaptação à realidade na qual se integram e é imprescindível que as Casas se reinventem para que a sua função continue a fazer sentido para as comunidades que servem. Assim sendo, quais têm sido as estratégias adotadas pelas Casas, no sentido de renovar a sua massa associativa?

Antes responder a esta questão, outras tiveram e têm de ser respondidas. Começamos pela Casa dos Açores da Nova Inglaterra. Foi, desde o início, objeto de preocupação das Casas encontrar uma sede onde se pudessem instalar. Como vimos, todas elas têm um espaço próprio à exceção da CANI. Posto isso, a grande prioridade daquela agremiação é, de facto, encontrar uma casa para a Casa, que seja uma infraestrutura que proporcione o espaço necessário à realização das suas atividades anuais e outras atividades que possam ir de encontro aos jovens.

Para além da questão do espaço, o volume de trabalho aparece como um aspeto a ser revisto para que a Casa funcione em pleno. Segundo a presidente da Casa, Nélia Alves, «com o volume de trabalho que temos, as atividades e o novo objetivo de levar a comunidade emigrante da nossa área aos Açores e estreitar, assim, as nossas relações, promover o turismo, etc., torna-se difícil manter esse um trabalho voluntário» é por isso «evidente a necessidade de manter alguém a trabalhar a tempo inteiro na Casa de modo a fazer face a todos os novos projetos e objetivos a que somos chamados hoje».

Posto isso, e voltando à questão do rejuvenescimento, parece-nos que mais do que tentar renovar e rejuvenescer a massa associativa das Casas é imprescindível incentivar os jovens açor-descendentes ou simpatizantes dos Açores a – como fizeram os emigrantes da segunda vaga – “pegarem nas rédeas” daquelas organizações. Esta é

uma questão que está na agenda do atual corpo dirigente da Casa dos Açores do Ontário, em que uma das prioridades é «incentivar a juventude a tomar posições na Direção e envolver-se nas atividades da Casa». De igual forma Benjamin Moniz, da Casa dos Açores do Quebeque referiu que no passado não envolveram os jovens mas que «agora é tempo de [os envolver] e metê-los na administração da Casa dos Açores para que possamos assegurar o futuro.» Neste sentido, foram lançadas algumas iniciativas, nomeadamente o primeiro *Serão dos Jovens*, que estava marcado para o mês de abril de 2014. Esta iniciativa pretende questionar a juventude sobre aquilo que são os seus interesses e expetativas no que diz respeito à atuação da Casa dos Açores do Quebeque

Neste sentido, e fruto da ação da ex-Diretora Regional das Comunidades, Graça Castanho, em 2012, pela primeira vez na história do CMCA, juntaram-se ao Conselho jovens representantes de todas as Casas dos Açores do mundo, num exercício de preparação de jovens dinâmicos e envolvidos na gestão das Casas, com perspetivas de, no futuro, se constituírem líderes associativos ao serviço das comunidades açorianas.

A escolha das redes sociais, para a divulgação das atividades de algumas das Casas dos Açores estudadas parece-nos ir ao encontro da preocupação recorrente de recrutar jovens para aquelas instituições. Por ser este um meio frequentemente utilizado pela camada mais jovem, torna-se mais fácil chegar a este público-alvo e maior a probabilidade que estes se interessem por fazer parte das Casas.

Relativamente às estratégias utilizadas pelos dirigentes, no sentido de recrutar jovens para as Casas diz-nos Nélia Alves, que as portas da CANI estão abertas não só aos jovens açorianos e do continente português mas também «a outras nacionalidades como é o caso de Cabo Verde, Brasil, enfim à lusofonia que faz todo o sentido em contexto de diáspora». Como vimos, os grupos folclóricos, musicais e bandas filarmónicas – relembremos a Banda Filarmónica do Divino Espírito Santo na Casa dos Açores do Quebeque, onde 80% dos jovens que a ela pertencem nasceram já no Canadá – servem também de chamariz aos jovens (como por exemplo o grupos *Raízes* da CANI). Também o do uso da língua inglesa para promover a matriz cultural açoriana, aparece como uma alternativa coesiva e necessária, uma vez que, como vimos pelo discurso de Nélia Alves da CANI, a língua portuguesa, ou o desconhecimento da mesma, torna-se uma barreira à participação de jovens nas atividades das Casas.

Não julgamos que o uso do inglês como língua de comunicação nas Casas dos Açores, sobretudo quando se trata de uma necessidade para se poder comunicar com os

jovens, implique que estas estejam a descorar o objetivo de promover a cultura e a língua portuguesa, mas mostra a permeabilidade e atenção das Casas às mudanças que ocorrem na sociedade onde se inserem.

De acordo com José Teixeira⁶², na província de Ontário existem «demasiadas associações» e que com a diminuição da emigração açoriana para aquela região é imprescindível «juntar forças e dar as mãos em volta de uma grande Casa». Neste sentido e segundo o aquele professor, a Casa dos Açores do Ontário tomou uma ótima iniciativa ao congregar muitos clubes de origem açoriana, numa tentativa de unir esforços.

José Teixeira refere também que as Casas dos Açores «têm um papel importantíssimo na manutenção da língua e da cultura», elas não são hoje «só a matança do porco», são também um espaço que acolhe artistas, poetas, professores - «tem de ser uma combinação de tudo isso».

Em suma, as Casas dos Açores são pontes culturais com as nove ilhas, são um lugar onde «se sente a açorianidade no ar»⁶³ quando se fala dos Açores, onde se «recorda a infância»⁶⁴ nas festas em Louvor do Espírito Santo e onde, com as pequenas conquistas fruto de um amor incondicional à terra de origem, se contribui para que os Açores fiquem maiores.⁶⁵

⁶² Estação de Serviço. RTP Açores 5 de dezembro de 2013

⁶³ Entrevista a Nélia Alves, CANI, 2014

⁶⁴ Entrevista a Lucília Simas, Casa dos Açores do Ontário, 2014

⁶⁵ Entrevista a José Santos, a propósito da inauguração da Rua dos Açores, Casa dos Açores de Winnipeg, 2014

CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho tentamos dar resposta à pergunta que serviu de fio condutor de toda a investigação: o que são as Casas dos Açores? Para que esta questão fosse esclarecida procurámos antes de mais, compreender o fenómeno da emigração açoriana e toda a sua génese, para em seguida tentarmos perceber as razões que explicam o aparecimento de agremiações, como as Casas dos Açores. Com a intenção de atender aos objetivos a que nos propusemos, procurámos compreender o seu funcionamento, a sua interação com as comunidades onde se inserem e de que forma dão visibilidade à região que representam. As Casas dos Açores da América do Norte, na sua especificidade face às demais Casas, foram as escolhidas para uma análise mais detalhada.

Não havendo nenhum estudo sobre as Casas dos Açores da América do Norte, estas surgiram-nos como um objeto difícil de captar, tanto pela distância física que impossibilitou a proximidade necessária a uma melhor compreensão das mesmas, como pela pouca informação disponível sobre estas agremiações. Se por um lado esta fragilidade complexificou a investigação, por outro permitiu uma análise mais vasta e abrangente dos contornos, traduzindo-se numa compreensão destituída de preconceitos relativamente à problemática tratada.

Relativamente aos resultados obtidos na nossa pesquisa, faremos agora algumas reflexões acerca dos temas analisados, assim como sublinharemos alguns pontos importantes que pudemos identificar ao longo da nossa pesquisa.

Nesta investigação, mais do que concluir, procuramos contribuir para dar a conhecer as Casas dos Açores enquanto polos disseminadores da matriz cultural açorina, e consequentemente da cultura portuguesa. Neste sentido, procuramos dar conta não só da “gramática sentimental”⁶⁶ que envolve os intervenientes ligados às Casas, mas também da sua opinião acerca do fenómeno das Casas dos Açores da América do Norte.

Tentar entender as Casas dos Açores da América do Norte só faz sentido quando as colocamos no contexto da emigração açoriana. Por sua vez compreender a emigração açoriana só é possível, quando integrada nos contextos históricos e políticos do

⁶⁶ As Casas Regionais em Lisboa: A Casa das Beiras. Regionalidade e Associativismo Urbano. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas – Culturas Regionais Portuguesas, 1996:181

arquipélago dos Açores. Posto isto, e para que fosse possível fazer um encadeamento claro dos eventos que levaram à criação das Casas dos Açores de um modo geral e em particular das Casas dos Açores da América do Norte, foi feita uma breve abordagem dos pontos mais importantes da história política e social dos Açores. A exposição destes dados – que nos pareceram os mais significativos – permitiu sintetizar algumas das causas da emigração açoriana com maior rigor e fundamentação.

Das principais causas que aparecem como sendo aquelas que levaram à saída em massa de açorianos das nove ilhas, constatámos que – e voltando a fazer referência a Eça de Queirós – a miséria é a causa absoluta, que atua de forma idêntica e universal. Como consequência da miséria extrema em que viviam muitos dos emigrantes, a fome – enquanto necessidade básica a ser suprida – catalisa a procura por melhores condições de vida.

Os principais fluxos emigratórios tiveram como principais destinos o Brasil, os EUA e o Canadá, as Bermudas e o Havai. O grande número de emigrantes açorianos que partiram com destino à América do Norte permitiu a criação de fortes comunidades onde se comungava dos mesmos costumes e da mesma língua: nos EUA destacámos as regiões da Nova Inglaterra e da Califórnia e no Canadá as províncias do Quebec e do Ontário, assim como a cidade de Winnipeg. Uma vez que a nossa análise detalhada se cingiu às Casas dos Açores da América do Norte, interessou apenas tratar aquelas regiões.

Na nossa investigação foi possível entender a organização das Casas dos Açores, enquanto instituições de cariz regional. São associações – uma vez que estão instituídas estatutariamente – que reúnem uma massa associativa e quadros dirigentes. Visam representar uma região – os Açores – através do seu carácter recreativo e *transnacional*, zelando pelos interesses dos emigrantes e seus descendentes em terras de acolhimento e promovendo a perpetuação de tradições, tais como as festas em Louvor do Divino Espírito Santo.

Na impossibilidade de abarcar todo o universo das Casas dos Açores dispersas pelo mundo – catorze Casas localizadas em Portugal Continental, Brasil, EUA, Canadá e Uruguai – escolhemos aquelas cuja localização geográfica foi cenário das mais recentes vagas emigratórias, ou sejam, as Casas dos Açores da América do Norte.

Interessou referir a história da fundação destas Casas, uma vez que nos forneceram algumas pistas sobre a coesão e persistência daquelas agremiações. Desde os seus primórdios até aos nossos dias, as Casas sofreram mudanças significativas, quer a nível dos seus estatutos, da sua área de abrangência ou da sua abertura à comunidade. Relembremos a Casa dos Açores de Ontário, que inicialmente servia apenas a área de Toronto ou a Casa dos Açores da Nova Inglaterra, que até 1991 abrangia apenas a região de East Providence. Esta última sofreu algumas mudanças relativamente à sua forma de estar na comunidade. Segundo a presidente Nélia Alves, o facto de ter atualmente uma equipa jovem e dinâmica nos seus quadros dirigentes «tem ajudado a mudar o rosto da Casa que estava um pouco fechada para si mesma». As alterações descritas no presente trabalho permitiram-nos concluir que se trata de organismos em constante mutação, e que portanto estão ativos e abertos a novas mudanças. Demonstra também, o caráter de persistência e dedicação de todos os envolvidos.

Neste trabalho houve espaço para inventariar as principais atividades das Casas, onde o peso da etnografia está presente na função de transmitir tradições, que cabe às Casas realizar. Nestes eventos, sobretudo aqueles em que da açorianidade se destaca a natureza religiosa, nomeadamente, e uma vez mais, nas festas em louvor do Divino Espírito Santo, a “gramática sentimental” encontra-se presente tanto através da linguagem verbal como da não-verbal, claramente expressa quando nas nossas pesquisas esbarrávamos em registos fotográficos (atendendo à limitação da impossibilidade da nossa presença física).

A língua portuguesa, que como vimos é fundamental na persistência da diferenciação cultural, é hoje no seio dos indivíduos pertencentes à 2ª geração, uma “língua de dias de festa”⁶⁷. Porém, registamos que todas as Casas dos Açores da América do Norte promovem – quer através de aulas de português, quer através de iniciativas ou atividades culturais que fomentam uma aprendizagem linguística – o ensino da língua portuguesa.

As Casas dos Açores da América do Norte, na sua dimensão e conteúdo, revelaram-se organismos com um papel importante na perpetuação da cultura açoriana e na projeção das nove ilhas dos Açores nos Estados Unidos e no Canadá. Não só no seio da comunidade açoriana e açor-descendente mas também nas sociedades em que estas

⁶⁷ Portuguese Times, 13/06/2001:32

estão – cada vez mais – inseridas. Desta forma, julgamos relevante que seja feito um estudo futuro por forma a encontrar estratégias necessárias à sua preservação.

BIBLIOGRAFIA

ADÃO, Deolinda Maria – O lugar das comunidades luso-descendentes nas relações entre Portugal e os EUA. In MESQUITA, Mário; VICENTE, Paula – **Potências Emergentes e relações transatlânticas: II Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt**. Lisboa: Tinta-da-Cinha, 2012, p. 229-236.

AGUIAR, Cristóvão de – **Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana**. Ponta Delgada. n.º 16510, 16512, 16514, 16522, 16526, 16528 (1976).

ALMEIDA, Onésimo Teotónio – Enclave Português. In “L(USA)lândia, a décima ilha”. Angra do Heroísmo : Direcção de Serviços de Emigração, 1987, p. 1-30.

ALVES, Nélia – A intervenção da comunidade açoriana nas políticas estaduais e federais. In In MESQUITA, Mário; VICENTE, Paula – **Potências Emergentes e relações transatlânticas: II Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt**. Lisboa: Tinta-da-Cinha, 2012, p. 237-249.

ANDRADE, Manuel Jacinto de – **Autonomia : açorianos e diáspora**. Angra do Heroísmo : Direcção Regional da Educação, 1997. (Pasta Pedagógica, 2).

ARQUIVO DOS AÇORES – **Arquivo dos Açores**. Ponta Delgada : Direcção Regioanal da Cultura : Universidade dos Açores, 1981. Vol. I, V, XII.

BARROS, Tomás de – **Sumário da história de Portugal**. 24.^a ed. Porto : Editora Educação Nacional, 1948.

BENTO, Carlos Melo – **História dos Açores**. Ponta Delgada : Empresa Gráfica dos Açores, 1988.

Casa dos Açores do Quebeque empenhada em envolver jovens para garantir futuro. [Em linha]. “O Balaarte”. (24 Março 2013). [Consul. Abr 2014]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www.imprensaregional.com.pt/obaluarte/pagina/edicao/2/9/noticia/8968>>

COSTA, António Pedro – Mobilização à volta das Lajes. [Em linha]. Ponta Delgada : Correio dos Açores, 2013 Correio dos Açores. (2013). [Consul. Abr 2014]. Disponível em: WWW:<URL: <http://www.correiodosacores.info/index.php/opinio/3328-mobilizacao-a-volta-das-lajes>>

COSTA, Susana Goulart – **Açores: nove ilhas, uma história**. [Ponta Delgada] : Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional da Cultura, Centro de Conhecimento dos Açores, 2008.

DIAS, Eduardo Mayone – **Açorianos na Califórnia**. Angra do Heroísmo : Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais : Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, Direcção de Serviços de Emigração, 1982. (Diáspora).

ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira – A Diáspora açoriana e o destino brasileiro. III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense. Ponta Delgada. (1993), pp. 37-46.

FORTE, Maria João Figueiredo – As casas regionais em Lisboa: a casa das beiras: regionalidade e associativismo urbano. Lisboa : [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado.

FRUTUOSO, Gaspar – **Livro terceiro das saudades da terra**. Ponta Delgada : Instituto Cultural, 1971.

JOÃO, Maria Isabel – **Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas**. Lisboa : Cosmos, 1991.

LEAL, João – **Açores, EUA, Brasil: imigração e etnicidade**. [S.l.] : Direção Regional das Comunidades, 2007.

LEITE, José Guilherme Reis – **O código 529: Açores do Arquivo Histórico Ultramarino: a capitania-geral dos Açores durante o consulado Pombalino**. [Angra do Heroísmo] : Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1988. (Fontes Para a História dos Açores).

MADEIRA, Artur Boavida – **População e emigração nos Açores : 1766-1820**. Cascais : Patrimonia, 1999.

MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José – **Emigração açoriana : sécs. XVIII a XX**. Lisboa : [s.n.], 2002.

MENESES, Avelino de Freitas de – **Estudos de história dos Açores**. Ponta Delgada : Jornal de Cultura, 1997.

MIRANDA, Sacuntalá de – **A emigração portuguesa e o Atlântico : 1870-1930**. Lisboa : Edições Salamandra, 1999.

MULLER, Max – «A Casa dos Açores: Museu Etnográfico : actas do II Congresso das Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo, 1986”. Angra do Heroísmo : Comissão Preparatória das Comunidades Açorianas, 1989, p. 165-168.

NEMÉSIO, Vitorino – Embarques, 1952. In “Corsário das Ilhas”. 3.^a ed. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000. Vol. 16. p. 121-125 (Jornal Vitorino Nemésio, 3; Obras Completas).

PAIVA, Flávio – **História de vida de um emigrante açoriano : achegas para o estudo da grande emigração dos Açores para o Canadá (1953-1957) : narrativa antropológica.** Ribeira Grande : F. Paiva, 2004.

PAVÃO, Rubens de Almeida – **Os Açores e as comunidades: documentação.** Ponta Delgada : Direção Escolar, 1989.

QUEIRÓS, Eça de – **A emigração como força civilizadora.** Lisboa : Perspectivas & Realidades, 1979

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa : Gradiva, 2008.

REJANE, Salvi – **Panorama açoriano.** Ponta Delgada : Instituto Cultural, 1990.

RIBEIRO, Luís da Silva – Síntese da Influência do Mar na Vida Popular dos Açores. In “Obras: I vária”. Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira: Secretaria Regional da Educação e Cultura 1983, p. 217-222.

RIBEIRO, Luís da Silva – O Povo Açoriano. In “Obras: III etnografia açoriana”. Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira: Secretaria Regional da Educação e Cultura 1983, p. 131-133.

RIBEIRO, Luís da Silva – Missionários Açorianos. In “Obras: III etnografia açoriana”. Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira: Secretaria Regional da Educação e Cultura 1983, p. 139-141.

RIBEIRO, Luís da Silva – Homenagem ao Povo Açoriano. In “Obras: III etnografia açoriana”. Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira: Secretaria Regional da Educação e Cultura 1983, p. 143-151

RIBEIRO, Luís da Silva – Emigração. In “Obras: III etnografia açoriana”. Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira: Secretaria Regional da Educação e Cultura 1983, p. 185-187.

RIBEIRO, Luís da Silva – Heróis. in *OBRAS* – In “Obras: III etnografia açoriana”. Angra do Heroísmo : Instituto Histórico da Ilha Terceira: Secretaria Regional da Educação e Cultura 1983, p. 189-191.

RILEY, Carlos Guilherme – A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braços e intelectuais. Aquipélago: revista da Universidade dos Açores. História. Ponta Delgada. 2.^a série, vol. 7, (2003), p. 143-172.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes – Dinâmica populacional dos Açores no século XX : Unidade, permanência, diversidade. Ponta Delgada : [S.n.], 1991. Tese de doutoramento.

ROSA, Victor M. Pereira da; TEIXEIRA, Carlos – O multiculturalismo e o futuro dos açorianos no Quebeque. Arquipélago – Ciências Sociais. Ponta Delgada. Vol. 9-10 (1996), p. 217-237.

ROSA, Victor Pereira da; TRIGO, Salvato – **Contribuição ao estudo da emigração nos Açores**. Angra do Heroísmo : Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1990.

SERRÃO, Joel – **Dicionário de História de Portugal**. Porto : Figueirinhas, 1981. Vol. II.

SILVA, Fernando M. Soares – “Prespectivas histórico-sociológicas das Comunidades Luso-Californianas : actas do II Congresso das Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo, 1986”. Angra do Heroísmo : Comissão Preparatória das Comunidades Açorianas, 1989, p. 309-344.

SILVA, Susana S. – Em busca de novos horizontes: Açores, emigração e aculturação nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX. [Em linha]. In “Conferência de Abertura da Exposição: Memórias da Emigração, Azores-New Bedford, 1890-1930”. Ponta Delgada, 2003. [Consul. 10 Dez 2013]. Disponível em: WWW:<URL: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/374/1/Susana_Serpa_Silva_p347-360.pdf>.

VASCONCELOS, Mota de – **Epopeia do emigrante insular: subsídios para a sua história: movimento para a sua consagração**. Lisboa : J. E. S. M. de Vasconcelos, 1959.

APÊNDICE I

Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores da Nova Inglaterra (CANI)

Dissertação de Mestrado

As Casas dos Açores da América do Norte: Um Projeto ao Serviço das Comunidades Açorianas na Diáspora

Entrevista

A presente entrevista surge no âmbito da realização de um mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pretende-se com a mesma recolher informação relevante sobre (1) a Casa dos Açores da sua área de residência; (2) a sua experiência como responsável por esta instituição; e (3) o papel que a Casa tem desempenhado na manutenção da matriz cultural açoriana no país de acolhimento. Para uma melhor orientação e clareza, iremos informá-lo/a dos objetivos de cada bloco de perguntas.

Obrigada pela sua participação!

BLOCO 1

Objetivo:

1. Conhecer o percurso que levou à criação da Casa dos Açores.

Perguntas:

1.1. Em que ano foi fundada a Casa?

A Casa dos Açores da Nova Inglaterra (CANI) foi criada, inicialmente nos anos de 1980 por um grupo de emigrantes de East Providence. Nesta altura chamava-se Casa dos Açores de Providence ou Rhode Island se não me engano. Depois encerrou as suas portas e veio a abrir em 1991, altura em que também é criado o Conselho Mundial das Casas dos Açores da qual a CANI também faz parte e dessa vez com a sua nomenclatura atual: Casa dos Açores da Nova Inglaterra.

1.2. Em que cidade foi fundada a Casa?

Foi fundada em East Providence em 1991.

1.3. Que espaços físicos tem a Casa ocupado ao longo dos tempos?

A CANI já esteve em vários espaços. Sem querer errar e, deve confirmar essa resposta, sei que esteve em Fall River onde ocupou um espaço em outra associação. Depois mudou-se para East Providence para uma sala no salão Paroquial da Igreja de S. Francisco Xavier. Mais

recentemente e por razões de ordem financeira, estamos a ocupar o escritório da RIAC que está a funcionar sob a alçada da CANI.

1.4. Quais foram as principais motivações para a criação da Casa?

Esta é o tipo de pergunta para se fazer aos seus pioneiros. Acho que deve contactar um dos seus responsáveis iniciais, o senhor João Luís Pacheco. Pode contactar o nosso email (secretaria@casadosacoresni.org) e pedir à nossa secretária pelos contatos do senhor João. Diga que vem da minha parte.

1.5. A iniciativa da criação da Casa dos Açores partiu de uma pessoa, de uma família, ou de um conjunto alargado de indivíduos da comunidade?

De um conjunto alargado de indivíduos da comunidade. Deve também perguntar mais sobre isso ao senhor João Pacheco.

1.6. Há alguma história relacionada com a criação da Casa que gostasse de partilhar com os futuros leitores da minha dissertação de mestrado?

Eu não estive na criação da Casa. Tenho outras histórias mas que já fazem parte do seu percurso de 23 anos.



Foto: Topo, São Jorge

BLOCO 2

Objetivo:

2. Compreender o funcionamento geral da Casa.

Perguntas:

2.1. Quantos associados tem a Casa dos Açores a que preside?

Neste momento rondamos os cerca de 400 sócios pagantes, ou seja, com quota atualizada.

2.2. Quais os requisitos, previstos pelos vossos estatutos, para a admissão de associados?

Não existem requisitos específicos. Apenas que se interesse pela cultura açoriana, que se identifique de alguma forma com a nossa Casa e por conseguinte se sinta bem entre nós e com as nossas atividades.

2.3. Como está organizada a vossa Casa em termos de órgãos estatutários?

Temos os nossos estatutos que foram criados aquando da reabertura da Casa em 1991. Neses estão expressos os direitos, deveres da direção, dos sócios, da assembleia geral. Também temos duas adendas aos mesmos referentes ao nosso grupo de musica tradicional, O Raízes e outro para a nossa escola portuguesa.

2.4. Qual é o valor anual/mensal das quotas?

O casal é convidado a pagar a modesta quantia de 30 dólares por ano. A pessoa individual paga 20 dólares.

2.5. Quais são as vossas principais fontes de financiamento?

O subsídio que nos é atribuído pela direção Regional das Comunidades. Em algumas festas às vezes conseguimos fazer algum lucro, mas muito pouco. Somos uma organização sem fins lucrativos pelo que o objetivo não é fazer negócio, mas antes possibilitar aos nossos sócios uma série de atividades sem custos para eles.

2.6. Que aspetos necessitam de ser revistos para que a Casa tenha um melhor funcionamento?

Numa Casa com 23 anos de idade é evidente que existem sempre novos aspetos a serem revistos. Ainda mais quando estamos a falar numa comunidade onde a emigração terminou, pelo que não há rejuvenescimento, pelo contrário, a comunidade está a envelhecer e as novas gerações já não falam português. Esse constitui um dos maiores obstáculos para trazer mais juventude à nossa Casa. Acaba por ser um paradoxo, porque se por um lado incentivamos a manutenção da língua portuguesa, por outro, percebemos que esta é um obstáculo às novas gerações. Esta direção tem, por isso, consciência que cada vez mais temos de fazer os eventos em inglês ao mesmo tempo que temos de trazer novas atividades que atraem os mais novos. Outro aspeto a ser revisto é a própria administração da Casa. Com o volume de trabalho que temos, as atividades e o novo objetivo de levar a comunidade emigrante da nossa área aos Açores e estreitar, assim, as nossas relações, promover o turismo, etc, torna-se difícil manter esse um trabalho voluntário. É cada vez mais evidente a necessidade de manter alguém a trabalhar a tempo inteiro na Casa de modo a fazer face a todos os novos projetos e objetivos a que somos chamados hoje.

2.7. Quantos sócios tinham no primeiro e segundo ano em que começaram as vossas atividades?

Terá que ser o senhor João Pacheco a responder. Posso sempre consultar os nossos registos mas pode demorar muito mais.

2.8. Atualmente, quantos sócios tem a Casa?

Cerca de 400 com as quotas pagas.

2.9. Existem muitos casos de famílias inteiras que são sócias, ou seja, em que o pai, a mãe e o(a) filho(a)/filhos(as) são todos sócios ou na grande maioria há apenas um sócio por lar?

A grande maioria são apenas marido e mulher os sócios. Alguns têm os filhos porque enquanto estudantes estão isentos do pagamento da quota.

2.10. São muitos os casos de sócios já nascidos na América do Norte?

Estamos a recrutar muitos jovens e luso-descendentes para a nossa Casa precisamente pelo que afirmei atrás: a necessidade de rejuvenescer a nossa instituição com a nova geração de açorianos e portugueses do continente e, também as nossas portas estão abertas a outras nacionalidades como é o caso de Cabo Verde, Brasil, enfim à lusofonia que faz todo o sentido em contexto de diáspora.

2.11. Atualmente os sócios mais ativos (que participam com mais frequência nas vossas atividades) são aqueles que nasceram nos Açores e emigraram para a América do Norte ou os açordescendentes (já nascidos na América do Norte)?

Os que nasceram nos Açores e emigraram para a América. Temos uma exceção muito interessante na nossa Casa que é precisamente algum dos elementos do nosso grupo Raízes serem nascidos cá e têm uma participação muito ativa no grupo e por conseguinte em muitas

da nossas atividades.

2.12. Qual é, aproximadamente, a média de idade dos sócios atuais?

Talvez 50 anos.

2.13. Na sua opinião, acha que a idade dos sócios tem alguma influência no dinamismo das vossas atividades?

Com certeza. Quanto mais idade o sócio tiver menor será a vontade de participar e até aceitar os novos desafios, atividades e projetos. O que se entende perfeitamente.



Foto: Romeiros em Ponta Delgada, São Miguel

BLOCO 3

Objetivo:

3. Conhecer as atividades da Casa.

Perguntas:

3.1. Quais são as vossas principais actividades anuais?

Temos várias atividades durante todo o ano. Não podemos dizer que uma é a principal pois todas são importantes. Mas posso referir aquelas que fazem já parte do calendário e que são: a comemoração do Dia de Amigas, o baile de Carnaval, a comemoração do Dia Internacional da Mulher, a comemoração do 25 de Abril, o dia dos Açores, o nosso aniversário em outubro, atos de solidariedade por altura do dia de Ação de Graças, Páscoa e natal onde distribuímos cabazes com comida própria da época. Festa de natal, festa de música tradicional organizada pelo nosso grupo Raízes e também a exposição de artesanato organizada pelo nosso grupo Reinventar Tradições que durante o ano organiza vários trabalhos que deppis são expostos nas nossas festas ou em festas da comunidade. Para além disso paticipamos em eventos de outras organizações como é o caso das Grandes Festas do Esoírito Santo em Fall River, no Dia de Portugal em Providence e no Festival de Boston.

3.2. Só os sócios participam nas atividades realizadas pela Casa, ou as mesmas são abertas à comunidade não sócia?

Todas as nossas atividades são abertas á comunidade e são todas gratuitas exceto as que implicam venda de bilhetes para jantares ou bailes.

3.3. Qual é a atividade que atrai mais pessoas?

Depende. Este ano a comemoração do dia da Mulher reuniu muita gente pois teve um desfile de joias. Mas o aniversário também traz muita gente e as festas do grupo Raízes também. Algum tipo de conferências como foi o caso de duas séries de conferências que realizmaos o ano passado sobre deportação, também chamou muita gente. As exposições de artesanato também chamam muita gente.

3.4. As vossas atividades são realizadas apenas na vossa sede ou também ocorrem noutros espaços?

Devido ao espaço limitado da nossa sede, sempre que se trata de eventos de grande dimensão temos que escolher outro local como seja restaurante ou salão de festas de outras organizações.

3.5. Qual é a atividade que mais gosta de organizar? Porquê?

Gosto de organizar todos os eventos. Todos têm o seu objetivo e dá sempre muito entusiasmo toda a organização e azáfama que antecede os eventos.



Foto: Gaivotas a beijar a terra, em Santa Maria

BLOCO 4

Objetivo:

4. Compreender a relação da Casa com a matriz cultural de origem.

Perguntas:

4.1. Quais os aspetos culturais do país de origem que a Casa mais promove junto dos seus associados?

Tentamos promover o máximo de eventos culturais da nossa região. Como já referi é o caso do nosso grupo de artesanato onde um grupo de senhoras já aprendeu a fazer registos do Senhor Santo Cristo, presépios de lapinha, etc; e também a promoção da nossa música tradicional com o nosso grupo Raízes. O Dia de amigas, baile de carnaval, o dia dos Açores são outros exemplos.

4.2. Quando o corpo gerente se reúne, fala em inglês ou em português?

Falamos sempre em português.

4.3. A vossa Casa oferece aulas de português?

Até 2012 tivemos a nosso cuidado a escola portuguesa para crianças que estava sediada em east providence. Apoiamos de todas as formas essa escola desde o pagamento da renda das salas que ocupavam até à compra de materiais. Com a nossa saída de East Providence a escola preferiu ficar independente. Neste momento estamos a tratar de toda a logística para reabrir a Escola Portuguesa da Casa dos Açores em outra localidade.

A. Se respondeu SIM:

4.3.1. Quantos alunos têm aproximadamente? E qual é a sua média de idades?

4.3.2. Quais são as principais motivações para os alunos/as quererem aprender o português?

4.3.3. De que nacionalidade são os alunos? Existem alunos que não têm nenhuma relação com os Açores?

B. Se respondeu NÃO:

4.3.1. Já algum sócio vos pediu que fossem criadas aulas de ensino do português?

4.3.2. Por que motivo não oferecem aulas de Português?

C omo disse, estamos a reorganizar a abertura da nossa escola.



Foto: Praia Formosa, Santa Maria

BLOCO 5

Objetivo:

5. Perceber o perfil do Entrevistado/a na sua relação com os Açores e as comunidades.

Perguntas:

5.1. Qual é o seu papel na Casa? Ou que funções exerce na Casa?

Sou a presidente da instituição desde 2012.

5.2. Nasceu nos Açores?

Nasci nos Açores, em S. Miguel.

5.3. Se sim, em que ano emigrou?

Emigrei em 2007. Inicialmente era só para ficar uns meses mas os meses acabaram num ano e o ano já vai em sete.

5.4. Quais são as suas grandes prioridades para a Casa no decorrer do atual mandato?

A grande prioridade é encontrar um espaço condigno para a nossa sede. Precisamos de uma infraestrutura que nos proporcione mais espaço para podermos realizar as nossas atividades e outras que vão ao encontro dos jovens. Para além desse grande objetivo, penso que temos cumprido aquilo que é a função das Casas dos Açores: divulgar a nossa cultura e estabelecer a relação com os Açores de forma cada vez mais efetiva.

5.5. Na sua opinião, estas prioridades têm sido cumpridas?

Sim. Penso que temos levados o nome da casa dos Açores a outros quadrantes da própria comunidade emigrante e aos Açores também. Temos uma equipa jovem e dinâmica e isso tem ajudado a mudar o rosto da nossa Casa que estava um pouco fechada para si mesma.

5.6. Qual foi a sua motivação pessoal para fazer parte da Casa dos Açores?

Comecei só pelo desejo de ajudar e ser útil naquilo que sabia fazer. Como decidi ficar por cá, pertencer á Casa dos Açores é uma forma de me sentir mais perto da minha terra e contribuir de alguma forma pelo muito que ela tem feito por nós.

5.7. O que representa, para si, a Casa dos Açores?

É uma forma de sentir a açorianidade aqui deste lado do atlântico. Representa a minha terra e aquilo que deixei mas que nunca me deixará.

5.8. Explique em que medida o trabalho que desenvolve na Casa é uma mais valia junto das comunidades que serve.

É uma mais valia porque promove esta relação entre Açores e Estados Unidos que se quer cada vez mais forte e efetiva. A nossa Casa já demonstrou o impacto que tem junto dos líderes americanos no caso da Base das Lajes e não só. Somos reconhecidos pelo nosso trabalho e por aquilo que representamos: os Açores e os açorianos.

5.9. O que faz para garantir um contato frequente da comunidade que representa com os Açores?

Utilizamos as redes sociais e meios de comunicação social para partilhar as nossas atividades, eventos e assuntos que sejam do interesse da comunidade.

5.10. Com base na sua experiência, qual foi o momento mais especial que viveu na Casa dos Açores?

Todos os momentos são especiais porque são à custa de muita dedicação e boa vontade. Mas os momentos mais especiais são aqueles em que se fala dos Açores e sentimos a açorianidade no ar. Quando cantamos o nosso hino, quando congratulamos alguém ou quando mostramos imagens da nossa terra.

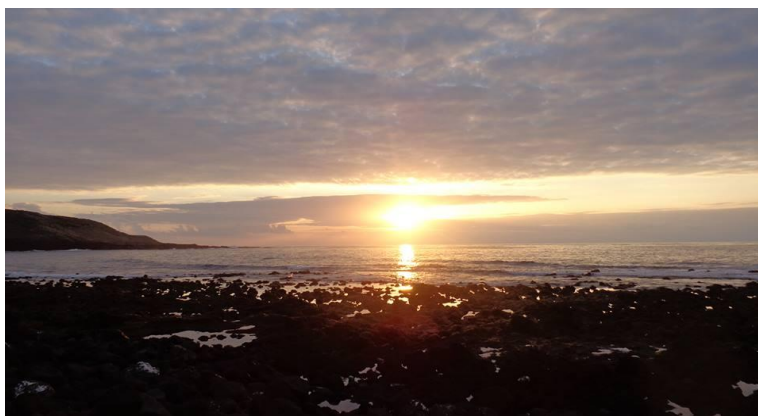


Foto: Anjos, Santa Maria

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE II

Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores de Ontário.

Dissertação de Mestrado

**As Casas dos Açores da América do Norte: Um Projeto ao Serviço das
Comunidades Açorianas na Diáspora**

Entrevista

A presente entrevista surge no âmbito da realização de um mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pretende-se com a mesma recolher informação relevante sobre (1) a Casa dos Açores da sua área de residência; (2) a sua experiência como responsável por esta instituição; e (3) o papel que a Casa tem desempenhado na manutenção da matriz cultural açoriana no país de acolhimento. Para uma melhor orientação e clareza, iremos informá-lo/a dos objetivos de cada bloco de perguntas.

Obrigada pela sua participação!

BLOCO 1

Objetivo:

1. Conhecer o percurso que levou à criação da Casa dos Açores.

Perguntas:

1.1. Em que ano foi fundada a Casa?

Em 1985

1.2. Em que cidade foi fundada a Casa?

Toronto

1.3. Que espaços físicos tem a Casa ocupado ao longo dos tempos?

Três espaços arrendados e o presente (o quarto) comprado em 2007, sediada no 1136 College Street, Toronto, Ontário, Canadá

1.4. Quais foram as principais motivações para a criação da Casa?

Criar uma entidade capaz de valorizar a cultura Açoriana/Portuguesa no Ontário. Um Centro que promova e apoie a diversidade, herança cultural e as tradições Lusas. O nosso objectivo é, e será sempre, a união e o reforço da nossa vasta identidade

cultural

1.5. A iniciativa da criação da Casa dos Açores partiu de uma pessoa, de uma família, ou de um conjunto alargado de indivíduos da comunidade?

Um grupo de imigrantes da comunidade

1.6. Há alguma história relacionada com a criação da Casa que gostasse de partilhar com os futuros leitores da minha dissertação de mestrado?

(- o livro que foi publicado em 2010, sobre os “25 Anos da Casa dos Açores do Ontário Inc.”, que enviaremos por correio)



Foto: Topo, São Jorge

BLOCO 2

Objetivo:

2. Compreender o funcionamento geral da Casa.

Perguntas:

2.1. Quantos associados tem a Casa dos Açores a que preside?

(-veja o PDF dos nossos Corpos Directivos que anexamos neste email)

2.2. Quais os requisitos, previstos pelos vossos estatutos, para a admissão de associados?

(-veja o PDF dos nossos Estatutos que anexamos neste email)

2.3. Como está organizada a vossa Casa em termos de órgãos estatutários?

(-veja o PDF dos nossos Estatutos que anexamos neste email)

2.4. Qual é o valor anual/mensal das quotas?

(-veja o PDF Aplicação de Sócio que anexamos neste email)

2.5. Quais são as vossas principais fontes de financiamento?

Eventos de Angariação de Fundos, Cotas dos Sócios, Arrendamento dos Espaços (Clube Amor da Pátria, Sport Club Lusitânia, Operário Sports Club, Federação dos Empresários Luso-Canadianos e o Restaurante Ilhas de Bruma); Alugueres do Salão Nobre e apoios do Governo Regional dos Açores

2.6. Que aspetos necessitam de ser revistos para que a Casa tenha um melhor funcionamento?

Pagamentos anuais das cotas dos sócios e uma maior participação da comunidade nos

nossos eventos.

2.7. Quantos sócios tinham no primeiro e segundo ano em que começaram as vossas atividades?

Desconhecemos

2.8. Atualmente, quantos sócios tem a Casa?

1266 registados, mas a cerca de 400 sócios com cotas pagas anualmente

2.9. Existem muitos casos de famílias inteiras que são sócias, ou seja, em que o pai, a mãe e o(a) filho(a)/filhos(as) são todos sócios ou na grande maioria há apenas um sócio por lar?

Na maioria dos casos, os sócios são casais, mas também existe famílias, empresas, estudantes e indivíduos

2.10. São muitos os casos de sócios já nascidos na América do Norte?

40% dos associados

2.11. Atualmente os sócios mais ativos (que participam com mais frequência nas vossas atividades) são aqueles que nasceram nos Açores e emigraram para a América do Norte ou os açordescendentes (já nascidos na América do Norte)?

A maioria são imigrantes, mas temos vindo a testemunhar que os seus descendentes, nascidos no Canadá, têm mostrado interesse na apredizagem das nossas raízes e cultura

2.12. Qual é, aproximadamente, a média de idade dos sócios atuais?

Temos sócios com apenas 6 meses de idade, outros de 70's, mais a maioria ronda os 50 anos.

2.13. Na sua opinião, acha que a idade dos sócios tem alguma influência no dinamismo das vossas atividades?

Estamos divididos por grupos etários (desde o Grupo de Jovens ao da Terceira Idade), mas nas atividades todos colaboram todos juntos



Foto: Romeiros em Ponta Delgada, São Miguel

BLOCO 3

Objetivo:

3. Conhecer as atividades da Casa.

Perguntas:

3.1. Quais são as vossas principais actividades anuais?

Festas em louvor ao nosso padroeiro, o Divino Espírito Santo; Semana Cultural Açoriana; Jantar de Gala do Aniversário; Natal das Crianças; Passagem de Ano; Piquenique Anual Luso-Canadiano; Torneio de Golfe; Cruzeiro de Amizade no Lago Ontário; Jantar de Aniversário do Grupo Folclórico ‘Pérolas do Atlântico’

3.2. Só os sócios participam nas atividades realizadas pela Casa, ou as mesmas são abertas à comunidade não sócia?

As nossas atividades são abertas à comunidade, a pessoas de todas as idades e qualquer nacionalidade

3.3. Qual é a atividade que atrai mais pessoas?

Festas do Divino Espírito Santo e a Semana Cultural Açoriana

3.4. As vossas atividades são realizadas apenas na vossa sede ou também ocorrem noutros espaços?

Maioritariamente no nosso salão nobre, mas também em outros salões ou ar livre.

3.5. Qual é a atividade que mais gosta de organizar? Porquê?

Festas do Divino Espírito Santo, porque desperta a saudade e a fé dos imigrantes, e que consegue reunir muitas das nossas tradições numa só festa. Uma tradição “que veio do povo, para o povo” e que identifica o Açoriano.



Foto: Gaivotas a beijar a terra, em Santa Maria

BLOCO 4

Objetivo:

4. Compreender a relação da Casa com a matriz cultural de origem.

Perguntas:

4.1. Quais os aspetos culturais do país de origem que a Casa mais promove junto dos seus associados?

Através da nossa Semana Cultural Açoriana onde divulgamos a Literatura, Folclore, Música, Tradições, Matanças, Chammaritas, Gastronomia, Espírito Santo, Artesenato, etc.

4.2. Quando o corpo gerente se reúne, fala em inglês ou em português?

Em Português e Inglês

4.3. A vossa Casa oferece aulas de português?

Sim, duas vezes por semana

A. Se respondeu SIM:

4.3.1. Quantos alunos têm aproximadamente? E qual é a sua média de idades?
10 alunos, entre as idades dos 6 aos 14 anos.

4.3.2. Quais são as principais motivações para os alunos/as quererem aprender o português?

Manter viva a língua dos seus ascendentes e/ou aprender uma segunda língua

4.3.3. De que nacionalidade são os alunos? Existem alunos que não têm nenhuma relação com os Açores?

Sim. Canadianos, Continentais, Chineses, Ukrânios e Açoreanos

B. Se respondeu NÃO:

4.3.1. Já algum sócio vos pediu que fossem criadas aulas de ensino do português?

4.3.2. Por que motivo não oferecem aulas de Português?



Foto: Praia Formosa, Santa Maria

BLOCO 5

Objetivo:

5. Perceber o perfil do Entrevistado/a na sua relação com os Açores e as comunidades.

Perguntas:

5.1. Qual é o seu papel na Casa? Ou que funções exerce na Casa?

Presidente da Direção Executiva

5.2. Nasceu nos Açores?

Sim, na ilha do Pico

5.3. Se sim, em que ano emigrou?

1973

5.4. Quais são as suas grandes prioridades para a Casa no decorrer do atual mandato?

Durante o meu mandato de 3 anos, que se encerra em Maio de 2014, as nossas prioridades foram: manter viva a cultura e tradições açorianas na diáspora; tentar estabilizar as contas e administração interna da Casa; trazer até nós mais sócios; marcar a nossa estabilidade na sociedade Canadiana; apadrinhar todas as associações que se dirijam até nós (clubes mencionados); apoiar o Grupo de Jovens e Terceira Idade; incentivar a juventude a tomarem posições na Direção e envolverem-se nas atividades na Casa

5.5. Na sua opinião, estas prioridades têm sido cumpridas?

Felizmente, sim

5.6. Qual foi a sua motivação pessoal para fazer parte da Casa dos Açores?

Uma continuação de trabalho voluntária e amor à pátria

5.7. O que representa, para si, a Casa dos Açores?

Uma Embaixada dos Açores na província do Ontário, ser a porta voz dos imigrantes e uma ligação às raízes

5.8. Explique em que medida o trabalho que desenvolve na Casa é uma mais valia junto das comunidades que serve.

Sim é uma mais valia, porque através da nossa Casa, os imigrantes e seus descendentes, tenham contacto mais próximo das raízes através dos nossos eventos

5.9. O que faz para garantir um contato frequente da comunidade que representa com os Açores?

Promover atividades da Direção Regional das Comunidades; organizar eventos com o objectivo de divulgar e promover artistas, escritores, artesões, políticos, gastronomia e tudo aquilo que contribuía para o desenvolvimento dos Açores.

5.10. Com base na sua experiência, qual foi o momento mais especial que viveu na Casa dos Açores?

Quando fui Mordoma do Divino Espírito Santo em 2011, o que me permitiu recordar a minha infância na terra que me viu nascer.

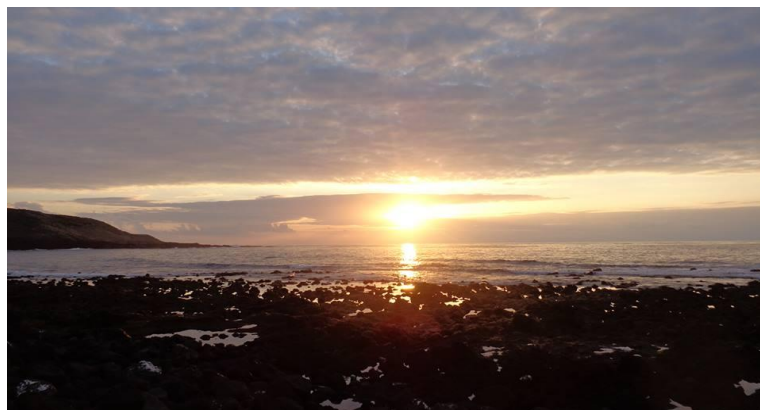


Foto: Anjos, Santa Maria

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE III

Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores de Winnipeg.

Dissertação de Mestrado

**As Casas dos Açores da América do Norte: Um Projeto ao Serviço das
Comunidades Açorianas na Diáspora**

Entrevista

A presente entrevista surge no âmbito da realização de um mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pretende-se com a mesma recolher informação relevante sobre (1) a Casa dos Açores da sua área de residência; (2) a sua experiência como responsável por esta instituição; e (3) o papel que a Casa tem desempenhado na manutenção da matriz cultural açoriana no país de acolhimento. Para uma melhor orientação e clareza, iremos informá-lo/a dos objetivos de cada bloco de perguntas.

Obrigada pela sua participação!

BLOCO 1

Objetivo:

1. Conhecer o percurso que levou à criação da Casa dos Açores.

Perguntas:

1.1. Em que ano foi fundada a Casa?

1992.

1.2. Em que cidade foi fundada a Casa?

Winnipeg, Canadá.

1.3. Que espaços físicos tem a Casa ocupado ao longo dos tempos?

174 Isabel Street, Winnipeg e 1 Acores Street, Winnipeg.

1.4. Quais foram as principais motivações para a criação da Casa?

Promover tradições e cultura dos Açores.

1.5. A iniciativa da criação da Casa dos Açores partiu de uma pessoa, de uma família, ou de um conjunto alargado de indivíduos da comunidade?

Grupo de indivíduos.

1.6. Há alguma história relacionada com a criação da Casa que gostasse de partilhar com os futuros leitores da minha dissertação de mestrado?

As organizações portuguesas na altura não promoviam a cultura e tradições portuguesas dos Açores e houve a necessidade então de criar o então Centro Cultural Açoriano.



Foto: Topo, São Jorge

BLOCO 2

Objetivo:

2. Compreender o funcionamento geral da Casa.

Perguntas:

2.1. Quantos associados tem a Casa dos Açores a que preside?

350.

2.2. Quais os requisitos, previstos pelos vossos estatutos, para a admissão de associados?

Ser Açoriano, descendente de Açoriano, ou casado com natural dos Açores.

2.3. Como está organizada a vossa Casa em termos de órgãos estatutários?

Mesa Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Direção.

2.4. Qual é o valor anual/mensal das quotas?

CAD 55.00 65+ CAD 27.50

2.5. Quais são as vossas principais fontes de financiamento?

Quotas, Eventos, Patrocínios, Firms e Entidades

2.6. Que aspetos necessitam de ser revistos para que a Casa tenha um melhor funcionamento?

n/a

2.7. Quantos sócios tinham no primeiro e segundo ano em que começaram as vossas atividades?

50

2.8. Atualmente, quantos sócios tem a Casa?

350

2.9. Existem muitos casos de famílias inteiras que são sócias, ou seja, em que o pai, a mãe e o(a) filho(a)/filhos(as) são todos sócios ou na grande maioria há apenas um sócio por lar?

Na sua maioria e socio faz parte o seu agregado familiar.

2.10. São muitos os casos de sócios já nascidos na América do Norte?

+/- 10%

2.11. Atualmente os sócios mais ativos (que participam com mais frequência nas vossas atividades) são aqueles que nasceram nos Açores e emigraram para a América do Norte ou os açordescendentes (já nascidos na América do Norte)?

Na sua maioria sao os socios que nasceram nos Acores

2.12. Qual é, aproximadamente, a média de idade dos sócios atuais?

50 anos

2.13. Na sua opinião, acha que a idade dos sócios tem alguma influência no dinamismo das vossas atividades?

Não



Foto: Romeiros em Ponta Delgada, São Miguel

BLOCO 3

Objetivo:

3. Conhecer as atividades da Casa.

Perguntas:

3.1. Quais são as vossas principais actividades anuais?

- Matanca de Porco
- Festa do Emigrante
- Festa dos Casais
- Carnaval
- Festa das Vindimas
- Aniversario da Casa
- Festas do Divino Espirito Santo
- Semana Cultural

3.2. Só os sócios participam nas atividades realizadas pela Casa, ou as mesmas são abertas à comunidade não sócia?

Estão abertas na toda a comunidade.

3.3. Qual é a atividade que atrai mais pessoas?

Espírito Santo, Carnaval, e Semana Cultural

3.4. As vossas atividades são realizadas apenas na vossa sede ou também ocorrem noutros espaços?

Na sede

3.5. Qual é a atividade que mais gosta de organizar? Porquê?

Semana Cultural dos Acores, porque reúne muitos dos nossos conterrâneos, e trazemos cultura da região à nossa organização.



Foto: Gaivotas a beijar a terra, em Santa Maria

BLOCO 4

Objetivo:

4. Compreender a relação da Casa com a matriz cultural de origem.

Perguntas:

4.1. Quais os aspetos culturais do país de origem que a Casa mais promove junto dos seus associados?

Espírito Santo, Folclore, Danças de Carnaval

4.2. Quando o corpo gerente se reúne, fala em inglês ou em português?

Português

4.3. A vossa Casa oferece aulas de português?

Não

A. Se respondeu SIM:

4.3.1. Quantos alunos têm aproximadamente? E qual é a sua média de idades?
n/a

4.3.2. Quais são as principais motivações para os alunos/as quererem aprender o português?
n/a

4.3.3. De que nacionalidade são os alunos? Existem alunos que não têm nenhuma relação com os Açores?

n/a

B. Se respondeu NÃO:

4.3.1. Já algum sócio vos pediu que fossem criadas aulas de ensino do português?
Não

4.3.2. Por que motivo não oferecem aulas de Português?
Tem outra organização portuguesa da comunidade que oferece aulas de português.



Foto: Praia Formosa, Santa Maria

BLOCO 5

Objetivo:

5. Perceber o perfil do Entrevistado/a na sua relação com os Açores e as comunidades.

Perguntas:

5.1. Qual é o seu papel na Casa? Ou que funções exerce na Casa?

Presidente, Gerência

5.2. Nasceu nos Açores?

Sim

5.3. Se sim, em que ano emigrou?

1974

5.4. Quais são as suas grandes prioridades para a Casa no decorrer do atual mandato?

Renovação da Cave e manutenção da sala principal

5.5. Na sua opinião, estas prioridades têm sido cumpridas?

Sim

5.6. Qual foi a sua motivação pessoal para fazer parte da Casa dos Açores?

Manter a cultura açoriana e dar seguimento as nossas tradições

5.7. O que representa, para si, a Casa dos Açores?

Uma pequena parcela das nossas ilhas dos Açores

5.8. Explique em que medida o trabalho que desenvolve na Casa é uma mais valia junto das comunidades que serve.

Manutenção da cultura açoriana e ajudar os mais novos a conhecerem as nossas tradições.

5.9. O que faz para garantir um contato frequente da comunidade que representa com os Açores?

Temos um contato frequente com a Direção Regional das Comunidades tentando mante-los informados sobre o que se passa na comunidade açoriana de Winnipeg.

5.10. Com base na sua experiência, qual foi o momento mais especial que viveu na Casa dos Açores?

Todos os momentos são especiais quando se trabalha de boa vontade, mas um momento mais especial foi quando conseguimos mudar o nome da rua onde estamos situados, para “Rua dos Acores”, que é o atual nome da rua onde se encontramos agora.



Foto: Anjos, Santa Maria

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE IV

Guião de entrevista ao responsável pela Casa dos Açores de Hilmar.



Dissertação de Mestrado

As Casas dos Açores da América do Norte: Um Projeto ao Serviço das Comunidades Açorianas na Diáspora

Entrevista

A presente entrevista surge no âmbito da realização de um mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pretende-se com a mesma recolher informação relevante sobre (1) a Casa dos Açores da sua área de residência; (2) a sua experiência como responsável por esta instituição; e (3) o papel que a Casa tem desempenhado na manutenção da matriz cultural açoriana no país de acolhimento. Para uma melhor orientação e clareza, iremos informá-lo/a dos objetivos de cada bloco de perguntas.

Obrigada pela sua participação!

BLOCO 1

Objetivo:

1. Conhecer o percurso que levou à criação da Casa dos Açores.

Perguntas:

1.1. Em que ano foi fundada a Casa?

Casa dos Acores de Hilmar, California, foi fundada em 1977.

1.2. Em que cidade foi fundada a Casa?

Hilmar

1.3. Que espaços físicos tem a Casa ocupado ao longo dos tempos?

Sede - 8385 Lander Ave Hilmar, CA 95324. Grange Hall / Hilmar. Stevinson Pentecost Hall.

1.4. Quais foram as principais motivações para a criação da Casa?

Promover a cultura portuguesa em terras da California, através da música, desporto, literatura, tradições, etc...; promovendo assistência ao emigrante no ensino da língua inglesa, incentivando os emigrantes a se tornarem cidadãos americanos e exercerem o direito de voto.

1.5. A iniciativa da criação da Casa dos Açores partiu de uma pessoa, de uma família, ou de um conjunto alargado de indivíduos da comunidade?

A iniciativa partiu de um conjunto alargado de indivíduos da comunidade que havia organizado o Acoreano Sport Clube desde 1970.

1.6. Há alguma história relacionada com a criação da Casa que gostasse de partilhar com os futuros leitores da minha dissertação de mestrado?

Acoreano Sport Clube organizado por um grupo emigrantes oriundos dos Açores em 1970, nunca se organizou a nível estatutário. Em 1977 esse mesmo grupo organizou e legalizou a Casa dos Açores passando o Acoreano Sport Clube a pertencer a secção desportiva da Casa dos Açores.



Foto: Topo, São Jorge

BLOCO 2

Objetivo:

2. Compreender o funcionamento geral da Casa.

Perguntas:

2.1. Quantos associados tem a Casa dos Açores a que preside?

A Casa dos Açores possui 400 Associados.

2.2. Quais os requisitos, previstos pelos vossos estatutos, para a admissão de associados?

Preencher formulário próprio solicitando admissão de associado.

2.3. Como está organizada a vossa Casa em termos de órgãos estatutários?

Órgãos Sociais compreendendo: Presidente, Primeiro e Segundo Vice Presidente, Secretário, Tesoureiro, Diretor Cultural, Director Associativo, Diretor Disciplinar, Diretor Desportivo, 3 Conselheiros e 9 diretores.

2.4. Qual é o valor anual/mensal das quotas?

Valor da Cota Anual e de 45 dólares.

2.5. Quais são as vossas principais fontes de financiamento?

Principais fontes de Financiamento: Matança de Porco em Janeiro de cada ano e Celebração em Louvor ao Divino Espírito Santo no primeiro fim de semana de Maio de cada ano.

2.6. Que aspetos necessitam de ser revistos para que a Casa tenha um melhor funcionamento?

Os aspectos já foram todos revistos.

2.7. Quantos sócios tinham no primeiro e segundo ano em que começaram as vossas atividades?

35 socios.

2.8. Atualmente, quantos sócios tem a Casa?

400 socios

2.9. Existem muitos casos de famílias inteiras que são sócias, ou seja, em que o pai, a mãe e o(a) filho(a)/filhos(as) são todos sócios ou na grande maioria há apenas um sócio por lar?

1 socio por lar.

2.10. São muitos os casos de sócios já nascidos na América do Norte?

sao os diversos os socios ja nascidos na America.

2.11. Atualmente os sócios mais ativos (que participam com mais frequência nas vossas atividades) são aqueles que nasceram nos Açores e emigraram para a América do Norte ou os acoresdescendentes (já nascidos na América do Norte)?

Os socios mais ativos sao os que vieram dos Acores.

2.12. Qual é, aproximadamente, a média de idade dos sócios atuais?

Media de idade de 40 anos.

2.13. Na sua opinião, acha que a idade dos sócios tem alguma influência no dinamismo das vossas atividades?

Acho que os jovens tem dados muito dinamismo as nossas atividades.



Foto: Romeiros em Ponta Delgada, São Miguel

BLOCO 3

Objetivo:

3. Conhecer as atividades da Casa.

Perguntas:

3.1. Quais são as vossas principais actividades anuais?

Convivio de Natal, Festa de Passagem de Ano, Matanca do Porco a moda Acoreana,

apresentacao de dancas na terca-feira de Carnaval, celebracao anual do Divino Espirito Santo, torneio anual do Acoreano Sport Clube, jantar anual de agradecimento a todos aqueles que contribuem para o bem estar da Casa dos Acores.

3.2. Só os sócios participam nas atividades realizadas pela Casa, ou as mesmas são abertas à comunidade não sócia?

Nao e necessario ser socio para participar nas atividades da Casa dos Acores.

3.3. Qual é a atividade que atrai mais pessoas?

A celebracao do Divino Espirito Santo atrai mais pessoas.

3.4. As vossas atividades são realizadas apenas na vossa sede ou também ocorrem noutros espaços?

As nossoas atividades tambem ocorrem notros espacos.

3.5. Qual é a atividade que mais gosta de organizar? Porquê?

Atividade que mais gostamos de organizar e a celebracao ao Divino Espirito Santo por ser uma paixao do povo Acoreano.



Foto: Gaivotas a beijar a terra, em Santa Maria

BLOCO 4

Objetivo:

4. Compreender a relação da Casa com a matriz cultural de origem.

Perguntas:

4.1. Quais os aspetos culturais do país de origem que a Casa mais promove junto dos seus associados?

Celebracao em Louvor ao Divino Espirito Santo.

4.2. Quando o corpo gerente se reúne, fala em inglês ou em português?

As reunioes sao conduzidas em portugues.

4.3. A vossa Casa oferece aulas de português?

A Casa dos Acores de Hilmar oferece aulas em Portugues e Ingles.

A. Se respondeu SIM:

4.3.1. Q uantos alunos têm aproximadamente? E qual é a sua média de idades?

Tem aproximadamente 25 alunos, idade media de 26 anos.

4.3.2. Quais são as principais motivações para os alunos/as quererem aprender o português?

Motivacao de falar a lingua dos seus avos e pais.

4.3.3. De que nacionalidade são os alunos? Existem alunos que não têm nenhuma relação com os Açores?

Alunos nascidos nos Estados Unidos com relacao a familias dos Acores e Continente.

B. Se respondeu NÃO:

4.3.1. Já algum sócio vos pediu que fossem criadas aulas de ensino do português?

4.3.2. Por que motivo não oferecem aulas de Português?



Foto: Praia Formosa, Santa Maria

BLOCO 5

Objetivo:

5. Perceber o perfil do Entrevistado/a na sua relação com os Açores e as comunidades.

Perguntas:

5.1. Qual é o seu papel na Casa? Ou que funções exerce na Casa?

Presidente Manuel Eduardo Vieira.

5.2. Nasceu nos Açores?

Sim, nasci na ilha do Pico.

5.3. Se sim, em que ano emigrou?

Emigrou em 1962.

5.4. Quais são as suas grandes prioridades para a Casa no decorrer do atual mandato?

Continuar a promover a cultura e tradicao do povo Acoreano e mostrando aos Americanos a riqueza dessa cultura.

5.5. Na sua opinião, estas prioridades têm sido cumpridas?

As prioridades tem sido cumpridas.

5.6. Qual foi a sua motivação pessoal para fazer parte da Casa dos Açores?

Amor pela terra que me viu nascer.

5.7. O que representa, para si, a Casa dos Açores?

Ponto de encontro, local para conversa amiga, sitio das matar saudades da nossa terra de origem.

5.8. Explique em que medida o trabalho que desenvolve na Casa é uma mais valia junto das comunidades que serve.

Mantendo portas abertas diariamente a iniciativas de voluntarios para o folclore, etnografia, musica, desporto, trabalhos manuais, jogos de cartas e domino, etc...

5.9. O que faz para garantir um contato frequente da comunidade que representa com os Açores?

Entre muitas outras, participando anualmente do Conselho Mundial das Casas dos Acores, a que presido este ano, cujo o evento, XVII Assembleia Geral do CMCA ocorre em Hilmar, California sob a nossa organizacao.

5.10. Com base na sua experiência, qual foi o momento mais especial que viveu na Casa dos Açores?

Celebracao em louvor ao Divino Espirito Santo.

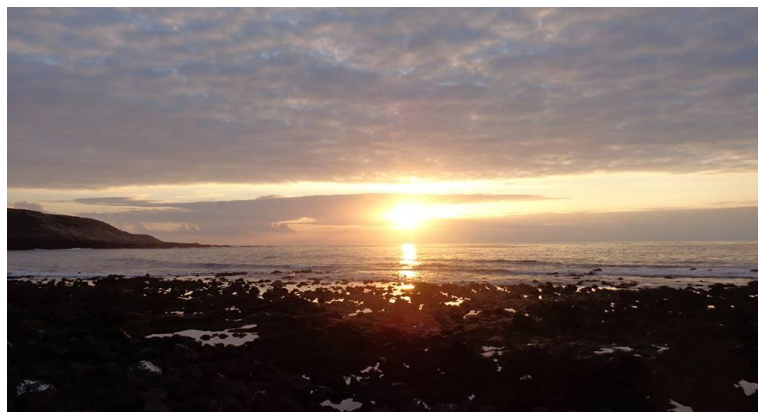


Foto: Anjos, Santa Maria

Obrigada pela sua colaboração!

ANEXO I

Recorte do "Diário dos Açores", de 31 de Agosto de 1951.

